

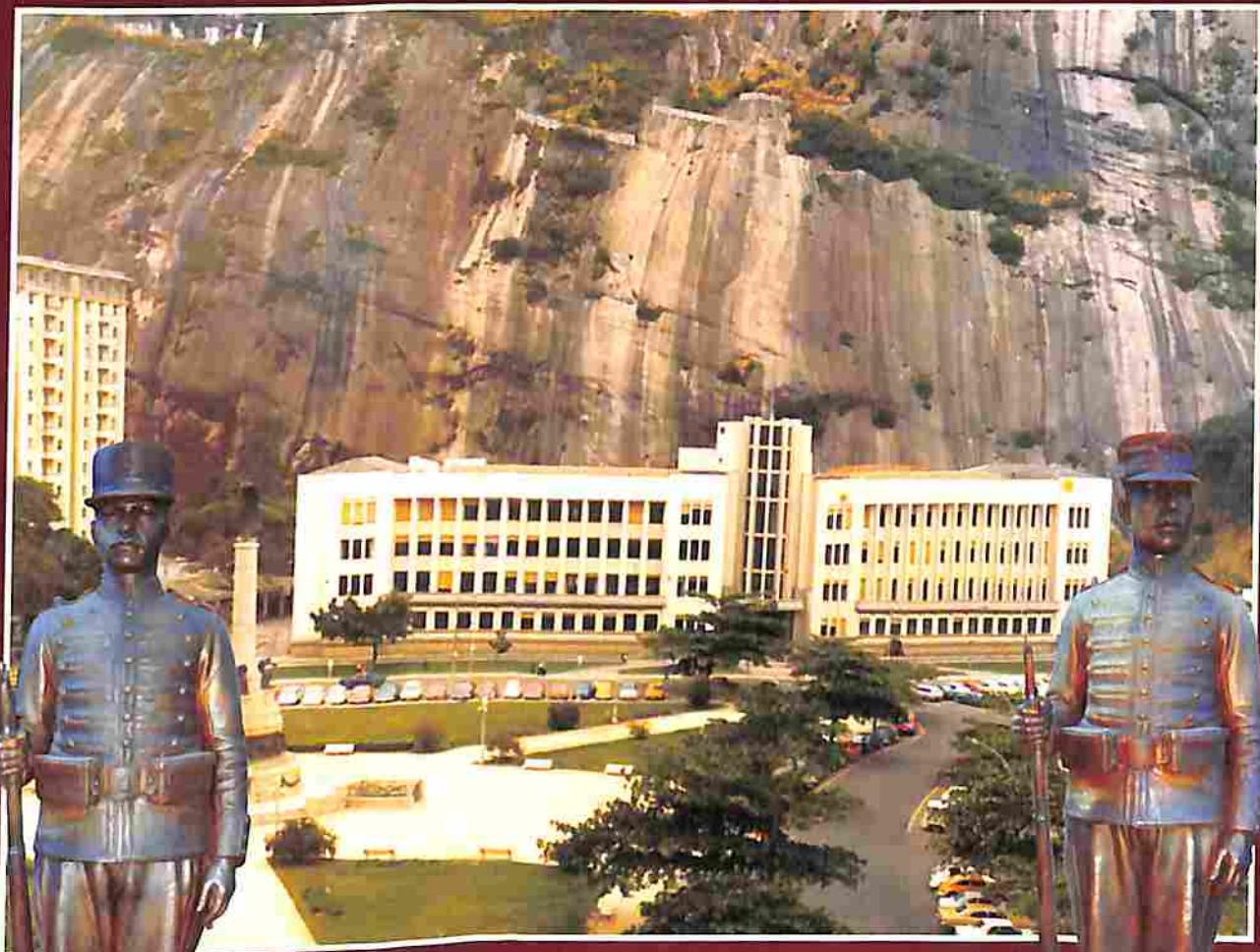
ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCII – Nº 806 – SET/OUT/NOV/DEZ DE 2006



CONCEITO DE SOBERANIA E INTERESSE NACIONAL

Sérgio Xavier Ferolla

1817: A REVOLUÇÃO ESQUECIDA

Paulo Santos

UMA NOVA HISTÓRIA MILITAR?

Paulo André Leira Parente



A DEFESA NACIONAL

Diretor / Editor

Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Redator

Luiz Carlos Carneiro de Paula

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 – 3º andar
Ala Marçalio D’

Rio de J

Tels.: (21) 2 Título: A Defesa Nacional : revista de
Fax: assuntos militares e estu

Ligaçao gra

E-mail: bit



Site: www.mdu.mil.br/v.92,n.806, set./out./nov./dez. 2006 BFD

PROGRAMAÇÃO VISUAL & EDITAÇÃO ELETRÔNICA

MURO Produções Gráficas

Telefax: (21) 2275-6286

REVISÃO

Edna Lira

Ellis Pinheiro

IMPRESSÃO

Sermograf – Artes Gráficas Editora Ltda
Telefax: (24) 2237-3769 e 2237-3709

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em programa Microsoft Word, tendo cerca de 40.000 caracteres incluindo os espaços. Deverão ser anexados disquete(s) com a matéria, síntese curricular do autor e endereço postal.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Principais Textos: BERNHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO & J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMÁRIO **Editorial** — **PARTES JORNALÍSTICA** — O Effectivo e a organização do Exército. Subsídios Técnicos — A artilharia — Comunicações de infantaria em face das actuais effeves. Carras de munição para a infantaria e a metralhadora. **NOTICÍARIO** — Revista de 7 de Setembro. **Mapa Imperial** — Organização e exercícios de infantaria e artilharia. **Organização da Guarda Nacional** — Equipaços alterados para a guarda da nacional. **Strengelkampfmetrie** — Preparação para a batalha. **Armas novas** — Armas novas. **Documentos** — Documentos. **Desenvolvimento das guerras dos Balkans sobre a articulação. A invasão italiana** — **BIBLIOGRAFIA** — Os intercâmbios clássicos e a tradição anual — Os exercícios de quadras e sobre a Tarta para a Arma de Infanteria — Livros franceses e alemães.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 – 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

ativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
"A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Secretário

Ricardo José Guedes Franklin

Diretor-Administrativo

Mauro Cleber Rodrigues Martins

Diretor-Tesoureiro

Malcolm de Paiva Farias

Conselheiros

Celso José Pires

Enrique dos Santos Araujo

Conselho Fiscal

Victor José Freire

Rogério Luiz Nery da Silva

Wagner Alcides de Souza

Suplentes

Mônica Jefferson Fernandes

Francisco Severiano Rodrigues da Silva

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

MINISTÉRIO DA DEFESA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO		AQUISIÇÃO
ORIGEM:		
DATA:	03	05/10
PREÇO:		
EMPENHOS:		



NOSSA CAPA

*Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército.
Pensando o Exército.
Em primeiro plano,
os "guardiões do saber".*

EDITORIAL

O militar, o saber e o mundo atual

Há mais ou menos um quarto de século que o homem comum perdeu o sossego. Mercê da capacidade da humanidade de expandir seu conhecimento e aplicá-lo de forma vertiginosa e exponencial, acordamos com uma enxurrada de notícias que vão desde importantes descobertas científicas, passam pela evolução de várias crises simultâneas em todo o mundo e nos chocam com a violência do dia-a-dia em toda parte. Terminado o noticiário corremos para nossos afazeres e já não nos lembramos do que ouvimos e vimos. E vamos ao subúrbio ou ao centro de onde vivemos da mesma forma que vamos a outro continente ou para o outro lado do mundo.

Terá isto agravado os conflitos pequenos ou grandes? Terá essa banalização de tudo, na qual misturamos as descobertas que louvam a vida ao tiroteio de ontem à noite, tornando o homem um alienado, apenas um ser semi-humano? Será que não somos capazes de conviver e construir um mundo no qual ter e poder se harmonizem e, deste modo, harmonizem a todos nós?

O estudo perseverante dos temas que envolvem a humanidade parece ser o caminho para vencermos o desafio do equilíbrio pelo saber, pelo conhecimento que permite estabelecer juízo de valor e conduzir a ação.

Educação, bem-estar, produção, liberdade, soberania e direito dos povos, preservação do meio ambiente, defesa, progresso, justiça, cooperação e tantas outras coisas são deveres dos homens de estado para com a sociedade a que pertencem e a que servem.

O militar é um homem de estado por excelência. Não estará em condições de cumprir o seu dever de soldado se não cuidar do seu saber, se não souber pensar e sentir para agir, se não for capaz de avaliar o que ele próprio representa na vida de seu povo.

SUMÁRIO

REESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	3
<i>Transcrito da Revista Verde Oliva</i>	
RESENHA: COM A GLOBALIZAÇÃO O MUNDO FICOU PLANO	7
<i>Carlos I. S. Azambuja</i>	
CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO: CAUSAS E EFEITOS	13
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
OS AFRICANOS EM QUEM OS OCIDENTAIS DEVERIAM PRESTAR ATENÇÃO	15
<i>Dr. Lawrence Reed – Tradução de Heitor de Paola</i>	
A CRISE DOS MÍSSEIS DO SÉCULO XXI	18
<i>Ricardo Caldas</i>	
CONCEITO DE SOBERANIA E INTERESSE NACIONAL	20
<i>Sérgio Xavier Ferolla</i>	
UM PANORAMA DO DIREITO INTERNACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	25
<i>Sérgio Aguilar</i>	
BONS CONSERVADORES	40
<i>Andreia Fanzeres</i>	
O FIM DA MISÉRIA	42
<i>Jeffrey D. Sachs</i>	
O MILAGRE DA UNIDADE NACIONAL	49
<i>Miguel Reale</i>	
“BRASIL, UM PAÍS SEM MEMÓRIA”	51
<i>Cláudio Moreira Bento</i>	
1817: A REVOLUÇÃO ESQUECIDA	53
<i>Paulo Santos</i>	
A IMPRENSA E A QUESTÃO MILITAR NO FINAL DO IMPÉRIO	55
<i>Renato Jorge Paranhos Restier Junior</i>	
BRIGADEIRO EDUARDO GOMES – HOMENAGEM À FORÇA AÉREA BRASILEIRA	60
UMA NOVA HISTÓRIA MILITAR? ABORDAGENS E CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO	64
<i>Paulo André Leira Parente</i>	
OS MILITARES E A NOVA ORDEM MUNDIAL	70
<i>Lauro Ney Meneses</i>	
“QUEM RECORDA O PASSADO TRABALHA PARA O FUTURO”	72
<i>Ernesto Caruso</i>	
CHINA: O “GRANDE SALTO PARA A FRENTE” E A “REVOLUÇÃO CULTURAL”	74
<i>Carlos I. S. Azambuja</i>	
A GRANDE LUTA DA CHINA POR ENERGIA	79
<i>Wieland Wagner</i>	
RESENHA: A GRANDE TRANSIÇÃO	84
<i>Ricardo Vélez Rodríguez</i>	

Reestruturação do Exército Brasileiro¹

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro, sintonizado com a evolução que, de forma cada vez mais rápida, ocorre em todos os campos da atividade humana, encontra-se em processo constante de atualização de sua estrutura organizacional. Com base em estudos realizados pelo Estado-Maior do Exército (EME), a Instituição moderniza a Alta Administração do Exército e a Força Terrestre para torná-las mais eficientes e eficazes. A criação do Comando de Operações Terrestres (COTER), do Departamento Logístico (D Log) e, mais recentemente, do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) insere-se nesse esforço de modernização. O surgimento do DCT, em particular, proporcionou ao Exército maior sinergia no campo da Ciência e Tecnologia (C&T), impulsionando os projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos de defesa.

A modernização da estrutura institucional é permanentemente orientada pelo Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), que prevê a avaliação dos procedimentos adotados e a re-alimentação do planejamento sempre que necessário. Uma vez constatada a necessidade de modernização ou racionalização, são introduzidas modificações no Plano Básico de Estruturação do Exército (PBEEx), de modo a reorientar a execução do planejamento, adequando-o às necessidades ditadas pela evolução da conjuntura ou pela elaboração de cenários prospectivos.

O PLANO BÁSICO DE ESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO

Premissas e condicionantes

O PBEEx, coerente com a Política Militar Terrestre e com a Concepção Estratégica do Exército, é o desfigrador dos demais planos básicos que visam ao preparo do Exército para o cumprimento de sua missão.

Esse plano tem por finalidade detalhar as ações estratégicas que, estando previstas na Diretriz Estratégica de Estruturação do Exército, devem ser implementadas em curto prazo. Além disso, o PBEEx orienta o levantamento dos recursos necessários à consecução dos objetivos de estruturação lançados no Plano Diretor do Exército (PDE). Tudo isso, em síntese, visa ampliar a capacidade operacional da Força Terrestre, racionalizar sua organização e articulação e aproximar a estrutura existente em tempo de paz da estrutura militar de guerra, para que se possa alcançar, no mais curto prazo e com um mínimo de adaptações, o adequado poder de combate necessário à defesa da Pátria.

A busca da eficácia no cumprimento da missão do Exército exige a otimização dos recursos humanos e materiais, mas a criação de novas organizações militares (OM) só ocorre pela disponibilização de cargos das OM transformadas, desativadas ou extintas, pois, embora seja necessário aumentar a eficiência da Força, não há interesse em ampliar seu efetivo.

No que tange à organização da Força Terrestre, a brigada é tida como módulo básico de

¹ Transcrito da revista *Verde Oliva* e de Defesanet 09 Agosto 2006.

combate para a configuração de elementos operacionais e a alocação de material de emprego militar. A Força Terrestre é articulada de forma a atender, prioritariamente, às estratégias da dissuasão e da presença, devendo esta última ser entendida de forma seletiva, ou seja, mais importante do que “estar presente” em todas as áreas estratégicas do território nacional é a capacidade de “se fazer presente” em qualquer delas, valendo-se, para isto, da mobilidade estratégica.

Objetivos de estruturação

Atualmente, o Plano Básico de Estruturação do Exército contém 14 objetivos:

- ampliar a capacidade operacional das forças de operações especiais;
- reorganizar e rearticular a 3^a Brigada de Infantaria Motorizada (3^a Bda Inf Mtz);
- ampliar a capacidade dissuasória na fronteira noroeste do Brasil (no Comando Militar da Amazônia);
- racionalizar a estrutura militar terrestre na Amazônia Oriental;
- reestruturar as forças blindadas;
- transformar e reorganizar a 11^a Brigada de Infantaria Blindada;
- rearticular a Artilharia Antiaérea, de Costa e de Lançadores Múltiplos de Foguetes;
- reorganizar a 12^a Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel);
- reorganizar a 2^a Brigada de Cavalaria Mecanizada;
- reorganizar o Grupamento de Unidades Escola / 9^a Brigada de Infantaria Motorizada;
- reestruturar as organizações militares de Polícia do Exército;
- criar, transformar e transferir organizações militares de Engenharia;
- criar pelotões especiais de fronteira; e
- criar centros de Instrução de Operações de Paz, de Operações de Garantia da Lei e da

Ordem, de Engenharia de Construção e de Artilharia de Foguetes.

A ampliação da capacidade operacional das forças de operações especiais consolida-se com a conclusão da implantação da Brigada de Operações Especiais (Bda Op Esp), em Goiânia (GO), e da 3^a Companhia de Forças Especiais, em Manaus (AM). A Grande Unidade ocupa as antigas instalações da 3^a Bda Inf Mtz, enquanto seu Batalhão de Ações de Comandos ocupa as do extinto 42^º Batalhão de Infantaria Motorizado (42º BI Mtz). O 1º Batalhão de Forças Especiais e o Destacamento de Operações Psicológicas receberão aquartelamentos novos. A Bda Op Esp, que recebeu equipamentos modernos recentemente adquiridos pelo Exército, vem capacitando seus integrantes em Goiânia e no Centro de Instrução de Operações Especiais, situado no Rio de Janeiro (RJ).

A 3^a Bda Inf Mtz foi transferida para Cristalina (GO), onde ocupou as instalações do extinto 43º BI Mtz. A extinção dos 42º e 43º BI Mtz, por sua vez, permitiu a disponibilização de cargos para a Bda Op Esp e para a transformação dos 41º BI Mtz (Jataí, GO) e 22º BI Palmas (TO), respectivamente, em unidades do tipo III e tipo II, conforme previsto na Diretriz Estratégica de Estruturação do Exército. A 3^a Bda Inf Mtz, reorganizada e rearticulada, continuará completa em meios e, por conseguinte, plenamente apta a cumprir sua missão como parte das forças de emprego estratégico. No bojo do processo de reorganização do Comando Militar da Amazônia, a transferência da 2^a Brigada de Infantaria Motorizada de Niterói (RJ) para São Gabriel da Cachoeira (AM) e sua transformação em 2^a Brigada de Infantaria de Selva são passos importantes para a ampliação da capacidade dissuasória na fronteira noroeste. O Comando da Brigada já foi instalado em São Gabriel da Cachoeira, e continuam em curso as providências para a transferência dos 3º e 56º batalhões de Infantaria

para Barcelos (AM) e Santa Isabel do Rio Negro (AM), respectivamente.

Na Amazônia Oriental, a racionalização da estrutura ocorreu com a reorganização da 23ª Brigada de Infantaria de Selva – transferência do 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva para Tucuruí (PA), implantação do 1º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva em Marabá (PA) e mudança do aquartelamento da 23ª Companhia de Comunicações de Selva – e com a transformação da 8ª Região Militar em 8ª Região Militar/8ª Divisão de Exército.

Coerentemente com a prioridade atribuída à área estratégica da Amazônia, estão sendo criados pelotões especiais de fronteira (PEF) em Marechal Taumaturgo e São Salvador, no Acre, e em Pimenteiras do Oeste, em Rondônia. Serão também concluídos os PEF de Tunuí (AM) e Tiriós (PA). Essas frações exercem a função primordial de vigilância da fronteira, constituindo a primeira linha de proteção do território nacional.

A necessidade de modernização das estruturas das grandes unidades blindadas e de sua concentração em locais mais adequados a seus preparo e emprego levou o Exército a transformá-las em quaternárias mediante reunião de todos os meios em duas brigadas blindadas: a 6ª Brigada de Infantaria Blindada e a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, em Ponta Grossa (PR). Assim, os blindados oriundos da 11ª Brigada de Infantaria Blindada (Campinas-SP) e da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada (Rio de Janeiro-RJ) foram redistribuídos para as novas brigadas quaternárias. Paralelamente, estão sendo adotadas providências para repotencialização e aquisição de meios, de forma a garantir grande poder de combate às forças blindadas brasileiras. Em razão de ter sido transformada de brigada blindada para brigada de infantaria leve, a 11ª Brigada de Infantaria Leve (11º Bda Inf L) passa por um processo de reorganização com o escopo de adequá-la a sua nova missão.

Assim, houve a extinção do 4º Batalhão de Infantaria Blindado e do 11º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; a transformação do 2º Regimento de Carros de Combate em 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, do 28º Batalhão de Infantaria Blindado em 28º Batalhão de Infantaria Leve, do 2º Batalhão Logístico em 2º Batalhão Logístico Leve e do 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado em 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve; a alteração de subordinação do 2º Batalhão de Infantaria Leve e a reorganização do 37º Batalhão de Infantaria Leve. Além de sua missão precípua como parte das forças de emprego estratégico, essa Grande Unidade tem agora a atribuição adicional de atuar na garantia da lei e da ordem (GLO). Dessa forma, a 11º Bda Inf L passa a ter instrução e equipamento específicos, sendo tropa apta ao cumprimento da missão constitucional de GLO em qualquer ponto do território nacional. Para otimizar o preparo da brigada, foi criado o Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem, que será encarregado de instruir os quadros nas técnicas, táticas e procedimentos relativos a esse gênero de atividade.

Também com vistas a seu emprego na GLO, as organizações militares de Polícia do Exército são alvo de transformação. Os batalhões de Polícia do Exército (BPE) serão reorganizados e todos os comandos militares de área contarão com pelo menos um deles. Assim, serão criados o 5º BPE em Curitiba (PR), o 6º BPE em Salvador (BA), o 7º BPE em Manaus, o 9º BPE em Campo Grande (MS) e o 12º BPE em Belo Horizonte (MG). As novas unidades serão o resultado da extinção de companhias de guarda e da transformação de companhias de PE, e mesmo de batalhões de Infantaria, em BPE.

O incremento da participação do Brasil em missões de paz acarretou a necessidade de o Exército dispor de tropas especialmente treinadas para esse tipo de atividade. Para isso, o Comandante

do Exército determinou que o Grupamento de Unidades-Escola/9ª Bda Inf Mtz passasse a ser a grande unidade da Força Terrestre responsável pela guarda do material e pela pesquisa e desenvolvimento da doutrina de emprego em operações de paz. A brigada já atuou no Haiti, integrando a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), e continuará a participar do rodízio das tropas designadas para compor o “Batalhão Haiti”. Além disso, essa Grande Unidade conta, entre suas OM, com o recém-criado Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz).

Outro passo importante para a modernização da estrutura organizacional do Exército é a rearticulação da Artilharia Antiaérea, de Costa e de Lançadores Múltiplos de Foguetes (LMF). O 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado foi transferido de Praia Grande (SP) para Formosa (GO) e transformado em 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes/Campo de Instrução de Formosa. Desse modo, todo o material LMF estará concentrado, proporcionando maior facilidade de instrução e de adestramento do pessoal e de manutenção do material. Como consequência, o 2º Grupo de Artilharia Antiaérea ocupou as antigas instalações do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado. Para melhorar a capacitação do pessoal, foi criado em Formosa o Centro de Instrução de Artilharia de Foguetes.

Quanto às organizações militares de Engenharia, os 1º e 2º grupamentos de Engenharia de Construção foram transformados em grupamentos de Engenharia, podendo enquadrar tanto as OM de construção como as de combate.

Foram transformados, também, os 5º e 12º batalhões de Engenharia de Combate em batalhões de Engenharia de Combate Blindados (com a distribuição de material compatível com a nova missão), para melhor apoiar as brigadas blindadas quaternárias. O 4º Batalhão de Engenharia de Combate, em Itajubá (MG), foi transformado em Batalhão de Engenharia de Selva e transferido para Manaus. A reestruturação da Engenharia complementa-se com a criação do Centro de Instrução de Engenharia de Construção, em Araguari (MG), a fim de preparar os quadros destinados aos batalhões de Engenharia de Construção para o exercício de suas funções.

Com o objetivo de aprimorar as estruturas organizacionais da 12ª Brigada de Infantaria Leve, sediada em Caçapava (SP), e da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), sediada em Uruguaiana (RS), tornando-as mais compatíveis com o emprego operacional previsto nas bases doutrinárias dessas grandes unidades, houve a transformação do 12º Pelotão de Comunicações Leve em 12ª Companhia de Comunicações Leve, orgânica da 12ª Bda Inf L, e do 22º Grupo de Artilharia de Campanha Auto-rebocado em 22º Grupo de Artilharia de Campanha Auto-propulsado, orgânico da 2ª Bda C Mec.

Todas essas medidas mostram que o Exército Brasileiro encontra-se empenhado em implementar grandes transformações, que hão de acarretar a modernização de sua estrutura e de seus meios. O empenho diuturno de todos os integrantes da Instituição permitirá que se avance ainda mais na concretização do objetivo maior de se manter a Força Terrestre sempre ajustada à estatura político-estratégica da Nação. ☺

RESENHA

**Livro: O Mundo é Plano – uma breve história do século XXI,
Thomas L. Friedman, editora Objetiva, 2005**

Com a globalização o mundo ficou plano¹

*Carlos I. S. Azambuja**

"Todos querem crescimento econômico, mas ninguém deseja mudanças."

(Paul Romer, economista)

Quando, daqui a 20 anos, os historiadores se debruçarem sobre a história do mundo e chegarem ao capítulo “ano 2000 a março de 2004”, que fatos destacarão como os mais importantes? Os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001 e a Guerra do Iraque? Ou a convergência de tecnologia e determinados acontecimentos que permitiram a Índia, China e tantos outros países ingressarem na cadeia global de fornecimento de serviços e produtos, deflagrando uma explosão de riqueza nas classes médias dos dois maiores países do mundo e convertendo-os, assim, em grandes interessados no sucesso da globalização? Será que, em decorrência desse “achatamento” do globo, que faz com que tenhamos de correr mais para continuarmos no mesmo lugar, o mundo ficou pequeno e rápido de mais para os seres humanos e seus sistemas políticos se adaptarem de maneira estável?

Segundo Thomas Friedman, autor do *best-seller* *O Mundo é Plano*, a globalização atravessou três grandes eras. A primeira delas se estendeu de 1492 – quando Cristóvão Colombo embarcou, inaugurando o comércio entre o Velho

e o Novo Mundo – até por volta de 1800. Essa etapa poderia ser denominada de *Etapa de Globalização 1.0*, que reduziu o tamanho do mundo de grande para médio e envolveu basicamente países e esforços individuais. Isto é, o principal agente da mudança, a força dinâmica por trás do processo de integração global, era a potência muscular (a quantidade de força física, a quantidade de cavalos-vapor, a quantidade de ventos) que o país possuía e a criatividade com que a empregava.

A segunda grande era, a *Globalização 2.0*, durou mais ou menos de 1800 a 2000 e diminuiu o mundo do tamanho médio para o pequeno. O principal agente da mudança, a força dinâmica que moveu a integração global, foram as empresas multinacionais que se expandiram em busca de mercados e mão-de-obra. Na primeira metade dessa era, a integração global foi alimentada pela queda dos custos de transporte (graças ao motor a vapor e às ferrovias) e, na segunda, pela queda dos custos de comunicação em decorrência da difusão do telégrafo, da telefonia, dos PCs, dos satélites, dos cabos de fibra ótica e da *World Wide Web* em sua versão inicial. Foi nesse período que assistimos de fato ao nascimento e à maturação de uma economia global propriamente dita, no sentido de que

¹ Transcrito de Midiasemascara em 06 de julho de 2006.

* O autor é Coronel do Exército e historiador.

havia uma movimentação de bens e informações entre os continentes em volume suficiente para a constituição de um mercado de fato global. As forças dinâmicas por trás dessa etapa da globalização foram as inovações de *hardware* (dos barcos a vapor e ferrovias, no princípio, aos telefones e *mainframes*, mais para o final).

Nesse período ruíram muros em todo o mundo, e a integração – e a resistência a ela – atingiu um nível sem precedentes. Por mais muros que fossem derrubados, todavia, ainda havia inúmeras barreiras a uma integração global homogênea. Basta pensar que, quando Bill Clinton foi eleito presidente dos EUA, em 1992, praticamente ninguém que não pertencesse ao governo ou ao meio acadêmico tinha *e-mail*. E seis anos depois, em 1998, o comércio eletrônico ainda estava engatinhando.

Por volta do ano 2000, o mundo entrou em uma nova era: a *Globalização 3.0*, que está não apenas encolhendo o tamanho do mundo de pequeno para minúsculo, como também, ao mesmo tempo, aplanando o terreno. Enquanto a força dinâmica da *Globalização 1.0* foi o maior intercâmbio entre os países e na *Globalização 2.0*, o das empresas, na *Globalização 3.0* a força dinâmica vigente – aquilo que lhe confere caráter único – é a recente descoberta da capacidade dos indivíduos de colaborarem e concorrerem no âmbito mundial, e a alavanca que vem permitindo que indivíduos e grupos se globalizem com tamanha facilidade e de maneira tão uniforme é não o cavalo-vapor nem o *hardware* mas o *software* (novos aplicativos de todos os gêneros), conjugado à criação de uma rede de fibra óptica em escala planetária que nos converteu, a todos, em vizinhos de porta.

Entretanto, a *Globalização 3.0* não difere das eras anteriores apenas em termos de o quanto vem encolhendo e achatando o mundo e do poder com que está munindo o indivíduo. A diferença reside também no fato de que as duas primeiras etapas foram encabeçadas basicamen-

te por europeus e norte-americanos, pessoas e empresas. A tendência, todavia, é que esse fenômeno se inverta: em virtude do achatamento e do encolhimento do mundo, esta fase *3.0* será cada vez mais movida não só por indivíduos, mas também por um grupo muito mais diversificado de não-ocidentais e não-brancos. Pessoas de todos os cantos do mundo estão adquirindo poder; a *Globalização 3.0* possibilita a um número cada vez maior de pessoas se conectar num piscar de olhos, com todas as facetas da diversidade humana entrando na roda.

Os saltos de produtividade serão colossais para os países, empresas e indivíduos capazes de absorver as novas ferramentas tecnológicas. Está sendo inaugurada uma fase em que todos, mais do que nunca antes na história mundial, terão acesso a essas ferramentas – como inovadores, como colaboradores e, infelizmente, até como terroristas. A verdadeira revolução da informação está prestes a começar: a nova etapa da *Globalização 3.0*, o que faz com que a Terra deixe de ser redonda e se achate. Para onde quer que olhemos, vemos hierarquias sendo desafiadas de baixo para cima, deixando de ser estruturas verticais e se horizontalizando.

Globalização é um termo que foi criado na administração de Bill Clinton para descrever as relações entre governos e grandes empresas. Mas o que está acontecendo hoje é um fenômeno muito mais amplo e profundo. Determinados empregos agora se dão no ciberespaço, profissionais colaboram com outros nos confins do planeta, produtos são gerados ao mesmo tempo em diversos lugares. Nesse caso, quem regula o trabalho? Quem o tributa? E quem deve se beneficiar desses impostos?

O achatamento do mundo entrará para a História como uma daquelas transformações cruciais, como a ascensão do Estado-nação ou a Revolução Industrial. Todas as vezes em que a civilização enfrentou uma dessas revoluções tecnológicas – como a introdução da imprensa

de Gutenberg, por exemplo –, o mundo sofreu profundas modificações. Há, porém, uma diferença qualitativa entre essas transformações anteriores e o atual achatamento do mundo: a rapidez e a amplitude com que este se dá. A introdução da imprensa levou décadas para se consolidar, e o mesmo pode ser dito da Revolução Industrial. Todavia, o processo de achatamento está acontecendo à velocidade da luz e atinge, direta ou indiretamente, muito mais gente em todo o globo. Quanto mais rápida for a transição para uma nova era, mais dolorosas serão as rupturas causadas pela transferência de poder dos antigos vencedores para os novos.

A experiência das empresas de alta tecnologia que, nas últimas décadas, não conseguiram acompanhar a frenética sucessão de transformações provocadas no seu mercado por esse tipo de forças, deve servir de alerta para todas as empresas, instituições e Estados-nações em que faltem lideranças, flexibilidade e imaginação para se adaptarem, por estarem sendo sobrepujadas pela velocidade dessas transformações.

O grande desafio do nosso tempo será absorver tais mudanças de forma a não atropelar as pessoas nem deixá-las para trás. Será uma missão inevitável e inescapável, mas nada fácil.

No que isso tudo vai dar? Por exemplo: na próxima etapa do fluxo de trabalho baseado em serviços da *web*, para você marcar uma hora no dentista vai dar um comando de voz para que o seu computador o faça em seu lugar. O computador, então, automaticamente, vai converter a voz numa instrução digital, comparar a sua agenda com as datas disponíveis na do dentista e oferecer-lhe três opções, e você clica na data e hora mais convenientes. Uma semana antes da data escolhida, a agenda do dentista vai enviar um *e-mail* automático para lembrá-lo da consulta e, na noite anterior, você receberá, na caixa postal do seu celular, uma mensagem de voz gerada por computador, também para lembrá-lo do compromisso.

Um grande fabricante norte-americano de automóveis descobriu, há pouco tempo, que empresas chinesas estavam usando as novas tecnologias de escaneamento para, em tempo recorde, digitalizar carros inteiros, criar modelos de cada peça no computador e fornecê-los para robôs industriais capazes de, também em tempo recorde, produzirem cópia perfeita de um automóvel da GM, sem gastar um centavo em P&D. Jamais ocorreu à indústria automobilística norte-americana que ela teria de se preocupar com a possibilidade de clonagem dos seus produtos. Mas, no mundo plano e com as atuais tecnologias, a realidade é outra.

Seguramente, isso não estaria ocorrendo apenas com a indústria automobilística...

"Todos os dias de manhã, na África, o antílope desperta. Ele sabe que terá de correr mais rápido que o mais rápido dos leões, para não ser morto. Todos os dias, pela manhã, desperta o leão. Ele sabe que terá de correr mais rápido que o antílope mais lento, para não morrer de fome. Não interessa que bicho você é, se leão ou antílope. Quando amanhece, é melhor começar a correr" (provérbio africano que, devidamente traduzido para o mandarim, o gerente da ASIMCO Technologies, fabricante de peças de automóveis, um chinês que estudara nos EUA, mandou afixar no chão da fábrica, em Pequim).

Thomas L. Friedman, autor do livro que estou tentando resumir, escreveu: "Não sei quem é o leão e quem é o antílope; o que sei é que, desde a sua adesão à Organização Mundial de Comércio, em 11 de dezembro de 2001, tanto a China quanto o resto do mundo precisaram começar a correr cada vez mais rápido. O que é chamado *offshoring* se dá quando uma empresa pega uma de suas fábricas de Canton, Ohio, e transfere-a inteira para o exterior – para Cantão, na China, por exemplo – onde produzirá exatamente o mesmo produto, exatamente da mesma maneira, só que com mão-de-obra mais barata, uma carga tributária menor, energia subsidiada e menos gastos com os planos de saúde

dos funcionários (...) O ingresso da China na OMC guindou Pequim e o resto do mundo a um nível sem precedentes de *offshoring*, um número cada vez maior de empresas passou a deslocar sua produção para o exterior, para depois integrá-la em suas cadeias globais de fornecimento (...) Hoje a gente vai a cidades da costa leste (da China) de que nunca ouviu falar antes e descobre que lá se fabrica a maior parte das armações de óculos do mundo, ao passo que na cidade vizinha é produzida a maior parte dos isqueiros do mundo, e na seguinte são feitos quase todos os monitores dos computadores da Dell, enquanto outra está se especializando em telefones celulares. Kenichi Ohmae, consultor de empresas japonesas, estima que, em seu livro *The United States of China*, só na área do delta do Zhu Jiang, ao norte de Hong Kong, existam 50 mil fabricantes de componentes eletrônicos (...)."

Abstraindo, evidentemente, o tema dos direitos humanos e das liberdades individuais na China, observa-se que, quanto mais atraente ela se torna como base de *offshoring*, mais atraentes também têm de se tornar os países em desenvolvimento que lhe fazem frente, como a Malásia, a Tailândia, a Irlanda, o México, o Brasil, o Vietnã. Todos observam o que está acontecendo com a China e a transferência de empregos para lá e pensam: "Caramba, melhor eu começar a oferecer esses mesmos incentivos." A longo prazo, a verdadeira estratégia dos chineses é superar os EUA e a Europa pelo alto. Seus líderes estão muito mais preocupados que muitos de seus concorrentes ocidentais em munir seus jovens das competências matemáticas, científicas e computacionais indispensáveis para o sucesso no mundo plano; em construir uma infra-estrutura física e de telecomunicações que permita aos chineses se conectar com mais rapidez e velocidade que os demais e em criar incentivos que atraiam os investidores globais. A verdadeira ambição dos seus líderes é que a próxima geração de *lingerie* ou peças de avião

seja também projetada na China. Esse é o futuro, dentro dos próximos 10 anos. Assim, num intervalo de 30 anos, teremos passado do "vendido na China" para o "fabricado na China", depois para o "desenhado na China" e para o "sonhado na China". Ou seja, de uma China que em nada contribuía para a produção mundial para uma China que colabora a baixo custo, com alta qualidade e extrema eficiência *em tudo*.

Segundo Pat Powers, diretora da Câmara de Comércio China-EUA em Pequim, se a entrada do país na OMC tivesse sido submetida a um referendo popular, "jamais seria aprovada". Um dos princípios por que as lideranças chinesas se decidiram pelo ingresso na OMC foi a necessidade de forçar a burocracia do país a se modernizar, pondo abaixo a muralha de regulamentações internas e reduzindo a margem para decisões arbitrárias.

E acrescenta Thomas Friedman: "Com o passar do tempo, a adoção dos padrões da OMC terá o efeito de achar a ainda mais a economia chinesa. Não será, porém, uma transição fácil e não é irrisória a possibilidade de sobrevir alguma ruptura política ou econômica que interrompa ou retarde o processo. Não basta, todavia, implementar todas as reformas sugeridas pela OMC. Logo a China chegará a um ponto em que suas ambições de crescimento exigirão mais reformas políticas. A corrupção jamais será extirpada sem uma imprensa livre e instituições ativas da sociedade civil. O país nunca será eficiente de fato sem um Estado de direito melhor codificado, sem um sistema político mais aberto, que permita à população expressar suas insatisfações. Em outras palavras, a China só vai ficar realmente plana depois de ultrapassada a barreira da reforma política. Embora a força niveladora chinesa venha dando muita dor de cabeça para operários de todo o mundo, para os consumidores ela está sendo um maná. A revista *Fortune* de 4 de outubro de 2004 citou um estudo do Morgan Stanley que estima que,

contando desde meados da década de 1990 apenas, as importações baratas da China pouparam aos consumidores norte-americanos cerca de US\$ 600 bilhões e aos fabricantes, incontáveis bilhões em peças mais baratas para os seus produtos. Tanta economia, por sua vez, observa a *Fortune*, possibilitou que o Federal Reserve contivesse os juros por mais tempo, proporcionando a uma parcela maior da sua população a oportunidade de adquirir ou refinanciar sua casa própria e, às empresas, mais capital para investir em inovações. (...) O salário médio de um maquinista qualificado nos EUA fica em torno de US\$ 3 a US\$ 4 mil por mês. O salário médio de um operário na China é de cerca de US\$ 150 mensais, além de um plano de pensão, patrocinado pelo Governo chinês, que compreende plano de saúde, habitação e aposentadoria, no valor de 35% a 45% da remuneração mensal do operário.

Ou você se achata ou a China vai achatar você, segundo um executivo da empresa norte-americana ASIMCO que tem um *offshoring* na China. Não há de faltar quem ache assustadora essa perspectiva, mas será um acontecimento inegavelmente positivo para o mundo como um todo. Segundo um jornalista mexicano que entrevistou um alto funcionário do Banco Central chinês, este lhe disse uma coisa realmente perturbadora sobre o relacionamento da China com os EUA: "Primeiro tínhamos medo do lobo, depois começamos a querer dançar com o lobo, e agora queremos ser o lobo."

Outro fator que contribui para tornar o mundo cada vez mais plano, segundo Friedman, são os mecanismos de busca na Internet. Na sede do Google, em Mountain View, Califórnia, há um globo girando num canto e emitindo raios luminosos com base no número de pessoas que fazem busca no *site* a cada momento. A maioria das luzes pisca na América do Norte, Europa, Coréia, Japão e litoral da China. O Oriente Médio e a África permanecem mais escuros.

Noutro canto, uma tela mostra exemplos dos tipos de informações que as pessoas estão buscando em todo o mundo. Nas palavras do co-fundador do Google, o russo naturalizado norte-americano Sergey Brin, quem possuir conexão por banda larga ou discada ou tiver acesso a um *cibercafé*, seja um garoto do Camboja ou um professor universitário, terá o mesmo acesso básico a dados gerais de pesquisa. É esse o objetivo do Google: facilitar o acesso a todo o conhecimento do mundo, em todos os idiomas. "Tudo" e "todos" são palavras-chave, ouvidas na empresa o tempo inteiro.

A história oficial do Google, encontrada em sua página inicial, explica que seu nome vem de um trocadilho com a palavra "googol", o número representado pelo dígito 1 seguido de 100 zeros. A escolha dessa nomenclatura refere-se à missão da empresa de organizar o imenso – aparentemente infinito – volume de informações disponível na *web* só para você.

Não há maior força de achatamento e nivelamento que a idéia de que todo o conhecimento do mundo, ou pelo menos uma grande parte dele, está disponível para todos e qualquer um, a qualquer momento, em qualquer lugar, uma vez que buscar algo por conta própria é um ato tão pessoal que não há nada que confira maior autonomia ao ser humano. É a antítese de nos dizerem ou ensinarem alguma coisa. É uma questão de obtenção de poder por cada indivíduo, o poder de cada um fazer das informações desejadas aquilo que lhe parecer melhor. A utilização dos mecanismos de busca é a expressão máxima do poder do indivíduo que, usando um computador, olha para o mundo e encontra exatamente o que quer. Nesse sentido, não há duas pessoas iguais.

Michael J. Sandel, renomado teórico político da Universidade de Harvard, comentou que o processo de achatamento que agora se verifica fora identificado, pela primeira vez, por Karl Marx e Friedrich Engels em seu *Manifesto*

Comunista, publicado em 1848. *O Manifesto* descreve o capitalismo como uma força fadada a dissolver todas as identidades feudais, nacionais e religiosas e dar origem a uma civilização universal, regida por imperativos do mercado. A seu ver, era inevitável que o capital atingisse suas metas e não só inevitável como também desejável, pois, uma vez destruídos todos os vínculos de cunho nacional e religioso, o violento combate entre capital e trabalho ficaria exposto e às claras. Obrigados a competir numa corrida global rumo ao fundo do poço, acreditava Marx, os trabalhadores do mundo acabariam se unindo numa revolução global para pôr fim à opressão. Naquele que é, provavelmente, o principal parágrafo do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels escreveram:

“Todas as relações fixas, seguras, cristalizadas, com sua comitiva de antigos e veneráveis preconceitos e opiniões, são varridas, e aquelas recém-constituídas tornam-se obsoletas antes mesmo de se ossificarem. Tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo aquilo que é sagrado é profanado, e o homem finalmente se vê compelido a encarar, com sobriedade, suas verdadeiras condições de vida e suas relações com seus pares (...). Em vez dos antigos desejos, atendidos pela produção do país, deparamo-nos com novos anseios, para cuja satisfação se fazem necessários produtos de terras e climas distantes. Em vez do velho isolamento e auto-suficiência nacionais, temos o intercurso em todos os sentidos, a interdependência universal das nações (...). A burguesia, mediante o rápido aprimoramento de todos os instrumentos de produção, mediante meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, mesmo as

mais bárbaras, para a civilização. Os baixos preços dos bens compõem a artilharia pesada com que ela derruba todas as Muralhas da China (...). Numa palavra, a burguesia cria um mundo à sua imagem e semelhança.”

A conclusão do autor é que, com a globalização, o mundo deixou de ser redondo, se achatou e ficou plano. E com o achatamento do mundo, os pequenos começaram a poder pensar grande. Isto é, as pequenas empresas adquiriram uma visão global. E isso não tem volta. E se os norte-americanos e europeus quiserem tirar proveito do achatamento do mundo e da interconexão de todos os mercados e pólos de conhecimento, vão precisar correr pelo menos tão rápido quanto o mais rápido dos leões. Segundo a *Folha de S. Paulo* noticiou dia 28 de junho de 2006, “a entrada de maquinário importado, sobretudo chinês, tem preocupado a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos). Dados da entidade mostram que, em alguns segmentos, a taxa de crescimento das exportações de máquinas chinesas para o Brasil é muito maior que a média das exportações da China para o mundo. Enquanto as vendas de fornos industriais chineses, por exemplo, cresceram 89% na média mundial, para o Brasil a alta foi de 11.271% entre 2004 e 2005. “Isso significa que os exportadores chineses estão sendo bastante agressivos”, diz Patrícia Marrone em estudo da Abimaq sobre a China.

Ler o livro de Thomas Friedman é um bom ponto de partida para os empresários da Abimaq entenderem o que está acontecendo com o mundo, que não é mais redondo. Ele se achatou e está ficando plano... e eles podem começar a correr.



Conflitos no Oriente Médio: causas e efeitos

*Manuel Cambeses Júnior**

Indubitavelmente, os Estados Unidos têm uma posição dominante na nova ordem mundial posterior à Guerra Fria e à denominada Guerra do Golfo de 1991. Porém, mesmo com seu predomínio no poder militar e seus avanços tecnológicos e espaciais, não conseguem obter o controle de todos os fatores políticos que influem em uma confrontação. Existe um poder dominante, mas também existem vários centros políticos que conferem à multipolaridade um significado e um peso indiscutíveis. A *pax americana* posterior a 1991 não se assemelha à *pax romana* anterior à destruição de Cartago, um século antes de Cristo.

Os complexos e insolúveis problemas que acometem o Oriente Médio permanecem presentes como um permanente pano de fundo. Bem valeria a pena passar uma rápida revista aos mesmos. O Pan-arabismo, o conflito árabe-israelense, o problema palestino, o fundamentalismo islâmico e as controvérsias étnico-territoriais, eis aqui as causas fundamentais da instabilidade e da conflitualidade dessa zona do mundo.

O Pan-arabismo é resultado do processo artificial e arbitrário que deu origem à existência dos Estados da região. Na medida em que estes surgiram como resultado de um simples traçado geométrico, que ignorou as realidades subjacentes, não foi possível assentar sobre eles um sentido de identidade nacional. Essa busca de identidade, que não encontrou resposta em nível de unidades nacionais, teve de se trasladar a dois extratos diferentes. De um lado, ao clã, à tribo, à família. De outro, ao contrário, para uma

entidade muito maior que os próprios Estados, ou seja, para a idéia da grande nação árabe. Em virtude deste fenômeno conhecido como Pan-arabismo, as fronteiras estatais são vistas como divisões artificiais que não fazem mais do que separar um mesmo povo.

O fenômeno panárabico tem trazido consigo consequências e as seguintes tendências: a formação de lideranças messiânicas que buscam projetar-se sobre o conjunto do mundo árabe; a intervenção em assuntos internos dos demais Estados árabes em virtude da justificativa brindada por esta noção supraestatal; a consideração das riquezas da região como propriedade mancomunada de todos os países árabes e os subsequentes ressentimentos que derivam ante a impossibilidade de aceder a elas; a identificação do arabismo com sunismo, ou seja, da raça árabe com a vertente sunita do islamismo.

O conflito árabe-israelense encontra sua origem no fim da Primeira Guerra Mundial, quando os britânicos assumiram o mandato sobre um território que, a seguir, haveria de se chamar Palestina. Ao fazê-lo, começaram a dar rédeas soltas à imigração judia, a qual se assentava nos compromissos derivados da chamada Declaração Balfour e nas exigências do movimento sionista que teve sua origem no intelectual húngaro Teodoro Herzl.

A Resolução 181 das Nações Unidas, do ano de 1947, adotou um plano para dividir a Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. A declaração de independência do Estado de Israel, em 1948, veio imediatamente sucedida por um ataque combinado de Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. O resultado desta guerra foi

*O autor é Coronel-aviador e historiador.

que Israel ficou de posse de territórios mais extensos do que aqueles que lhe haviam sido designados, originalmente, no Plano de Partição da Palestina, aprovado pela ONU. Desta maneira, ao problema da introdução de um “corpo estranho” na região vieram somar-se dois problemas adicionais: a ocupação, por parte de Israel, de territórios que não lhe foram conferidos juridicamente e a presença de uma população árabe-palestina flutuante, transformada em permanente fator de combustão.

O problema palestino teve sua origem na impossibilidade de se criar um Estado árabe, de acordo com o prescrito pela Resolução 181 que dividiu a Palestina. A guerra de 1948, que sucedeu à independência de Israel, aumentou seu território, ocupando a Galiléia e a parte oeste de Jerusalém, que haveriam de corresponder à Palestina árabe. Mais grave ainda, entretanto, foi a atitude dos próprios árabes para a criação de um Estado árabe-palestino. O emir Abdullah anexou a Cisjordânia a seu próprio território da Transjordânia, formando sobre estas bases o moderno reino da Jordânia. Por outro lado, o Egito ficou com o controle da Faixa de Gaza, também destinada ao Estado árabe-palestino. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel conquistou Gaza e a Cisjordânia. A partir deste momento a impossibilidade de conformar um Estado árabe-palestino, sob os termos da Resolução 181, passou a ficar sob a responsabilidade israelense.

O fundamentalismo islâmico é resultado do caráter totalizador do credo corânico, sempre propício aos excessos. A *Sharia*, ou sujeição às leis religiosas, se apresenta como uma opção natural de identidade em meio à influência ocidental e ao mundo moderno. Nela, o crente muçulmano encontra resposta para suas dúvidas, em meio aos preceitos que guiam todos os aspectos de sua vida cotidiana e lhe brindam com um nicho de certezas frente a um leque de questionamentos sem respostas. A revolução de Khomeini no Irã abriu as portas a um modelo

de vida e de sociedade que a cada dia se apresenta mais atrativo para amplas massas populacionais do Oriente Médio. O temor à *Jahiliyya*, ou seja, a apostasia e a barbárie, são identificados não somente com a presença e a influência do Ocidente, mas também com a dos regimes pró-ocidentais da região.

As controvérsias étnico-territoriais são resultado de traçados artificiais pelos quais ingleses e franceses delinearam as fronteiras da região, após a Primeira Guerra Mundial. Antigas províncias turcas se viram desligadas de seus centros ancestrais de posse, da mesma maneira como grupos étnicos de uma mesma origem se viram separados por novos limites estatais. Desta forma, a Jordânia se sentiu no direito histórico de anexar a Cisjordânia, da mesma maneira que o Iraque considerou que podia fazer o mesmo com o Kuwait. Irã e Iraque têm mantido uma perene disputa sobre o Shatt-el-Arab, da mesma forma que a Síria sempre considerou que a província de Mossul, outorgada ao Iraque, forma parte de sua herança histórica. De um a outro extremo da região, os problemas territoriais se reproduzem, gerando rusgas e confrontos. Por sua vez, a pressão irredutível de grupos étnicos que se consideram com direito a uma pátria própria se faz sentir de maneira contundente. Junto ao caso palestino, anteriormente aludido, encontramos também os curdos, grupo étnico que foi disseminado entre Turquia, Irã e Iraque.

É importante enfatizar que o Oriente Médio contém em suas entradas dois terços das reservas petrolíferas do mundo e tem demonstrado, sistematicamente, incapacidade para alcançar a estabilidade política e estabelecer a tão almejada paz. Os problemas e tensões que afloram a todo momento demonstram estar calcados em ódios e ressentimentos acumulados ao longo de séculos e mostram-se demasiadamente enraizados para que seja promovida, a curto prazo, uma trégua nesta conturbada e explosiva região. ☺

Os africanos em quem os ocidentais deveriam prestar atenção¹

Dr. Lawrence Reed*

Tradução de Heitor de Paola

Na reunião de cúpula do G-8 no último mês de julho, na Escócia, políticos europeus e norte-americanos (todos eles brancos) choraram lágrimas de crocodilo pela penosa situação dos negros africanos. Fazendo eco ao gransnar histriônico de atores, astros de rock, ideólogos socialistas, ditadores do Terceiro Mundo e outros “grandes especialistas” em desenvolvimento, clamaram por mais uma transferência de recursos das nações desenvolvidas para as subdesenvolvidas da África – critério que parecia não excluir nenhum país do continente. Os líderes do G-8 querem que os governos aumentem dramaticamente o nível de ajuda econômica para a África e perdoem as dívidas acumuladas pelos antigos regimes africanos. A magnitude dos subsídios propostos dá novo significado à frase “jogar dinheiro pelo ralo”, geralmente usada em tom pejorativo.

Liderança ousada e imaginativa? Novas soluções criativas para problemas intratáveis? Difícilmente. É mais mera pose política, desculpa para viagens dispendiosas e ignorância da realidade e da economia. A resposta coletiva de pessoas que *pensam* seria mostrar aos africanos o que fazer por eles mesmos.

Na verdade, esta é a resposta de um número crescente de pessoas na própria África. Não dos *governos* africanos, claro, que só esperam a ajuda externa escorregar entre seus dedos para

chegar a conta-gotas na boca dos famintos cidadãos por eles oprimidos. Certamente não os ricos *showmen*, como Bono, que lá ficam uns poucos dias e que acham que “sentiram a África” por se aventurem a sair de um hotel cinco estrelas com uma câmera digital. Estou me referindo aos africanos nativos que são os primeiros a ver o que a ajuda estrangeira tem feito aos seus países, que entendem o que realmente deve ser feito para que um país subdesenvolvido se desenvolva, e que estão escrevendo e falando com uma coragem e erudição que desafia o falso *status quo*.

Um deles é o ex-professor primário James Shikwati, do Quênia. Com 34 anos, fez furor, tanto na Europa quanto na África, com uma entrevista publicada em julho pelo periódico alemão *Der Spiegel*. “Pelo amor de Deus, parem por favor, parem com a ajuda!”, clamava a manchete. Shikwati argumentou que bilhões em ajuda passada somente alimentaram bem nutritas burocracias, estimularam a corrupção e a complacência. Pior, enfraqueceram os fazendeiros e empresários locais que não conseguem competir com a ajuda estrangeira gratuita. “Se as nações industrializadas querem realmente ajudar a África, devem acabar imediatamente com esta ajuda indecente”, declarou. O *think tank* de Shikwati, o Inter-Region Economic Network, estimula a educação para o livre mercado. Patrocina

¹ O título deste artigo é uma homenagem a Antônio Frederico de Castro Alves, o “poeta dos escravos”.

* Presidente do Mackinac Center for Public Policy, um instituto educacional e de pesquisa com sede em Midland, Virginia.

O seu artigo, que traduzi, saiu publicado na *Newsletter do IPPA* de 8 de dezembro de 2005.

seminários no leste da África focados no treinamento para desenvolver seus próprios talentos empresariais e se opor às políticas governamentais que impedem seu desenvolvimento. Shikwati acredita que não haverá desenvolvimento algum enquanto um grande número de africanos, encorajados por ocidentais estatistas, olhar para si mesmo como vítimas e mendigos. Em vez de agir “como uma criança esperando a babá”, diz ele, a África “deveria se levantar e se sustentar por seus próprios pés”.

Leon Louw, da África do Sul, não estava só quando disse coisas parecidas já na década de 1970. Neste ano comemora-se o trigésimo aniversário de sua Free Market Foundation em Johannesburg e Capetown. Ele pode comemorá-lo com a certeza de que grupos como o seu e o de Shikwati proliferam na África de hoje – em sintonia com os africanos comuns quando dissecam as políticas governamentais, tanto em seus países como em todo o mundo. O “debate” político deixou de ser uma litania de prescrições socialistas e de bem-estar social, mas foi revivido pela saudável discussão fundada no respeito à lei e à livre empresa.

Na nação mais populosa da África, Nigéria, a crítica à ajuda ocidental ecoa na voz do jornalista Thompson Ayodele. Como fundador e dirigente do Institute of Public Policy Analysis, Ayodele observa que, “de 1970 a 2000, a África recebeu em torno de US\$ 400 bilhões em ajuda ocidental. A África recebeu suficiente ajuda dos outros países. Mas se alguém quiser realmente ajudar os africanos pobres a saírem do círculo vicioso de pobreza, deveria estimular o livre comércio, proteger os direitos de propriedade, encorajar a abertura comercial, permitir o florescimento do mercado e reduzir a intervenção governamental na economia”.

Ayodele não quer o dinheiro de Tony Blair mas sim uma reversão da política do mesmo. “O Primeiro-ministro Blair deveria ter o mesmo zelo e compromisso que hoje devota ao pro-

mover a ajuda externa e ao cancelamento dos débitos, para acabar com os subsídios que distorcem as trocas comerciais e as tarifas que totalizam US\$ 1 bilhão por dia. Abolir essas políticas faria muito mais para melhorar a vida de milhões de pessoas abatidas pela pobreza na África do que qualquer quantia em ajuda estrangeira.”

Por piores que sejam as barreiras impostas pelos países de fora da África, estas nem chegam perto das barreiras que os governos africanos aplicam entre si. A tarifa média entre os países africanos, segundo o FMI, é 50% maior que no resto do mundo. Números do Banco Mundial indicam que, enquanto as nações subsaarianas conseguem, na compra de commodities agrícolas da Europa, a tarifa média de 19%, elas sobrecregam seus vizinhos com incríveis 33,6%. Não é por nada que as mercadorias ficam encalhadas nestes países por tempo três vezes maior do que na Europa ocidental. Durante décadas, quenianos podiam comprar alimentos da Inglaterra por menos do que conseguiam da vizinha Uganda. Defensores do livre mercado, como Shikwati, imaginam como os quenianos viveriam melhor se eliminassesem suas próprias tarifas e comprassem diretamente de Uganda, evitando ainda o custo dos intermediários ingleses. Finalmente, em janeiro de 2005, o livre comércio conseguiu um tanto quando vários países da África Oriental assinaram um protocolo alfandegário conjunto que reduziu ou até mesmo eliminou inúmeras tarifas.

A liberdade comercial entre os países africanos é um tema permanente de um dos mais novos *think tanks* do continente, conhecido como IMANI: Center for Humane Education. Seu fundador, Franklin Cudjoe, acredita que “o principal fator que mantém a África atrasada é o enorme déficit de políticas orientadas para o mercado”. Acrescenta que as restrições ao livre comércio estão na base da imensa ineficiência das indústrias sob a proteção do Estado, à custa dos

consumidores. Sua organização educa jovens bolsistas em Gana, sua terra natal, para promover as necessárias mudanças. Cudjoe fala com brutal honestidade sobre o alto índice de corrupção que rouba a poupança dos cidadãos e o capital dos empresários. Os gastos governamentais na África canalizam tanto a ajuda externa quanto as taxas dolarizadas para os que têm boas conexões políticas. Quando os defensores da ajuda estrangeira gritam que a cada três segundos morre uma criança africana de fome ou doença, Cudjoe pergunta: "Você sabe que os governos africanos roubam US\$ 4.700 por segundo?"

Quando a empresa aérea holandesa KLM quis começar a voar de países vizinhos para Gana, os funcionários do governo pediram propinas. A empresa desistiu. "As nações ocidentais não fazem isto conosco e a ajuda estrangeira somente mantém este sistema funcionando", diz Cudjoe. É ainda mais difícil entender que os países ocidentais sejam acusados pelos problemas do Zimbabwe, quando seu líder, Robert Mugabe, vive como um príncipe enquanto suas políticas marxistas desperdiçam as parcas riquezas do país. Só no último verão os sequazes de Mugabe deslocaram à força mais de 300 mil pessoas nu-

ma campanha contra as empresas privadas e seus oponentes políticos. Centenas de milhares estão tiritando em tendas e barracas, suas casas e seus negócios arrasados. Será que alguém, além de Jesse Jackson (*N. T. – Pastor comunista norte-americano, ex-candidato a presidente pelo Partido Democrata*) e Al Sharpton (*pastor comunista, ativista, ex-candidato a presidente pelo mesmo partido*), acredita que o que o Zimbabwe precisa é do dinheiro do Ocidente?

Os defensores do mercado chegaram a uma conclusão famosa expressada nas tiras humorísticas do Pogo: "Encontramos o inimigo e ele somos nós!" Eles entendem que os subsídios podem aplacar a culpa de estrangeiros ingênuos, mesmo que perpetuem as patologias políticas e culturais que criam e sustentem a pobreza que os africanos devem evitar. Avançaram demais e devotaram suas vidas a uma retórica vazia sobre a África.

Se há uma razão para esperança na África certamente não vem da loucura ocidental de jogar dinheiro fora, mas porque nativos, como Shikwati, Louw, Ayodele e Cudjoe, estão clamando ao mundo para que aprendam as dolorosas lições derivadas das políticas passadas. ●



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Estudo histórico sobre a guerra antiga

J. B. Magalhães

Síntese da arte da guerra no período clássico (Grécia e Roma)
na visão de grandes historiadores,
como Xenofontes, Políbio, Vegécio e Sun Tzu.

A crise dos mísseis do século XXI

Ricardo Caldas*

Diferentemente da crise dos mísseis cubanos em 1962, quando Cuba, sob o governo de Fidel Castro, tentou instalar mísseis em seu território, deixando a humanidade à beira de uma Terceira Guerra Mundial, a crise dos mísseis norte-coreanos possui características bem distintas.

A Coréia do Norte, ao contrário de Cuba, não se situa em uma área geográfica que seja uma ameaça direta para os EUA. O fato de as duas Coréias estarem situadas em uma península limita o impacto de uma possível crise. Por seu lado, apesar de não estar na área de alcance dos EUA, não significa que a Coréia do Norte não possa atingir os principais aliados militares estadunidenses, como a Coréia do Sul e o Japão. Além disso, o fato de a Coréia do Norte já ter invadido a Coréia do Sul em 1950 não depõe a favor do Governo norte-coreano, tido na comunidade internacional como uma réplica da fábula totalitária descrita por George Orwell em sua obra-prima: *1984*.

O modelo totalitário soviético de partido único, de inspiração stalinista, foi implantado na Coréia do Norte após a Segunda Guerra Mundial. Ainda hoje o sistema político norte-coreano é réplica do sistema soviético. Com a morte do líder e Presidente Kim Il-sung, em 1994, seu filho tornou-se o principal líder norte-coreano e supremo comandante do país a partir de 1998. A Coréia do Norte tornou-se, assim, o primeiro regime totalitário hereditário do planeta. O próximo provavelmente deve ser Cuba.

A partir da crise do petróleo na década de 1970 e da retirada progressiva do apoio soviético

co, a Coréia do Norte entrou em profunda e irreversível depressão econômica. Faltam alimentos para a população, energia no país e matérias-primas para as fábricas. O Governo norte-coreano não conseguiu ainda estabelecer uma estratégia de ação para contrabalançar a retirada ao apoio da ex-URSS, ao contrário de Cuba, que passou a se apoiar de forma crescente na indústria do turismo. Hoje, a Coréia do Norte depende da ajuda de outros países e de doações dos países desenvolvidos (e da Coréia do Sul) para sobreviver. Estima-se que o PIB da Coréia Norte deva estar atualmente em torno de US\$ 30 bilhões. Apesar desse fato, a Coréia do Norte mantém altíssimos gastos militares, talvez um dos maiores do planeta em relação ao Produto Interno Bruto, em torno de 20% do PIB.

Na comparação entre o programa nuclear do país e o iraniano, observa-se que o do Irã é bastante incipiente e apresentou poucos resultados práticos até o momento, como nota Marcos de Azambuja (*Os Programas Nucleares da Coréia do Norte, do Irã e suas consequências*, Paz e Terra, 2006). Não é esse o caso da Coréia do Norte. De fato, as pesquisas nucleares norte-coreanas são bem conhecidas. Desde 1992 o país autorizou visitas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), mas se acredita que o Governo tenha impedido que a AIEA tenha tido contato com regiões onde pudesse haver a produção de urânio. Na comunidade internacional, supõe-se que a Coréia do Norte já é capaz de fabricar artefatos e ogivas nucleares de médio alcance.

Em 1994, a Coréia do Norte se dispôs a suspender seu programa nuclear e, em troca, recebeu a promessa de US\$ 5 bilhões em combustível e dois reatores nucleares para fins pacíficos.

* O autor é professor da Universidade de Brasília.

No entanto, a partir de 1998 passa a lançar mísseis por cima do Japão, deixando os governos japonês e sul-coreano em estado de alerta.

Apesar desse fato – ou talvez por causa dele –, desde 2000 inicia-se um processo de aproximação entre as duas Coréias, inclusive com visita de presidentes. Aparentemente, para a Coréia do Norte a questão nuclear é um jogo onde ela pretende obter o melhor resultado possível via ameaças. Assim, o disparo de mísseis, durante a data máxima dos EUA, 4 de julho, parece ter sido uma clara tentativa da Coréia do Norte de chamar atenção sobre a sua situação para os países doadores maximizarem suas doações a fim de dissuadir o Governo norte-coreano a abandonar seu programa nuclear.

Com efeito, a Coréia do Norte provavelmente está blefando. O Governo percebe a pre-

ocupação da comunidade internacional com a questão da segurança internacional e busca obter o máximo de ganhos possíveis sob a forma de doações, energias e alimentos para contrabalançar as mazelas de sua economia e aumentar a longevidade do regime stalinista. Nesse aspecto, a referência da Coréia do Norte é o Irã, que está sendo cortejado pela comunidade internacional, principalmente pela União Européia, que teria oferecido uma série de incentivos econômicos, comerciais, financeiros para que o Governo iraniano abandone sua intenção de processar urânio no país. A Coréia do Norte, aparentemente, deseja ser cortejada também.

Esse fato explica, ao menos em parte, por que a Coréia do Sul deu menos importância que os EUA aos mísseis lançados pela vizinha Coréia do Norte. Veremos os resultados do jogo em breve.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Arte de Governar

Margaret Thatcher

A autora estuda e conclui sobre a obtenção de diferentes caminhos para desenvolver a arte de bem governar. Ela analisa os fatos políticos mundiais desde a chamada Guerra Fria, passando pelo continente eurasiano e seus diferentes conflitos sociais e religiosos e concluindo sobre a participação socioeconômica da Grã-Bretanha no mundo europeu.

Conceito de soberania e interesse nacional¹

Sérgio Xavier Ferolla*

O colonialismo como política de dominação absoluta (*realpolitik*) perdurou no mundo periférico até o último pós-guerra. Ele tanto foi responsável pelo progresso e enriquecimento dos grandes impérios como, em contrapartida, pelo atraso e miséria dos continentes onde exerceram um domínio predatório.

As lutas anticoloniais, que datam desde o começo do século XIX, não conduziram, na verdade, à emancipação econômica, científica e tecnológica das novas entidades nacionais, tendo o velho colonialismo sido substituído pela doutrina da *interdependência*, que compreende as relações externas e internas dos novos Estados. Interdependência, no seu sentido exato, significa um padrão de relações e trocas entre povos e nações. Importa examinar esse padrão de trocas.

A História nos mostra que, no plano jurídico-político, a interdependência, no quadro da heterogeneidade de regiões e de Estados-nação, baseou-se no princípio da *universalidade abstrata*, cuja ideologia é o liberalismo. Consistiu, fundamentalmente, em contratos entre Estados profundamente desiguais em seu desenvolvimento socioeconômico, poder político e militar, embora iguais em sua autonomia jurídica.

No plano econômico, esse tipo de relação entre as potências hegemônicas e a periferia caracterizou-se pelo sistema simples de exportações/importações, configurando um processo de trocas desiguais.

No período da Guerra Fria, a interdependência adquiriu nova característica, passando

de contratos entre entidades denominadas *autônomas*, porque juridicamente iguais entre si, para um pacto coletivo regional entre entidades ainda juridicamente iguais, porém limitadas em sua autonomia, pela dependência jurídica/política. As relações econômicas centro-periferia caracterizaram-se pela presença maciça de investimentos externos diretos (transnacionais) e indiretos (empréstimos) nas economias periféricas.

Com o desmoronamento do Império soviético, estrutura-se uma *nova ordem internacional*, baseada ainda no princípio da *universalidade abstrata*, porque trata de relações marcadas por uma divisão internacional do trabalho, que, embora não sendo clássica, mantém as desigualdades fundamentais e a autonomia limitada pela nova *pax mundial*.

O Brasil não foi exceção nesse pernicioso quadro, como nos mostra, em seu precioso e didático livro *500 Anos de Periferia*, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, atual Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE), nesse período de governo 2002/2006. Com rara clareza, coragem e conhecimento, retrata, de forma precisa, a evolução do cenário internacional ao longo dos 500 anos da História do nosso País e os óbices sempre atuantes em detrimento do desenvolvimento nacional.

Num breve repasse da trajetória histórica de nossa região, desde o Período Colonial, lembra o autor que, no século XVI, as diversas regiões da América Latina passaram a ser domíni-

* Publicado na revista *Idéias em Destaque* nº 21 mai/ago 2006.

** O autor é Tenente-brigadeiro-do-ar.

os das potências européias da época: Espanha e Portugal, que, “ao não acompanharem o ciclo da evolução capitalista” que eclodiu na Europa, “passaram a sobreviver não pelas suas forças produtivas, mas principalmente pela espoliação colonial”. Como consequência, e forçadas pelo irrealismo de suas políticas, viram-se obrigadas a assinar tratados perniciosos com a Inglaterra, como o de Methuen, enquanto impunham às colônias “regime de monopólio comercial e de proibição de desenvolvimento industrial e cultural”.

Em decorrência, particularmente para o Brasil, ao conquistarem a independência, as ex-colônias “rapidamente se colocaram sob a proteção inglesa, assumindo um *status semicolonial*, devido aos tratados celebrados”.

Tal processo de dominação evoluiu para outros atores despontados no cenário mundial como resultado das duas guerras mundiais e, especialmente após 1945, quando a liderança dos Estados Unidos consolidou-se no plano internacional. Como se depreende, a questão da autonomia e dependência/interdependência não se limita ao aspecto jurídico-político, vinculando-se predominantemente ao processo histórico das formações nacionais e aos modelos de desenvolvimento.

A nova dependência pós-Guerra Fria define-se pelo tipo de relações econômicas, financeiras, científico-tecnológicas, culturais e políticas entre as nações dependentes e os centros de decisão mundial.

Essa estratégia do poder mundial decorreu de uma nova conjuntura de crise geral do sistema, particularmente da ordem criada em Bretton Woods, e apresentou motivações e características bem definidas, a saber:

1. A transnacionalização do sistema financeiro, que foi acelerada após o fim da “convertibilidade do dólar em ouro ou qualquer outro recurso de reserva”, em 1971;

2. A conjuntura de recessão e desemprego dentro do sistema hegemônico mundial;

3. A formidável expansão dos monopólios e oligopólios transnacionais;

4. Os avanços tecnológicos nas áreas das comunicações e da computação;

5. A adoção oficial, por parte dos países dependentes, principalmente em função da dívida externa, da *doutrina monetarista* imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial;

6. As pressões externas e internas contra os Estados nacionais, retirando-lhes a função regulamentar da economia, a defesa das suas indústrias etc.;

7. A associação integral entre os sistemas financeiros nacionais e o sistema internacional. Como consequência, a subordinação dos Estados, em suas funções econômica e financeira, ao sistema mundial, geralmente através dos bancos centrais *independentes*, porém controlados pelo Banco Federal de Reserva – o Banco Central dos EUA;

8. A imposição do colonialismo tecnológico, pelo sistemático bloqueio aos trabalhos de desenvolvimento científico e tecnológico em áreas avançadas, nos países periféricos;

9. A reprodução, em âmbito mundial, da falsa tese de que o desenvolvimento supõe a integração das economias locais, sem restrições, no processo de globalização.

Todas essas premissas levaram ao desmonte dos Estados nacionais como *agentes econômicos*, visando à transferência do excedente econômico local para o setor privado internacionalizado, em detrimento dos investimentos públicos e do atendimento a uma demanda social mínima. Nossa País é um triste exemplo desse pernicioso processo.

Como estratégia de preservação e expansão, as estruturas hegemônicas de poder, hábil e sutilmente, utilizam as organizações internacionais sob seu controle, tais como: o Conselho de Segurança da ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Grupo

dos Sete (G-7), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros.

A participação da maioria dos países da periferia nesses organismos internacionais faz-se essencial, para dar legitimidade e validade universal às normas estabelecidas e à eventual aplicação de sanções *internacionais* contra os infratores. Suas ideologias são elaboradas de forma a serem “percebidas como neutras, desinteressadas ou, melhor ainda, de interesse geral, imparciais, verídicas e verossímeis” e, sempre que a realidade demonstra o contrário, “são substituídas por outras que desmentem, ridicularizam e se apresentam como novas e agora sim verdadeiras” (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *500 Anos de Periferia*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contra Ponto Editora).

A tal estratégia se soma a formação de elites e quadros simpáticos que, apoiados pelo poder econômico dos centros hegemônicos, ocupam posições de destaque na vida pública e privada, bem como galgam postos na política e nas decisões nacionais.

Diante dessa realidade internacional, como preservar a essencialidade do princípio da soberania nacional, em países como o Brasil? Evidentemente, a adjetivação *dependente* já anula, *a priori*, o princípio da autonomia. Trata-se, portanto, de superar essa condição, o que de fato constituiu, desde a nossa independência, uma aspiração nacional legítima e a base de um projeto nacional.

E quais seriam os limites da conquista do poder de decisão nacional?

Creemos tratar-se, em primeiro lugar, de recuperar ou conquistar um certo grau de autonomia e determinação nacional, como objetivo supremo a ser alcançado em curto prazo. Para tal, é importante definir-se o modelo ou padrão de desenvolvimento que se almeja.

Os modelos do pós-guerra obedeceram ao paradigma neocolonial, com uma economia voltada para o exterior, em detrimento do mercado

interno, sendo subsidiada e controlada crescentemente pelo capital industrial e financeiro transnacional, daí resultando, como consequência, na transferência do excedente econômico para fora do país.

O paradoxo desse modelo simplesmente exportador, ainda preconizado por muitos como panacéia, é que quanto maior for o grau de *integração* no mercado mundial e de dependência do capital externo, maior será a sujeição às normas internacionais e à transferência do excedente econômico para o exterior. Em resumo, maior será a espoliação do país.

A solução mais conveniente seria então reduzir esse grau de dependência aos mercados comerciais e financeiros externos, bem como limitar a interferência do *entre* mercado nas questões domésticas.

Vivemos, porém, uma realidade perniciosa consolidada pelos desacertos de muitas das administrações nacionais, pouco nos restando de grupos empresariais nacionais, capazes de redirecionar, pelas leis vigentes no mercado e com seus próprios recursos, os verdadeiros rumos de interesse da nação brasileira.

Para esse tipo de modelo de desenvolvimento, como norma política, faz-se necessário que o Estado recupere ou mesmo reconquiste sua função pública e de defesa da nacionalidade e da cidadania. Não se trata de fazer o Estado maior ou menor, mas alterar suas bases ideológicas, transformando, radicalmente, sua natureza neocolonial, como condição para viabilizar a nação ameaçada. Seu novo perfil deverá retratar um Estado atuante e econômico, financeira, política e operacionalmente forte, o suficientemente forte para neutralizar os poderosos fatores que atuam no sentido da sua desintegração.

É precisamente neste momento de transição e reordenação mundial, marcado por uma crise geral do sistema financeiro, que as nações em desenvolvimento e viáveis, como o Brasil, devem formular ou optar por novas políticas em

suas relações com o poder mundial e seu modo peculiar de participação no cenário internacional, procurando manter e reforçar a substancialidade e a essencialidade da autonomia nacional, em oposição ao desgastado e inoperante princípio da *universalidade abstrata*.

A formulação de um modelo de desenvolvimento nacional nos países periféricos requer a indagação precípua sobre os limites possíveis, diante da transnacionalização dos bancos e do capital produtivo. Como será possível endogeneizar o desenvolvimento econômico diante da nova divisão internacional do trabalho, que se caracteriza pelo deslocamento de unidades produtivas do centro para a periferia e da maior dependência em relação aos centros internacionais de decisão e controle, sobretudo financeiro? Quando a transnacionalização suscita a questão da pertinência do Estado e da própria criação de um espaço econômico nacional?

Nossas reflexões apontam para, pelo menos, duas condições preliminares à formação do espaço nacional:

1. A decisão política e a existência de recursos humanos e naturais;
2. A decisão política de fazer e saber como fazer, o que implica um grau de autonomia nacional razoável.

Se uma maior inserção de nossa sociedade na convivência internacional é um imperativo de nossos dias, devemos fazê-la conforme um modelo que, respeitando as regras das boas relações internacionais, atenda às nossas necessidades e aspirações. Não nos interessam modelos importados, por mais elaborados que se apresentem e qualquer que seja a sua origem, uma vez que não atendam a um princípio fundamental: o interesse nacional.

O desenvolvimento de uma nação não deve ser medido tão-somente pelas variáveis comuns das estatísticas econômicas, mas principalmente pela existência de um clima de liberdade e de igualdade de oportunidades para todos os cida-

dãos, bem como pela capacidade de atendimento às necessidades de alimentação, trabalho, saúde, educação e segurança de seu povo.

A busca do crescimento deve-se apoiar, principalmente, no desenvolvimento de tecnologias compatíveis com a realidade do país e dos processos produtivos ao nosso alcance, na expansão do mercado interno e na ocupação do espaço nacional, interiorizando ao máximo possível as atividades agroindustriais, de forma a reduzir as migrações e o consequente agravamento da crise social entre as populações urbanas das grandes cidades.

No quadro atual de incertezas quanto ao futuro de toda a humanidade e de taxas elevadas de desemprego nos grandes centros urbanos, destaque especial deve ser dado ao setor de agronegócios, que abrange a cadeia produtiva do campo ao consumidor. Esse setor, conhecido como *agri-business* no jargão do mercado, é responsável por cerca de 30% do PIB mundial.

Para evitar as distorções que são observadas em nosso País, com o crescimento exponencial dos grandes empresários do campo, contrastando com a situação de penúria dos pequenos agricultores, linhas especiais de financiamento precisam ser aperfeiçoadas, para que a agricultura familiar produza mais e com eficiência boa parte dos alimentos que consumimos. Uma política realista de assentamentos torna-se urgente, cedendo o terreno e promovendo real assistência técnica e econômica a essa multidão de miseráveis abandonados e desesperançados, que muitas vezes, de forma radicalizada, propugnam por ajuda, para que usufruam um mínimo dos direitos da cidadania que sempre lhes foi negado.

No campo industrial, pela pujança do País e lutando contra os desvios das antipolíticas que se alternam aleatoriamente, de Governo em Governo, ainda nos restam segmentos nacionais passíveis de otimização e estímulo, a serem considerados em uma eventual e desejada retomada do desenvolvimento. Para essas empresas,

capacitadas para atuarem em setores estratégicos, onde as empresas estrangeiras, devotadas aos produtos de grande mercado, pouco interesse demonstram em investir, já que submissas às políticas de suas matrizes, estariam dirigidos os programas governamentais em tecnologias de ponta e em áreas de especial significado para a mudança do patamar tecnológico nacional, como aeronáutica e espaço, nuclear, de energia e petróleo, telecomunicações e controle do espaço aéreo, biotecnologias, química fina e produtos farmacêuticos, armamentos e materiais de defesa etc.

Ostentemos nossa bandeira de luta e reação contra as condicionantes coloniais de um remoto e superado passado histórico, pois o exemplo dos nossos inumeráveis, ilustres e bravos líderes, civis e militares, deve ser o farol a iluminar nossos caminhos nesse limiar do século XXI. Soubemos superar enfrentamentos militares complexos, e a consolidação dos limites geográficos nacionais se fez pela justa argumentação diplomática e pelo respeito ao Direito Internacional.

Mantemos relacionamento respeitoso e próximo ao longo do nosso arco de fronteiras terrestres, de 14 mil quilômetros, com os países vizinhos e, cada vez mais, nos empenhamos em tornar realidade uma comunidade de nações na América do Sul. Mas muito ainda há a realizar, uma vez que poderosos interesses alienígenas insistem na manutenção de um mundo assimétrico, no qual, pelas políticas econômicas unilateralmente adotadas, cada vez mais se acentua o protecionismo, o distanciamento entre os ricos e os pobres, o desemprego e a recessão.

Já em 1971, falando aos estagiários da Escola Superior de Guerra, o então Embaixador do Brasil em Washington, Araújo Castro, alertava para uma clara intenção de cerceamento do desenvolvimento das nações e afirmava que "em várias oportunidades, no cenário das Nações Unidas, perante a Assembléia Geral e o Conselho Econômico e Social, o Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delineia como firme

e indisfarçada tendência no sentido do congelamento do poder mundial. E quando falamos de poder", prossegue o embaixador, "não falamos apenas de poder militar, mas também de poder político, poder econômico, poder científico e tecnológico".

Como mensagem final, e propondo uma isenta e patriótica meditação nesses fatores condicionantes da nacionalidade e da própria soberania, transcrevo as proféticas e corajosas palavras desse expoente maior da nossa diplomacia, quando afirmou:

"Nenhum país escapa ao seu destino, e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado e por vários motivos: por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento socioeconômico e, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento.

As soluções mediocres e pequenas não convêm nem interessam ao Brasil."

"Temos de pensar grande e planejar em grande escala, com audácia de planejamento e isto, simplesmente, porque o Brasil, ainda que a isso nos conformássemos, não seria viável como país pequeno ou mesmo como país médio. Ou aceitamos nosso destino como um país grande, livre e generoso, sem ressentimentos e sem preconceitos, ou corremos o risco de permanecer à margem da História, como povo e como nacionalidade."

"O nacionalismo não é, para nós, uma atitude de prevenção ou de hostilidade. É, ao contrário, uma grande vontade de participação internacional. É um esforço para colocar o Brasil no mundo, mediante a utilização de todos os meios e com o concurso de todos os países que queiram colaborar conosco no equacionamento e na solução dos problemas mundiais. Esse nacionalismo é uma posição de afirmação e maturidade do Brasil, dentro da comunidade de nações." ☺

Um panorama do direito internacional no início do século XXI

Sérgio Aguilar*

A sociedade internacional é descentralizada, formada pelos Estados, pelos organismos internacionais e, sobretudo, pelos homens, como seres individuais e atuantes dentro de cada organização. Enquanto o Direito Interno é objetivo e com valores absolutos, “a autoridade superior e o braço forte do Estado garantem a viabilidade da ordem jurídica, subordinando compulsoriamente as proposições minoritárias à vontade da maioria, fazendo valer para todos o acervo legislativo e as situações e atos jurídicos que se produzem na sua conformidade” (Resek, 1998:1). No plano internacional, não existe a autoridade superior e uma força armada permanente. Os Estados se organizam horizontalmente e prontificam-se a proceder de acordo com normas jurídicas na exata medida em que estas tenham constituído objeto de seu consentimento.

O consentimento está ligado aos interesses do Estado que, no exercício de sua soberania, abona a adoção de determinadas regras, no quadro de instituições internacionais, abrindo mão de parte de sua liberdade.

O Direito Internacional Público (DIP) é composto por um conjunto de normas jurídicas e de princípios que, num dado momento, regulam as relações – direitos e obrigações – dos membros da sociedade internacional, compreendendo os Estados, indivíduos e instituições que obtiveram personalidade por acordo entre esses Estados.

A evolução do DIP deu-se, principalmente, com a intenção de reduzir os conflitos armados,

proteger os indivíduos envolvidos, direta ou indiretamente, nos mesmos e criar mecanismos que possibilitem a resolução pacífica das controvérsias. A partir da segunda metade do século XX evoluiu, também, para as questões do meio ambiente e do comércio internacional.

Com o fim da Guerra Fria, no final da década de 1980, vários especialistas tentaram vislumbrar um futuro promissor na “nova ordem internacional” que se instalara. O fim do conflito ideológico e o predomínio de uma única potência mundial, associados ao acesso à informação e à implantação cada vez maior de regimes democráticos no mundo, resultariam no crescimento dos valores igualitários que trariam mais segurança ao mundo. Os valores do liberalismo, entrelaçados com democracia e mercados, seriam universalizados. Com as democracias se entendendo mais facilmente em torno da resolução de problemas globais e os mercados abertos gerando riqueza, principalmente para os países menos desenvolvidos, estariam estabelecidas as condições ideais para a construção da infra-estrutura de um mundo de paz e de desenvolvimento.

A Guerra do Golfo exemplificou como a nova ordem poderia ser estabelecida no campo da segurança. Sem a divisão ideológica do mundo, se identificaria facilmente os casos de violação dessa ordem e a maneira coletiva de obrigar o Estado violador a mudar seus procedimentos. Assim, seria possível a utilização eficaz dos instrumentos de segurança coletiva de

*Oficial de Estado-Maior e pós-graduado em História das Relações Internacionais pela Uerj e em Estratégias de Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes (RJ).

uma Organização das Nações Unidas fortalecida contra os que não cumprissem com seus compromissos no plano internacional.

A nova ordem seria uma construção da humanidade, através da harmonização das necessidades econômicas e de segurança e de valores universais. Teríamos, então, o “fim da história” de Francis Fukuyama (1999).

O reforço desses valores e o estado de segurança obtido permitiriam que grande parte dos recursos até então aplicados na fabricação de armas e na manutenção de exércitos pudesse ser relocado para o desenvolvimento e a melhoria da condição social dos países em desenvolvimento.

No entanto, já naquela mesma década, o surgimento de inúmeros conflitos étnico-religiosos nos países do antigo bloco soviético, os conflitos de interesses que permaneciam no campo do comércio internacional e o crescimento de manifestações racistas e xenófobas na Europa permitiram que se fizessem previsões pessimistas em relação à conformação da “nova ordem”. Huntington (1997), por exemplo, afirmou que o conflito permaneceria, as razões é que mudariam, passando da luta ideológica para a esfera cultural, o “choque de civilizações”.

Ao nascer o novo século, acontecimentos como a assunção à Presidência dos EUA do republicano George W. Bush e os atentados terroristas desencadeados pela rede internacional Al-Qaeda, nos EUA, acabaram reforçando as previsões pessimistas.

Em resposta à agressão terrorista, o Governo norte-americano deflagrou a chamada “guerra contra o terror” que resultou nas invasões do Afeganistão e do Iraque, executadas de maneira unilateral e sem respaldo da ONU; no aporte de recursos sem precedente para o campo da defesa; na edição de uma “Estratégia de

Segurança Nacional” que admitiu a supremacia militar dos EUA, a intenção de mantê-la e o direito de intervir militarmente em qualquer região do mundo caso seja do interesse norte-americano; na pressão política e econômica contra Estados que se contrapõem de alguma maneira aos seus interesses, como a antiga Iugoslávia (hoje Sérvia e Montenegro), Síria, Coréia do Norte, Irã e Cuba.¹

A colocação em prática da Estratégia de Segurança Nacional caracterizou-se pelo descumprimento de normas internacionais, pela explícita intenção de reduzir o papel de organizações internacionais, pela adoção de uma política unilateralista de emprego do poder militar em prol dos interesses nacionais.

Temas como direito de ingerência, intervenção humanitária, guerra preventiva e soberania limitada ganharam aplicação prática, e tentativas de melhor ordenamento mundial em relação ao meio ambiente, ao comércio internacional e aos direitos humanos acabaram esbarrando no egoísmo de algumas potências que colocam seus interesses individuais acima das aspirações globais.

Assim, o objetivo desse artigo é realizar uma breve análise sobre esses temas à luz das normas jurídicas internacionais e seus reflexos no direito internacional público.

INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA NA ANTIGA IUGOSLÁVIA

O século XX foi encerrado com a chamada “intervenção humanitária” realizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na antiga Iugoslávia. Tal conceito surgiu no início da década de 1990, a partir de um pronunciamento de François Mitterrand feito durante um encontro de Organizações Não-go-

¹ The National Security Strategy of the United States of America. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>. Acesso em 6/01/04.

vernamentais (ONGs), quando o presidente francês advogou o direito de os países mais desenvolvidos intervirem em um Estado que não cumprisse com seus deveres em relação às questões ambientais. Posteriormente, tal conceito foi estendido ao campo dos direitos humanos, questão que ganhou destaque naquela década. Passou-se a entender que haveria um direito, e até um dever, desses países em intervir em qualquer Estado cujo governo não cumprisse com seus deveres em relação aos direitos humanos, de acordo com o estabelecido nos diversos acordos internacionais, especialmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Atos considerados crimes contra a humanidade não poderiam mais ser cometidos sob o manto da soberania do Estado na resolução de seus conflitos internos. A possibilidade de uma intervenção humanitária foi intimamente relacionada com a discussão acerca da soberania limitada dos Estados, advogada pelas grandes potências a partir do clima de otimismo do final da Guerra Fria. A possibilidade de consenso sobre temas de interesses globais indicava a necessidade de que a noção de soberania fosse refeita e passasse a ser balizada pelas necessidades de uma comunidade global e não puramente de acordo com o interesse individual dos Estados.

Para os Estados que se posicionassem na contramão dos interesses dessa comunidade no campo dos direitos humanos, estaria reservada a possibilidade de sofrer a chamada “intervenção humanitária”, que acabou sendo realizada na antiga Iugoslávia.

A campanha aérea de quase três meses da Otan, chamada de Operação Força Aliada (*Operation Allied Force*), teve como objetivo declarado proteger a minoria albanesa da província do Kosovo. Os ataques atingiram praticamen-

te toda a infra-estrutura do país e forçaram o presidente sérvio a assinar um acordo, que implicou a retirada de suas forças militares e possibilitou a instalação de uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) na província do Kosovo, a *United Nations Mission in Kosovo – UNMIK*.²

A intervenção foi justificada com base no Art. 51 e no Cap. VIII da Carta da ONU, pelo entendimento de que a situação humanitária no Kosovo ameaçava a paz e a segurança internacionais e de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mesmo que a ameaça à paz e à segurança internacionais que a situação humanitária no Kosovo causava tenha sido reconhecida pela Resolução 1.199, de setembro de 1998, e que a ONU estimule os organismos regionais a agirem na solução pacífica dos conflitos, sua Carta determina que nenhuma ação coercitiva deve ser levada a efeito sem autorização do Conselho de Segurança.

A resolução acima citada, por si só, não autorizava o uso da força por uma organização regional, a Otan, contra aquele país. Como não foi aprovada qualquer outra resolução que, com base no Art. 42 da Carta da ONU, autorizasse uma ação militar, a intervenção da Otan deu-se à revelia do Conselho, sendo, portanto, ilegal.

A INVASÃO DO AFGANISTÃO E A LEGÍTIMA DEFESA

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou duas resoluções. A Resolução 1.368, de 12 de setembro, condenou os ataques e os qualificou como ameaça à paz e à segurança internacionais, incitou os Estados a agirem conjuntamente para trazer à justiça os perpetradores, organizadores e patroci-

² Mais dados sobre a intervenção da Otan na Iugoslávia, ver Aguilar, 2003: 211-232.

nadores de atos terroristas e reconheceu o direito natural de legítima defesa individual ou coletiva. A Resolução 1.373, de 28 de setembro, reafirmou a anterior, determinou o congelamento de fundos de grupos terroristas e a assistência recíproca entre os Estados no combate ao terror, dentre outras providências.

Com base nessas resoluções, os EUA lideraram uma intervenção militar contra o Afeganistão, por considerar os ataques terroristas como atos de guerra e invocando o direito de legítima defesa, sendo aceito pela comunidade internacional.

Como bem salientou RAMINA (2002: 151), os ataques terroristas não podem ser considerados como atos de guerra praticados pelo Estado afgão. Não se consegue, também, admitir que houve uma agressão do Estado, uma vez que os ataques partiram de uma organização terrorista, a Al-Qaeda. Só ocorre a responsabilidade internacional do Estado se pessoas ou grupos de pessoas agirem em nome do Estado, sob seu controle, diretivas ou instruções, ou como “funcionário de fato” do Estado.

O Art. 3º da Resolução 3.314 da AGNU, de 14 de dezembro de 1974, que enumera os atos de agressão, reforça a necessidade de os atos serem praticados em nome do Estado. O Art. 4º admite que o CSNU pode qualificar outros atos como sendo agressão, o que aconteceu no caso dos atentados terroristas. No entanto, a ligação da Al-Qaeda com o Governo talibã deveria ser provada de modo a estabelecer a responsabilidade do Estado afgão e justificar a legítima defesa, o que não foi feito. Além disso, se o reconhecimento da agressão foi feito pelo CSNU, caberia a ele, explicitamente, tomar as medidas necessárias através de uma nova resolução que autorizasse o uso da força militar.

Segundo o Art. 51 da Carta da ONU, a legítima defesa é um direito natural que só se aplica no caso de uma agressão armada e até que o

CSNU tome as medidas necessárias para a manutenção da paz. Determina, ainda, que o Estado, ao exercitar tal direito, deve comunicar imediatamente ao Conselho as medidas tomadas, as quais não deverão de modo algum atingir a autoridade e a responsabilidade do CSNU. No caso do Afeganistão, a dita legítima defesa dura quase quatro anos, e o CSNU se omitiu na adoção de tais medidas.

Além disso, se os atos terroristas foram considerados atos de guerra e a invasão militar ocorreu no exercício da legítima defesa, como justificar o tratamento de “combatentes ilegais” dado aos prisioneiros feitos em combate e encarcerados há mais de três anos na base norte-americana de Guantânamo? A legítima defesa implica atos de guerra, e os prisioneiros feitos em combate devem ser classificados como prisioneiros de guerra, ficando amparados por todas as normas internacionais, especialmente pela 3ª Convenção de Genebra de 1949, o que não ocorreu.

A INVASÃO DO IRAQUE E A GUERRA PREVENTIVA

Ao final da chamada 1ª Guerra do Golfo, de 1991, a Resolução 687, do CSNU, determinou que o Iraque fornecesse informações detalhadas sobre seus programas de desenvolvimento de armas de destruição em massa e de mísseis e criou uma comissão especial para verificar o seu cumprimento, a *United Nations Special Commission (UNSCOM)*, que teve, inclusive, a participação de brasileiros. Em 1999, a Resolução 1.284 criou uma comissão da ONU para monitorar, verificar e inspecionar esses programas, a *United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission (UNMOVIC)* que, apesar de vários entraves, permanecia realizando seu trabalho naquele país.

Por conta dos atentados terroristas de 2001 e seguida à intervenção no Afeganistão, o presi-

dente norte-americano elegeu o Iraque como o principal integrante do chamado “eixo do mal” e, apresentando uma suposta ligação do ditador Saddam Hussein com a rede Al-Qaeda e um provável desenvolvimento de armas de destruição em massa que colocaria em perigo a segurança dos EUA, conseguiu aprovação do Congresso dos Estados Unidos, em outubro de 2002, para realizar operações militares contra aquele país.

Conseguido esse apoio, passou a trabalhar junto à ONU para que o CSNU também aprovasse o uso da força contra aquele país, caso o mesmo não colaborasse com as inspeções.

Em novembro de 2002, foi aprovada a Resolução 1.441, que não deu carta branca aos Estados Unidos para que executassem uma ação militar. No entanto, o governo Bush usou os termos vagos do texto da resolução, advogando a tese de que estaria implícita a autorização para uma ação militar. A França e a Rússia, com base nos mesmos termos vagos, advogaram a necessidade de uma nova resolução que autorizasse o uso da força militar.

Os Estados Unidos apresentaram uma segunda resolução, que foi retirada quando perceberam que não conseguiriam os votos necessários para a sua aprovação. Em seguida, sem o aval do CSNU, lideraram a invasão do Iraque, em março de 2003, episódio que ficou conhecido como a 2ª Guerra do Golfo.

A ação armada norte-americana colocou em prática um conceito presente na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, o da guerra preventiva – “direito subjetivo e natural dos Estados a prover a sua legítima defesa preventiva, individual ou coletivamente” (Soares, 2003:5). Segundo tal conceito, não haveria a necessidade de se consumar a agressão, mas a possibilidade

iminente da mesma seria suficiente para legitimar a ação militar preventiva, o que não encontra respaldo jurídico no direito internacional. Após meses de invasão, o insucesso na localização de armas de destruição em massa, assim como de provas reais que ligassem o Governo iraquiano deposto às redes terroristas, o presidente norte-americano ampliou o conceito da guerra preventiva, afirmando que não seria necessária a iminência da agressão. A simples possibilidade, mesmo que remota, de qualquer ato contra o Estado norte-americano seria suficiente para uma ação com o uso da força.

O capítulo VII da Carta da ONU apresenta as ações que podem ser realizadas em caso de ameaças à paz, ruptura da paz ou atos de agressão, que vão desde recomendações até operações militares contra um país que ameaça a paz ou cometa tais atos. O Artigo 51 da Carta confirma o direito da legítima defesa, individual ou coletiva, dos Estados caso ocorra um ataque armado. A Resolução 3.314 da ONU definiu agressão como sendo o uso da força por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro Estado, ou qualquer outra atitude que seja inconsistente com a Carta da ONU. Na Sentença Final de Mérito do caso das atividades militares e paramilitares na Nicarágua, de 1986, a Corte Internacional de Justiça emitiu um parecer segundo o qual os Estados não têm direito de resposta armada coletiva a atos que não constituam uma agressão armada.³

Dessa forma, a legítima defesa preventiva não encontra respaldo no ordenamento jurídico internacional vigente. Além disso, e da mesma forma que a intervenção do Afeganistão, seu exercício implica operações de guerra, e, nova-

³ Caso atividades militares e paramilitares na Nicarágua e contra ela. Sentença Final de Mérito de 27 de julho de 1986. Corte Internacional de Justiça. “Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America)”. Disponível em <http://www.icj-cij.org/icjwww/icases/INUS/inusframe.htm>. Acesso em 25 set. 2003.

mente, os EUA denominaram os prisioneiros feitos no Iraque como “combatentes ilegais” e não estenderam aos mesmos os direitos previstos nas convenções que tratam do assunto.

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos foram catalogados em direitos de três gerações: a primeira engloba os direitos civis e políticos, bem como os direitos fundamentais (à vida, à liberdade e à segurança). Toda pessoa possui o direito de não ser escravizada, torturada, colocada em servidão ou sofrer penas degradantes e indignas. Ela detém a liberdade de pensamento, política, religiosa, de opinião, de expressão e possui o direito de ter acesso à função pública. A segunda geração contempla os direitos econômicos, sociais e culturais. Finalmente os de terceira geração podem ser classificados de direitos difusos, direito à paz, a um meio ambiente saudável, à preservação do patrimônio comum da humanidade, os fundos marinhos e o espaço extra-atmosférico. (Resek, 1998: 221-222)

Atualmente, fala-se em direitos de quarta geração relacionados ao avanço da tecnologia de informação e dos meios de comunicação, os direitos à democracia e à informação.

Logicamente, há discussões por conta de alguns não aceitarem dividi-los, entendendo que tal divisão poderia levar a priorizar os direitos de geração mais recente além de considerarem os mesmos indivisíveis.

Já o Direito Internacional Humanitário é aplicado nos conflitos armados internacionais e, mais restritamente, em alguns tipos de conflitos armados internos. Iniciou-se, praticamente, em meados do século XIX, através da Convenção de Haia de 1864, e tem, atualmente, suas fon-

tes principais nas quatro convenções de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais de 1977.

A preocupação com o tema ganhou corpo com a criação da ONU. Com o final da Guerra Fria, a possibilidade de consenso em torno de temas globais reforçou a valorização de tais direitos. Com a eclosão de vários conflitos étnicos e religiosos em países do antigo bloco socialista e as evidências do cometimento de um sem-número de crimes contra a humanidade, o tema ganhou ainda mais destaque no cenário internacional.

O ordenamento jurídico internacional apresenta uma série de declarações, convenções e princípios que tratam dos direitos da criança, do adolescente, de pessoas com doenças mentais e portadoras de deficiências, do tráfico de pessoas e do lenocínio, dos direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais, da discriminação racial, religiosa e contra as mulheres, da tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

A prioridade dada ao tema na década de 1990 levou à concretização de uma velha aspiração da comunidade internacional, a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), aprovado na Conferência Diplomática das Nações Unidas de Roma, em 1998, com o objetivo de investigar e julgar indivíduos acusados de violações do direito internacional humanitário.⁴

Em maio de 2002, cerca de um mês antes de sua entrada em vigor, o presidente dos EUA informou não haver qualquer relação formal de seu país com o tribunal e passou a realizar uma pressão diplomática no CSNU pela “imunidade” das tropas de países não-signatários do Estatuto de Roma que estivessem envolvidas em operações de paz das Nações Unidas. A Resolução 1.422, de 12 de julho de 2002, determinou que, em caso de acusação que envolva militares

⁴ Foi aprovado por 120 votos favoráveis, 21 abstenções e 7 votos contrários, entre eles dos EUA, China, Índia e Israel. Entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2002 quando atingiu o número mínimo de ratificações previstas.

de países não signatários durante operações de paz, o TPI não iniciará os procedimentos investigatórios e acusatórios do caso por um período de 12 meses – passível de prorrogação *ad infinitum* por parte do Conselho de Segurança, a não ser que o próprio CSNU decida diferente.⁵ Vale salientar, ainda, o absurdo projeto de lei que chegou a ser enviado ao Senado norte-americano em junho daquele ano, que autorizava o uso de forças militares para resgatar indivíduos norte-americanos que fossem colocados sob custódia do TPI em Haia.

A importância de uma jurisdição internacional voltada para os direitos humanos voltou à tona após a mídia internacional ter destacado a prática de abusos contra prisioneiros iraquianos por parte de militares norte-americanos e ingleses, em 2004.

A 3^a Convenção de Genebra de 1949, que trata dos prisioneiros de guerra, determina, em seu Artigo 3º, o tratamento humano sem qualquer distinção a todos que não tomem parte diretamente nas hostilidades e proíbe ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente homicídio, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios e as ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes. Seu Artigo 4º considera, também, prisioneiro de guerra a população de um território que, à aproximação do inimigo, pega em armas para combater o invasor. Dessa forma, os iraquianos presos pelas forças da coalizão deveriam ser considerados prisioneiros de guerra. O Artigo 17 determina que nenhuma tortura física ou moral, nem qualquer outra medida coerciva, poderá ser exercida sobre os prisioneiros de guerra para obter deles informações de qualquer espécie.

Não restam dúvidas de que foram infringidos diversos artigos da Convenção de Genebra,

na condição de agentes do Estado. Além da responsabilidade individual que deve ser imputada aos mesmos, há a responsabilidade internacional dos EUA e do Reino Unido como potências detentoras dos prisioneiros.

O TPI seria um fórum apropriado para julgar esses militares, o que não aconteceu, uma vez que ambos os países iniciaram os processos contra os envolvidos, já tendo condenado alguns deles. Como os EUA não fazem parte do tribunal, a ação da Corte só seria possível através do CSNU. Mas qualquer resolução do conselho, tanto para a investigação dos crimes quanto a possíveis punições ao Estado infrator, necessita da aprovação dos EUA, membro permanente e com direito a voto, o qual provavelmente seria exercido nesse caso.

Apesar de não contar ainda com países importantes no cenário mundial como EUA, China e Rússia, o TPI é uma evolução importante na proteção aos direitos humanos, principalmente se levarmos em consideração que, a partir de sua criação, não haverá mais a necessidade da criação de tribunais *ad hoc*, como os da Iugoslávia e de Ruanda.

O DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL

O Direito Internacional Ambiental é composto por um conjunto de regras e princípios que criam direitos e obrigações para os Estados, as organizações internacionais e para os indivíduos visando à defesa do meio ambiente. Nesse rol, encontramos o Tratado da Antártica, de 1959, que tratou do uso do continente para fins pacíficos; a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982; a Declaração da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972; e os acordos resultantes da Conferência da ONU

⁵ Nações Unidas. Documento S/Res/1422 (2002). Disponível em <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/477/61/PDF/N0247761.pdf>. Acesso em 24/11/04.

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92: a Agenda 21, um plano de ação orientado para o desenvolvimento sustentado, a Declaração do Rio, que estabeleceu 27 princípios para a cooperação dos Estados na preservação do meio ambiente, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Visando à implementação dessa última convenção, foi aprovado, em 1997, o Protocolo de Kyoto, que prevê medidas para o controle e a redução por parte dos países industrializados das emissões de gases que causam o efeito estufa em aproximadamente 5% abaixo dos níveis registrados em 1990. O protocolo previu dois critérios para sua entrada em vigor: a ratificação de pelo menos 55 países membros da Convenção sobre o Clima e, dentre eles, os países industrializados listados no seu Anexo 1, os quais são responsáveis por 55% das emissões de dióxido de carbono no planeta. Com a recusa dos EUA em aderir ao protocolo, os países europeus assumiram a responsabilidade em conseguir as ratificações necessárias, o que implicou, inclusive, uma pressão política sobre a Rússia que acabou ratificando-o em novembro de 2004.

Dessa forma, o protocolo entrou em vigor em fevereiro de 2005, 90 dias após o cumprimento dos critérios estipulados, a despeito da recusa dos EUA, o principal poluidor mundial.

Da mesma forma que a Convenção do Clima, a Convenção da Biodiversidade criou a Conferência das Partes que trabalhou na elaboração de um protocolo com o foco principal no movimento transfronteiriço de qualquer organismo modificado pela moderna biotecnologia que possa resultar em dano a conservação e sustentação da biodiversidade. O Protocolo de Cartagena foi aprovado em janeiro de 2000 e entrou em vigor em setembro de 2003. Até 11 de setembro de 2005, 125 instrumentos de ratificação já havi-

am sido depositados. Os Estados Unidos também não assinaram o protocolo.

O COMÉRCIO INTERNACIONAL

O final do século XX viu nascer a Organização Mundial do Comércio (OMC), fruto da assinatura dos Tratados da Rodada do Uruguai, em 1994, cujas funções são: administrar e aplicar os acordos comerciais multilaterais e plurilaterais que em conjunto configuram o novo sistema de comércio; servir de foro para as negociações multilaterais; administrar o entendimento relativo às normas e procedimentos que regulam as soluções de controvérsias; e supervisionar as políticas comerciais nacionais.

Como salientou GOYOS Jr. (2002: 165), a fase final das negociações daquela rodada “foi marcada por uma grande omissão dos países em desenvolvimento, o que permitiu às principais potências as suas vontades, culturas e preferências idiossincráticas”. O resultado foi o domínio do sistema do comércio internacional por parte das grandes potências, “dele extraindo vantagens nacionais ou setoriais, em detrimento do interesse coletivo”.

No final de 1999, houve a tentativa fracassada de rever as regras do comércio internacional, principalmente o sistema de solução de disputas da OMC, através da abertura da Rodada do Milênio, realizada em Seattle, nos EUA.

Ante o fracasso, em novembro de 2001, durante a IV Conferência Ministerial da OMC, foi lançada a Rodada de Doha, com um mandato ambicioso, abrangendo negociações relativas a diversos temas como acesso a mercado; agricultura; serviços; comércio e investimento; política de concorrência; compras governamentais; comércio eletrônico; solução de controvérsias; regras (antidumping, subsídios e medidas compensatórias), que deveriam ter-se encerrado em 1º de janeiro de 2005. Apesar de o comércio internacional ser regido por determinados prin-

cípios como não-discriminação, proteção transparente por meio de tarifas, concorrência leal e proibições de restrições quantitativas a importações, a realidade continua sendo prejudicial aos países em desenvolvimento, que continuam à mercê de crises de volatilidade financeira, da prática de subsídios e de barreiras impostas pelos países desenvolvidos que dificultam suas exportações.

Tais barreiras, tarifárias (tarifas de importação, outras taxas, valoração aduaneira etc.), não-tarifárias (restrições quantitativas, licenciamento de importações, procedimentos alfandegários, medidas antidumping e compensatórias etc.), técnicas (normas técnicas, regulamentos sanitários, fitossanitários e de saúde animal etc.) e a prática de subsídios, principalmente no setor agrícola, impedem o acesso de produtos dos países em desenvolvimento.

Para tentar evitar um resultado predeterminado a favor dos países desenvolvidos na V Conferência Ministerial da OMC, ocorrida em Cancún-México, em setembro de 2003, foi formado o grupo denominado G-20, liderado por Brasil, África do Sul, China e Índia, que endureceu as negociações referentes aos produtos agrícolas.

O DIREITO INTERNACIONAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO

Segundo a escola voluntarista, o Direito das Gentes repousa na vontade dos Estados. O consentimento do Estado é o fundamento de suas obrigações no plano internacional e ocorre por conta de sua política internacional que procura a realização dos fins do próprio Estado. Por extensão, os organismos internacionais que os Estados criam, e aos quais o Direito reconhece personalidade jurídica, só poderão cumprir plenamente as suas obrigações e missões atribuídas por seu tratado constitutivo, se for mantida a vontade e a disposição dos seus Estados-membros. O consentimento pressupõe

que a regra estabelecida reflete o interesse do Estado num dado momento. Uma posterior mudança de circunstâncias ou dos interesses acaba por romper a compensação refletida na regra anteriormente estabelecida. Assim, dá-se o descumprimento de normas jurídicas internacionais.

A corrente teórica realista das relações internacionais explica tais descumprimentos com base nas relações de poder entre os Estados, que exercem tal poder visando à satisfação de suas finalidades últimas. Assim, as relações são conflitivas na medida em que os interesses deixam de ser comuns, ou seja, quando o interesse do Estado A limita o exercício do poder pelo Estado B e as controvérsias que surgem podem resultar, inclusive, numa situação de conflito armado.

O sistema internacional pode ser visto como uma pirâmide que possui no seu topo um número reduzido de países que têm condições de organizar a ordem internacional, os *rule makers*; no centro, alguns países que exercem certo poder, principalmente em nível regional, e que são importantes para essa ordem; e, na base, a maioria dos países, os *rule takers*, que, sem poder, dependem e gravitam em torno dos demais na busca de mecanismos para maximizar poder e ascender em sua posição na pirâmide.

Apesar de o sistema ser anárquico, os Estados soberanos ocupam posições diferentes na hierarquia de poder que é exercido de forma plena, mesmo nos foros multilaterais que deveriam pautar pelo princípio da igualdade. Da mesma forma, a posição no topo da pirâmide permite que os *rule makers* violem normas, pois tal posição dá a eles a certeza de que as reações ficarão apenas no campo da reclamação, no debate político e acadêmico acerca da moral e da ética, sem qualquer ação prática contra tal descumprimento.

A certeza da impunidade seria, então, o principal fator do descumprimento do DIP.

O Estado aceita determinadas regras, abrindo mão de parte da sua liberdade, por entender que os benefícios compensarão as perdas. No caso dos Estados menores, um posterior descumprimento implicaria responsabilidade internacional e na provável ação da sociedade internacional para modificar seu comportamento e até mesmo puni-lo, utilizando-se dos mecanismos que vão desde uma declaração de advertência até uma ação militar internacional. Quando o Estado tem a certeza de que não haverá reação prática que implique perdas, ele tem liberdade para colocar o interesse nacional acima do interesse global e descumprir as regras internacionais, caso seja necessário.

Dentro desse raciocínio, pode-se perguntar por que as grandes potências, mesmo tendo essa liberdade de ação, procuram legitimar seus atos junto à comunidade internacional, através dos organismos multilaterais. A resposta está na questão do desgaste político e na divisão de esforços com a adesão de parceiros para as ações a serem desenvolvidas. Na chamada 1ª Guerra do Golfo, os EUA, ao obterem o aval do Conselho de Segurança da ONU, puderam realizar operações militares contra o Iraque com o consentimento internacional e formaram uma coalizão de forças de inúmeros países que dividiram os esforços na luta. Em 2003, após fracassar na tentativa de obter a autorização legal da ONU para a invasão do Iraque, os EUA lideraram uma força multinacional com menor participação de países aliados, além do desgaste político que adveio da reação contrária à invasão. Dessa forma, alguns aliados retiraram suas tropas ante o recrudescimento da situação naquele país e diante de uma reação contrária de suas populações.

O início deste século está sendo marcado por algumas características importantes. A primeira diz respeito ao unilateralismo praticado pela grande potência mundial, com a utilização de seu poder político, econômico, tecnológico

e, principalmente, militar em prol de seus interesses. As ações desenvolvidas de maneira unilateral, além de afetar as relações entre os Estados, tornando-as mais conflitivas por pautar-se pela ausência do consenso, causam um retrocesso no campo de direito internacional, na medida em que há o descumprimento de normas jurídicas adotadas pela comunidade internacional, sendo grande parte delas criada por ingerência dos próprios EUA.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi utilizada pelos norte-americanos para justificar a intervenção humanitária na antiga Iugoslávia, em 1999, para manter o embargo contra Cuba, para pressionar o governo da Sérvia e Montenegro a entregar acusados de crimes humanitários ao Tribunal de Haia, mas não serviu para promover uma ação eficaz da comunidade internacional em relação ao genocídio causado por militares indonésios e grupos paramilitares no Timor Leste, na mesma época. Tampouco serviu para nortear as ações de seus homens, a serviço do Estado, no trato de prisioneiros afegãos e iraquianos. Ao manter prisioneiros de guerra como “combatentes ilegais”, o Governo advogou a tese de que eles não estariam sujeitos às leis norte-americanas, muito menos ao que determinam as convenções internacionais que tratam do assunto. No entanto, o governo de Washington emite relatórios sobre a situação de diversos países em relação aos direitos humanos e estimula a ação de verificação de membros do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos e de comissões e comitês relacionados a essa área.

Verifica-se, portanto, um outro traço marcante desse início de século: a desproporcionalidade entre direitos e obrigações por parte dos Estados.

A aceitação de que alguns Estados possam realizar uma intervenção, por causas humanitárias, ambientais ou quaisquer outras, abre

um precedente perigoso, cabendo aqui algumas considerações.

Primeiro, apenas alguns Estados têm poder político e capacidade econômica, tecnológica e, principalmente, militar para realizar tais intervenções. A aceitação de tal princípio daria o aval para que esses Estados agissem por conta própria, a par do debate, da decisão e da participação de um organismo internacional.

Segundo, que tais Estados agiriam de acordo com seus valores, seus costumes, seus interesses políticos, econômicos, estratégicos ou até ideológicos, seguindo um critério mais seletivo do que universal. Ações do mesmo tipo das praticadas pelo Governo iugoslavo no Kosovo foram realizadas pouco antes pelos turcos contra os curdos, pelo Governo talibã contra a população afgã, por governos autoritários ou grupos majoritários contra minorias étnicas na África, provocando muito mais mortos ou refugiados do que no Kosovo, sem que houvesse uma intervenção militar. Na mesma época em que as forças da Otan atacavam a Iugoslávia, milícias pró-integração com a Indonésia e o Exército daquele país massacravam a população no Timor Leste, sem que ao menos fosse esboçada a intenção de uma intervenção.

Terceiro, que o uso da força por parte de um Estado ou coligação de Estados em prol de um grupo étnico abre caminho para que elementos do mesmo grupo étnico, presentes em outro Estado, reivindiquem o mesmo apoio humanitário sob a justificativa do princípio da autodeterminação.

Quarto, que ações unilaterais colocam em xeque todo o sistema criado após a Segunda Guerra Mundial para tratar coletivamente das questões da segurança internacional. A criação da ONU foi um grande avanço da humanidade, que, desde a Grécia Antiga, procurou estabelecer mecanismos para a manutenção da paz. Se nos seus quase 60 anos de existência não conseguiu manter o mundo sem guerras, pelo

menos resolveu uma série de conflitos, manteve outros estabilizados e colaborou para que não tivéssemos um novo conflito de cunho mundial. Justamente por ter sido criada pelos vencedores da última grande guerra, pelas alterações ocorridas no mundo durante mais de meio século, é que a ONU sofre de algumas imperfeições e necessita ser modificada. Mas, independente do debate acerca de sua reformulação, a organização continua sendo um instrumento jurídico internacional que deve ser preservado.

Quinto, a intervenção humanitária chegou a ser citada por alguns estudiosos como um costume internacional, uma prática geral aceita como sendo direito. Tal afirmação foi embasada nas ações da Otan nas zonas de exclusão no Iraque e na ex-Iugoslávia, ou nos embargos estabelecidos por organizações regionais por motivos humanitários como o da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Haiti e da Comunidade Econômica da África Ocidental (*Economic Community of West African States – ECOWAS*) na Libéria, ambos na década de 1990. Tal afirmação também não pode ser aceita, uma vez que tais ações foram realizadas por um pequeno número de Estados, além de terem sido mais criticadas do que apoiadas pela comunidade internacional, e os embargos definidos pela OEA e ECOWAS encontram amparo no Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. Afirmar que a intervenção humanitária tornou-se uma regra do direito internacional consagrada por um costume é precipitado, uma vez que não há ainda o elemento material (uso, prática e tempo) que indique sua obrigatoriedade.

A ação da comunidade internacional para impedir que atrocidades sejam cometidas contra minorias em qualquer parte do mundo é perfeitamente louvável. No entanto, a intervenção humanitária deve: 1) ser amparada legalmente pelos instrumentos jurídicos existentes; 2) ser executada após esgotados todos os recursos para uma solução pacífica do conflito; 3) pautar-se

pela universalidade, não restringindo-se apenas às regiões de interesse das grandes potências.

A intervenção militar no Iraque, que consumou a aplicação da chamada guerra preventiva, insere-se perfeitamente na postura adotada pelos EUA após os ataques terroristas de 2001, explicitada na Estratégia de Segurança Nacional que ficou conhecida como Doutrina Bush.

A aceitação da guerra preventiva representa um retorno aos conceitos medievais de guerra justa – a guerra baseada numa justa causa, ou desde que os “príncipes” assim a considerassem. A aplicação de tal conceito fere a soberania das nações e prejudica a busca de soluções pacíficas dos conflitos. Além de não encontrar respaldo legal no direito internacional, a aplicação da lei do mais forte não traz paz, mas sim gera insegurança e reações dos mais fracos, dentre elas as ações terroristas.

Teorias de que o mundo seria mais estável com o unipolarismo não se confirmaram por conta da postura belicista, unilateralista e um tanto quanto egoísta da potência hegemônica. À conformação piramidal do sistema internacional, referenciada anteriormente, o Governo dos EUA inseriu uma outra divisão, estabelecendo os países favoráveis a suas ações e os contrários, dentre esses os pertencentes ao chamado “eixo do mal”, rebatizado no início do segundo mandato de George Bush como “tiranias” que precisariam ser democratizadas, mesmo que implisse o uso da força militar.⁶

As ações do Governo norte-americano, ao repudiar qualquer ato das instituições internacionais que restrinjam os interesses nacionais dos EUA, ao colocar tais interesses acima do direito internacional, ao privilegiar decisões unilaterais de uso da força, à revelia dos dispositivos jurídicos internacionais, representam um grave retrocesso nos mecanismos surgidos e aperfeiçoados

com vistas a ordenar melhor o mundo e torná-lo mais seguro.

Com relação aos direitos humanos, a potência hegemônica mostrou ao mundo que as intervenções militares são necessárias e que as mesmas conduzirão a democracia à antiga Iugoslávia, ao Afeganistão ou ao Iraque e que um futuro regime democrático favorecerá a paz e o respeito aos direitos humanos. No entanto, a questão dos direitos humanos não se mostra tão prioritária quando os EUA se recusam a aceitar um tribunal internacional criado, justamente, para tal proteção, ou quando seus agentes cometem crimes contra prisioneiros sob sua custódia.

A desproporcionalidade entre direitos e obrigações por parte dos Estados está presente também nas questões relacionadas ao meio ambiente e ao comércio internacional. Enquanto a sociedade internacional se esforça em aprovar normas que permitam um desenvolvimento sustentável, com reflexos na melhoria da condição de vida no planeta, tese advogada pelos próprios EUA, esse mesmo país se recusa a aderir ao Protocolo de Kyoto ou ao Protocolo de Cartagena. Países com grande potencial ambiental como o Brasil sofrem pressões em relação à manutenção de seu patrimônio, considerado por alguns países mais desenvolvidos como “universal”. No entanto, a grande potência se recusa a adotar as medidas previstas no atual ordenamento jurídico ambiental internacional, por achar que os mesmos prejudicariam a sua economia.

Para os otimistas, resta a esperança de que a divulgação de que governadores de nove estados do Nordeste dos EUA, incluindo Nova Iorque, estariam negociando uma carta de intenções para reduzir em 10% até 2020 as emissões de gases que produzem o efeito estufa provenientes de centrais elétricas poderia significar um incentivo para o início da pressão da socie-

⁶ Durante sabatina no Senado norte-americano, em janeiro de 2005, a Secretária de Estado Condoleezza Rice incluiu Coréia do Norte, Irã, Cuba, Bielo-Rússia, Zimbábue e Mianmar no grupo das chamadas “tiranias”.

dade civil norte-americana em prol da adesão do responsável por 36% das emissões de gases do planeta ao Protocolo de Kioto.⁷

No caso do comércio internacional, desde o século XIX propala-se a necessidade do livre comércio, primeiro pela onda liberalizante dos ingleses, depois pelo neoliberalismo do século XX. No entanto, a realidade mostra que a prática do livre comércio exortada para os países em desenvolvimento não é a mesma executada pelos países desenvolvidos.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os EUA declinaram em apoiar a criação da Organização Internacional de Comércio, por entenderem que a mesma seria prejudicial aos seus interesses comerciais. Nas negociações do acordo que permaneceu em vigor, o do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), os norte-americanos conseguiram excluir a questão agrícola, por compreender que o aumento da competitividade nesse setor prejudicaria seus interesses a médio e longo prazos. No entanto, é nesse setor que se assenta a maior parte das atividades dos países mais pobres. Na Rodada do Uruguai, que criou a OMC, apesar de algumas concessões no setor agrícola e têxtil, as grandes potências conseguiram manter suas vantagens, tanto no acordo constitutivo da organização como nos acordos antidumping, sobre medidas de investimentos relacionadas com o comércio (TRIMs), sobre direito de propriedade intelectual (TRIPS), ou sobre as regras e procedimentos para a solução de controvérsias.⁸

O questionamento das regras atuais pelos países em desenvolvimento resultou na Rodada de Doha que, pela complexidade de negociações, não cumpriu o prazo acordado quando do

seu lançamento e, provavelmente, não deverá ser concluída em 2005, principalmente pela intransigência das grandes potências em abrir mão de parte de sua prosperidade em prol de um comércio mundial mais justo.

CONCLUSÃO

O início do século apresenta uma nova lógica global, mais complexa que a vivida na segunda metade do século XX. O mundo está mais instável, as regras são modificadas ou descumpridas pelos principais atores do sistema internacional, que criam novos paradigmas e inventam novos papéis de acordo com suas próprias concepções e interesses.

Por trás do discurso em prol da liberdade e da democracia global, está a defesa da liberdade de ação dos países mais desenvolvidos na consecução de seus objetivos estratégicos que visam à manutenção do *status* atual desse sistema.

A corrente idealista ou racionalista das relações internacionais acredita que pode haver um melhor ordenamento do sistema internacional baseado na cooperação, na prevalência do interesse global sobre o individual dos Estados, na solução pacífica dos conflitos através da arbitragem de um organismo multilateral.

No entanto, o cenário atual reforça o realismo das relações internacionais, paradigma que parte do permanente estado de conflito hobbesiano que faz com que o comportamento dos Estados seja regulado pelo interesse definido em termos de poder. A segurança está sendo tratada como tema central das relações internacionais e, por conta dela, outros objetivos estão sendo conquistados.⁹ Em 2003, estudos realiza-

⁷ Folha de S. Paulo, Editorial “Protocolo Paralelo”. São Paulo: 27/08/05, p. 2.

⁸ Ver GOYOS Jr. Durval de Noronha. “O Mercosul, a área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a Organização Mundial do Comércio (OMC)”. *Critica Jurídica*, v. 20, p. 161-190.

⁹ No caso da invasão do Iraque pelos EUA, os interesses econômicos norte-americanos teriam também norteado a ação militar. Tal teoria foi fortalecida quando se confirmou que o suposto arsenal de armas de destruição em massa desenvolvido pelo ditador Saddam Hussein não existia e sua ligação com a organização terrorista Al-Qaeda não foi estabelecida. Ver JOHNSON. Chalmers. *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy and the End of the Republic*. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2004.

dos pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo apresentou um aumento de 11% nos gastos militares globais. No Japão, os gastos militares atingiram a cifra de US\$ 46,9 bilhões, na China, aproximadamente US\$ 33 bilhões, e nos EUA, US\$ 417,4 bilhões, correspondentes a 47% do montante gasto em todo o planeta e, aproximadamente, 1,3% do PIB mundial.¹⁰

A evolução do controle do meio ambiente por conta de mecanismos multilaterais esbarra na postura egoísta dos maiores agressores do planeta. Os direitos humanos servem para justificar intervenções em regiões de interesse das grandes potências, enquanto comunidades são esquecidas à própria sorte em locais onde não existe tal interesse. O livre comércio com mercados abertos são apresentados como fatores de geração de riqueza para os países do Sul, mas o Norte insiste em aplicar subsídios e barreiras tarifárias e não-tarifárias que, além de prejudicar os países menos desenvolvidos, também dificultam as negociações em torno de um melhor ordenamento do sistema internacional, de uma humanidade mais justa.

O cenário atual reforça, também, as correntes que negam o DIP, que o reduzem a uma simples realização de força, que o entendem como um direito imperfeito, justificado pelas ausências de uma comunidade internacional, de um órgão legislativo internacional, de um juiz ou tribunal capaz de julgar as infrações cometidas pelos Estados, de uma orga-

nização central provida de força física capaz de impor sanções aos que descumprem as normas internacionais.

Não há dúvidas de que as relações entre os Estados serão sempre relações conflitivas, uma vez que a luta por seus interesses estará sempre esbarrando nos interesses de outrem. No entanto, a leitura grociana do sistema internacional nos leva ao respeito ao direito internacional, ao fortalecimento das organizações multilaterais e seus mecanismos pacíficos de solução de disputas e ao fortalecimento da diplomacia que podem fazer com que o estado conflitivo não resulte em conflito armado. Já está provado que o uso do poder militar não conduz à paz, uma vez que mantém ressentimentos que podem aflorar no futuro. A solução de conflitos nos foros internacionais apropriados age na raiz da controvérsia, colaborando para o seu não ressurgimento.

O fortalecimento do direito internacional implica o reconhecimento de que ele deve estar acima do poder e na certeza do cumprimento dos tratados em vigor (*pacta sunt servanda*). Implica, ainda, a predisposição dos que detêm o poder em abrir mão de parte dele em prol de um melhor convívio entre as nações, de colocar o interesse global acima do individual. Aí sim talvez tenhamos um mundo mais seguro, com maior respeito pelos direitos humanos, onde o comércio internacional seja mais justo, de modo a colaborar para o desenvolvimento dos povos de forma sustentada. ☺

Referências bibliográficas

- Corte Internacional de Justiça. "Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America)". Disponível em <http://www.icj-cij.org/icjwww/icases/iNus/inusframe.htm>. Acesso em 25 set. 2003.
- FUKUYAMA, Francis. (1999), *Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco.

¹⁰ Stockholm International Peace Research Institute Yearbook 2004: Armaments, Disarmaments and International Security. Oxford University Press, 2004.

- GOYOS Jr. Durval de Noronha. (2002), "O Mercosul, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC)". *Crítica Jurídica*, v. 20, p. 161-190.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1997) *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. São Paulo: Objetiva/Rio de Janeiro: Bibliex.
- JOHNSON, Chalmers. (2004), *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy and the End of the Republic*. Nova Iorque: Metropolitan Books.
- Nações Unidas. Documento S/Res/1422 (2002). Disponível em <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/477/61/PDF/N0247761.pdf>. Acesso em 24 nov. 2004.
- RAMINA, Larissa. (2002), "A intervenção militar norte-americana no Afeganistão: legítima defesa ou violação do direito internacional?". *Crítica Jurídica*, v. 20, p. 149-160.
- REZEK, J. F. (1998), *Direito Internacional Público: curso elementar*, 7^a ed. São Paulo: Saraiva.
- SOARES, Guido Fernando Silva. (2003) "Legitimidade de uma guerra preventiva em pleno 2003?". *Política Externa*, v. 12, n. 1, p. 5-30.
- Stockholm International Peace Research Institute. (2004), *Yearbook 2004: Armaments, disarmaments and International Security*. Oxford University Press.
- Governo dos Estados Unidos da América. *The National Security Strategy of the United States of America*. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>. Acesso em 6 jan. 2004.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



BRASIL-FRANÇA, relações históricas no período colonial

Vasco Mariz (organizador)

As relações entre luso-brasileiros e franceses no período colonial comentadas por 12 autores numa só obra.

O leitor conhecerá a influência da cultura francesa nas diferentes regiões da colônia portuguesa na América do Sul.

Bons conservadores

Andreia Fanzeres*

Se, ao pensar em um grupo reconhecidamente conservador, você lembra dos militares, agora tem um bom motivo para acreditar que essa fama é muito bem-vinda. Pelo menos em relação à natureza, o país deveria agradecer o que as Forças Armadas têm feito para manter de pé e saudáveis bons fragmentos de florestas, mangues, restingas, campos e montanhas.

E olha que, na maioria das vezes, não é preciso muita coisa. Basicamente manter a área vigiada, o que já tem sido suficiente para tornar facilmente visíveis algumas unidades militares. Afinal, além de algumas terras indígenas e unidades de conservação, são os locais onde ainda existe verde.

Nas cidades, esse é um exercício até interessante. Uma imagem do Google Earth sobre a Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, mostra com clareza que o bairro foi quase totalmente urbanizado. Restaram basicamente três tufo verde: duas unidades da Marinha e outra da Aeronáutica, onde se localiza o aeroporto internacional. A região metropolitana do Rio tem outras dezenas de exemplos. Um dos que mais impressionam pelo tamanho e o grau de preservação é a Restinga da Marambaia.

As Forças Armadas informam que em praticamente todas as suas unidades os recursos naturais são preservados. Sejam bases pequenas ou grandes, em qualquer ponto do país. Mas quando uma área dessas tem o tamanho do Estado de Sergipe e está na Amazônia, livre da ameaça de grileiros, sojicultores, pecuaristas e madeireiros, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente podem levantar as mãos para o céu.

*A autora é jornalista.

A Aeronáutica mantém, desde a década de 1950, o Campo de Provas Brigadeiro Velloso (CPBV), na Serra do Cachimbo, no sul do Pará. São 21.588 quilômetros quadrados de cerrado, áreas de transição e floresta amazônica. A área foi adquirida pelos militares para servir de ponto de apoio aos aviões que trafegavam pela Região Norte no fim da Segunda Guerra Mundial. Anos depois, virou um centro de treinamento para as Forças Armadas, com estandes de tiro, bases aéreas, papios e outras instalações.

Segundo a Aeronáutica, quase toda área encontra-se intocada até hoje, sendo que freqüentemente são descobertas novas cachoeiras e espécies de animais e plantas nos vôos ou exercícios realizados na região. Também ali nascem rios importantes, como Cururu, Cururu-Açu, Azul, Formiga, Cristalino e São Benedito. Os militares afirmam que suas equipes estão preparadas para fazer a vigilância das áreas limítrofes, caso seja necessário. E têm parceria com o Ibama, que dá palestras e treinamentos na área.

Conseqüência benigna

A princípio, o objetivo dos militares não é preservar coisa alguma, mas essa acaba sendo uma consequência natural de sua presença. Sorte das áreas escolhidas. Com acesso restrito de visitantes, ausência de atividades econômicas e a proteção das Forças Armadas, a natureza ali tem todas as condições de prosperar. "Os militares chorram falta de recursos, mas têm disciplina", avalia o biólogo Ruy Alves, vice-diretor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

"Esse fenômeno não é brasileiro. É mundial", considera Alves, que prepara um artigo

sobre o assunto. Ele, que viveu metade de sua vida na atual República Tcheca, conta que teve a chance de visitar bases militares em sua terra natal, verificando aves e plantas em abundância. "Era diferente de todas as regiões do país, mesmo aquele local tendo sido usado para treinamentos pesados de guerra". Sem estudos mais aprofundados, Alves diz que constatou o mesmo fenômeno em bases na Tanzânia, na Indonésia e na Malásia.

Mas foi no Brasil que o pesquisador encontrou algumas das áreas militares que mais lhe chamaram atenção pelo grau de preservação. Ele cita a Serra do Lenheiro, nas proximidades de São João del'Rey (MG), escolhida para os treinamentos do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha do Exército. Graças a isso e à dificuldade de acesso do gado aos campos rupestres, Alves encontrou uma região intocada no meio da serra, onde faz pesquisas e cataloga espécies raras de flora desde 1986.

Outra beleza natural sob o domínio militar é a Ilha do Cabo Frio, em Arraial do Cabo (RJ). Segundo o pesquisador, 80% da ilha estão preservados. "Encontramos ali uma planta só conhecida na Serra dos Órgãos. A cada dia, fazemos uma nova descoberta", revela. Uma das mais recentes é o registro de um novo tipo de figueira.

Para o pesquisador, os militares não cumprem bem apenas a função de manter as áreas preservadas, mas também a de recuperá-las de modo eficiente com a ajuda de instituições de pesquisa, como o próprio Museu Nacional. "Temos uma boa parceria: a rigidez dos militares com orientação científica", diz Alves.

Trindade em recuperação

No Brasil, um dos casos mais clássicos de recuperação da natureza em áreas militares tem acontecido longe dos olhos de muita gente. Na ilha mais distante de seu litoral: a Ilha da Trin-

dade, a 1.167 quilômetros da costa, controlada pela Marinha. Quando o pesquisador chegou na ilha de 10 quilômetros quadrados para os primeiros estudos, há 10 anos, encontrou 600 cabras, algumas centenas de porcos, ovelhas e eqüinos, que, junto com os primeiros colonizadores açoreanos, dizimaram 95% da vegetação da ilha. "Só sobraram as samambaias gigantes, que não agradavam a esses animais."

Segundo Alves, existem no mundo 70 ilhas oceânicas semelhantes à Trindade. Em todas elas, ao longo dos séculos, marinheiros deixavam cabras que poderiam fornecer alimento a eventuais naufragos. "Essa prática acabou devastando muitos ecossistemas", diz.

Com o tempo, o solo ficou exposto e as erosões não tardaram. A Marinha procurou orientação de especialistas do Museu Nacional e a primeira coisa a ser feita foi exterminar com os animais – tarefa concluída em 2004. "A natureza se recuperou espontaneamente em algumas áreas, e, em outras, estamos introduzindo árvores", conta. Embora o pesquisador não saiba dizer, hoje, quanto de mata já foi recuperado, descobertas importantes já puderam ser feitas com as espécies que estão brotando naturalmente, graças à manutenção de um banco de sementes no solo.

Mas a presença militar em alguns paraísos ecológicos não agrada a todos. Na Ilha de Alcatrazes, no litoral de São Paulo, a polêmica dos treinamentos de tiros coloca a Marinha de um lado e ambientalistas do outro. Alves considera os impactos dos militares em Alcatrazes "um mal necessário". "Não dá para ser xiita. A Marinha tinha que usar alguma ilha para esse tipo de exercício. Se não fosse lá, ia ser Noronha ou qualquer outra", opina. O biólogo acredita em conciliação. Inclusive entre as Forças Armadas e as autoridades ambientais. "Os militares têm muitas áreas mais bem preservadas que o Ibama. E cada um tem muito a ensinar ao outro. Toda ajuda deveria ser bem-vinda." ☀

O fim da miséria¹

Jeffrey D. Sachs*

Aeconomia está tirando grande parte da humanidade da pobreza, mas são necessárias medidas especiais para ajudar aqueles em situação de desespero.

A pobreza extrema pode se tornar coisa do passado em poucas décadas, se os países afluentes aplicarem uma pequena porcentagem de sua riqueza para ajudar 1,1 bilhão de pessoas a superar a condição de miséria.

Quase todas as pessoas que viveram ao longo da história foram tremendamente pobres. A fome, a morte no parto, doenças infecciosas e inúmeros outros riscos constituíam a norma na maior parte dos séculos. O triste destino da humanidade passou a mudar com a Revolução Industrial, que começou em torno de 1750. Novos conhecimentos científicos e inovações tecnológicas permitiram que uma proporção crescente da população global rompesse os grilhões da pobreza extrema.

Dois séculos e meio depois, mais de 5 bilhões das 6,5 bilhões de pessoas conseguem satisfazer as necessidades básicas, podendo-se, portanto, dizer que escaparam das condições precárias que outrora permeavam a vida diária. Contudo, um de cada seis habitantes deste planeta ainda luta diariamente para satisfazer algumas ou todas as suas necessidades críticas, como nutrição adequada, água não contaminada, abrigo seguro e saneamento, bem como acesso aos cuidados de saúde. Essas pessoas vivem com um dólar por dia ou menos, sendo

ignoradas pelos serviços públicos na saúde, educação e infra-estrutura. A cada dia, mais de 20 mil morrem por falta de comida, água potável, remédios ou outras necessidades essenciais.

Pela primeira vez na história, a prosperidade econômica global, proporcionada pelo progresso científico e tecnológico contínuo e pela acumulação auto-reforçadora de riqueza, trouxe ao mundo a perspectiva da total eliminação da pobreza extrema. Essa possibilidade pode parecer fantasiosa para alguns, mas o progresso econômico substancial da China, Índia e outras regiões de baixa renda da Ásia nos últimos 25 anos demonstra ser ela realista. Além disso, a estabilização da população mundial, prevista para perto de meados deste século, ajudará a abrandar as pressões sobre clima, ecossistemas e recursos naturais da Terra – pressões que poderiam anular os ganhos econômicos.

Mas, embora o crescimento econômico tenha mostrado uma capacidade notável de tirar grandes números de pessoas da pobreza extrema, o progresso não é automático nem inevitável. Forças do mercado e o livre comércio não bastam. Muitas regiões estão dominadas pela armadilha da pobreza: faltam os recursos financeiros para fazer os investimentos necessários em infra-estrutura, educação, sistemas de saúde e outras necessidades vitais. No entanto, o fim de tal pobreza é factível, se um esforço global conjunto for realizado, como as nações do mundo prometeram ao adotar as Metas de

¹ Transcrito da *Scientific American* Brasil – Edição N° 41 – (outubro de 2005)

Jeffrey D. Sachs dirige o Instituto da Terra da Universidade Columbia e o Projeto do Milênio da ONU. Como economista, fez sua formação acadêmica toda na Universidade de Harvard. É conhecido por ter assessorado governos da América Latina, leste da Europa e ex-União Soviética, Ásia e África sobre reformas econômicas e por seu trabalho em órgãos internacionais para promover a redução da pobreza, o controle das doenças e a redução da dívida dos países pobres.

Desenvolvimento do Milênio, em uma cúpula da ONU em 2000. Um núcleo dedicado de agências de desenvolvimento, instituições financeiras internacionais, organizações não-governamentais e comunidades no mundo em desenvolvimento já constitui uma rede global de *expertise* e boa vontade para ajudar a atingir esse objetivo.

Em janeiro último, eu e meus colegas do Projeto do Milênio da ONU publicamos um plano para reduzir pela metade a taxa de pobreza extrema até 2015 (em comparação com 1990) e para alcançar outras metas quantitativas em redução da fome, doenças e degradação ambiental. Em meu livro, *The end of poverty* (O fim da pobreza), argumento que um programa de investimentos públicos em grande escala e direcionado poderia eliminar esse problema até 2025, assim como a varíola foi erradicada. Essa hipótese é controvertida, de modo que fico satisfeito com a oportunidade de esclarecer seus argumentos principais e várias preocupações que foram levantadas a respeito.

Além da Inércia Econômica

Nos últimos anos, os economistas aprenderam muita coisa sobre como os países se desenvolvem e quais barreiras podem obstruir o caminho. Uma nova espécie de economia do desenvolvimento vem emergindo, mais fundamentada na ciência: uma “economia clínica” semelhante à medicina moderna. Os atuais profissionais médicos compreendem que as doenças resultam da interação de um amplo conjunto de fatores e distúrbios: patógenos, nutrição, meio ambiente, envelhecimento, genética individual e da população e estilo de vida. Eles também sabem que uma chave para o tratamento apropriado é a capacidade de fazer diagnósticos individualizados da origem da doença. De forma semelhante, os economistas do desenvolvimento precisam de uma melhor capacidade de diagnóstico para reconhecer que as patolo-

gias econômicas têm uma ampla variedade de causas, inclusive muitas fora do alcance da prática econômica tradicional.

A opinião pública dos países afluentes costuma atribuir a pobreza extrema a falhas dos próprios países pobres – ou pelo menos de seus governos. A raça era outrora considerada um fator decisivo. Depois foi a cultura: desvios e tabus religiosos, divisão em castas, falta de espírito empreendedor, desigualdade entre os sexos. Tais teorias vêm perdendo força, na medida em que sociedades com uma variedade crescente de religiões e culturas têm alcançado uma prosperidade relativa. Além disso, certos aspectos supostamente imutáveis da cultura (como opções de fertilidade e os papéis dos sexos e castas) na verdade mudam, muitas vezes profundamente quando as sociedades se tornam urbanas e economicamente desenvolvidas.

Recentemente, os comentaristas têm-se concentrado no “mau governo”, muitas vezes um eufemismo para corrupção. Eles argumentam que a pobreza persiste, porque os governos deixam de abrir seus mercados, fornecer serviços públicos e combater a corrupção. Se esses regimes arrumassem a casa, tais países floresceriam. Os programas de ajuda para o desenvolvimento se tornaram, em grande parte, uma série de palestras sobre a boa governança.

A disponibilidade de dados comparativos entre os países e em séries temporais agora permite aos especialistas análises bem mais sistemáticas. Embora o debate continue, dados indicam que não é só a governança que afeta o crescimento econômico. De acordo com pesquisas da Transparência Internacional, muitos países asiáticos em rápido crescimento são percebidos pelos líderes empresariais como mais corruptos que países africanos de crescimento lento.

A geografia – incluindo recursos naturais, clima, topografia e proximidade das rotas comerciais e grandes mercados – é pelo menos tão importante quanto a boa governança. Em

1776, Adam Smith já argumentava que altos custos de transporte inibiam o desenvolvimento nas áreas do interior da África e da Ásia. Outros aspectos geográficos, como o alto índice de doenças nos trópicos, também interferem. Um estudo recente de meu colega da Universidade Columbia, Xavier Sala-i-Martin, demonstrou mais uma vez que os países tropicais assolados pela malária têm experimentado um crescimento menor que aqueles livres da doença. A boa notícia é que os fatores geográficos moldam, mas não decidem, o destino econômico de um país. A tecnologia pode neutralizá-los: a seca pode ser combatida com sistemas de irrigação, o isolamento, com estradas e telefones celulares, as doenças, com prevenção e terapia.

A outra grande idéia é que, embora o mecanismo mais poderoso de redução da pobreza extrema seja encorajar o crescimento econômico geral, uma maré ascendente não eleva necessariamente todos os barcos. A renda média pode aumentar, mas se ela for distribuída desigualmente, os pobres poderão se beneficiar pouco, e os bolsões de pobreza extrema persistirão (especialmente em regiões geograficamente desprovidas). Além disso, o crescimento não é um simples fenômeno de livre mercado. Ele requer serviços públicos básicos: infra-estrutura, saúde, educação e inovação científica e tecnológica. Desse modo, muitas das recomendações das últimas duas décadas emanadas de Washington – de que os governos dos países de baixa renda deveriam reduzir os gastos públicos para abrir espaço ao setor privado – erram o alvo. O gasto governamental, direcionado a investimentos em áreas críticas, é em si um incentivo vital ao crescimento, especialmente se seus efeitos atingirem a população mais pobre.

Armadilha da Pobreza

Então, o que essas idéias informam sobre os mais afligidos pela pobreza hoje, os africa-

nos? Há 50 anos, a África tropical era tão rica quanto a Ásia tropical e subtropical. Enquanto a Ásia progrediu, a África estagnou. Certos fatores geográficos tiveram papel crucial.

O principal é a existência do Himalaia, que produz o clima das monções do Sul da Ásia e vastos sistemas fluviais. Terras cultiváveis supridas de água serviram de pontos de partida para a superação da pobreza pela Ásia nas últimas cinco décadas. A Revolução Verde das décadas de 1960 e 1970 introduziu cereais de alto rendimento, irrigação e fertilizantes, que acabaram com o ciclo de fome, doenças e desespero. Ela também liberou uma boa parte da mão-de-obra para procurar empregos nas cidades. A urbanização, por sua vez, incentivou o crescimento, fornecendo local para a indústria e a inovação e estimulando mais investimentos em uma força de trabalho qualificada e saudável. Os habitantes urbanos reduziram as taxas de fertilidade e, assim, puderam gastar mais em saúde, nutrição e na educação dos filhos. Os meninos das cidades freqüentaram a escola numa proporção maior que seus primos do campo. E, com o surgimento de sistemas de infra-estrutura urbana e saúde pública, as populações das cidades se tornaram menos propensas às doenças que seus colegas do campo, onde as pessoas normalmente não dispõem de água potável segura, saneamento, profissionais de saúde e proteção contra doenças transmitidas por vetores, como a malária.

Os africanos não viveram uma revolução verde. Faltam à África tropical as abundantes planícies aluviais que facilitam a irrigação de grande escala e baixo custo encontrada na Ásia. Além disso, a chuva é altamente instável, e os agricultores pobres não têm condições de adquirir fertilizantes. A pesquisa inicial da Revolução Verde envolveu culturas – especialmente arroz e trigo – pouco cultivadas na África (embora variedades de alto rendimento adequadas a esse continente já tenham sido desenvolvidas,

ainda não foram suficientemente disseminadas). Na verdade, a produção de alimentos vem caindo na África, a ingestão calórica por pessoa é a menor do mundo, e a força de trabalho está presa à agricultura de subsistência.

Além dos problemas agrícolas, a África é assolada por terríveis doenças tropicais. A malária se aproveita do clima e dos mosquitos endêmicos. E os altos custos do transporte isolam a África economicamente. No leste da África, por exemplo, chove mais no interior do continente, fazendo com que a maioria das pessoas viva longe dos portos e das rotas de comércio internacional.

Uma situação idêntica persiste em outras partes do mundo, marcadamente os Andes, os planaltos da América Central e os países no interior da Ásia Central. Economicamente isolados, não atraem investimentos externos (exceto para extração de petróleo, gás e pedras preciosas). Os investidores tendem a ser desestimulados pelos altos custos do transporte no interior. As áreas rurais, portanto, permanecem presas num ciclo vicioso de pobreza, fome, doença e analfabetismo. Regiões pobres carecem de poupança interna adequada para os investimentos necessários, porque a maioria das famílias ganha o estritamente necessário à sobrevivência. As poucas pessoas de alta renda, que conseguem acumular poupança, depositam seu dinheiro no exterior, e não no próprio país. Esta evasão de divisas inclui não apenas o capital financeiro, mas também o capital humano, na forma de trabalhadores qualificados: médicos, cientistas e engenheiros, que muitas vezes deixam seu país em busca de oportunidades econômicas melhores no exterior. Com freqüência, os países mais pobres são, perversamente, exportadores de capital líquido.

Dinheiro Bem Aplicado

A tecnologia para superar essas desvantagens e dar partida no desenvolvimento econômi-

co existe. A malária pode ser controlada com mosquiteiros, pesticida borrifado nas casas e remédios melhores. Áreas castigadas pela seca na África, com solos pobres em nutrientes, podem se beneficiar muito da irrigaçãogota a gota e do maior uso de fertilizantes. Países sem acesso ao mar podem ser interligados por redes de rodovias, aeroportos e cabos de fibra óptica. Mas todos esses projetos custam dinheiro, é claro.

Muitos países grandes, como a China, possuem regiões prósperas que podem ajudar a sustentar as áreas mais atrasadas. O litoral leste da China, por exemplo, está financiando maciços investimentos públicos no oeste do país. A maioria das nações em desenvolvimento bem-sucedidas, especialmente as menores, já recebeu alguma ajuda externa em épocas difíceis. As inovações científicas básicas por trás da Revolução Verde foram financiadas pela Fundação Rockefeller, e a disseminação dessas tecnologias na Ásia foi financiada pelos EUA, instituições de desenvolvimento internacionais e outros doadores.

A ONU listou os investimentos necessários para ajudar as atuais regiões pobres a cobrir necessidades básicas em saúde, educação, água, saneamento, alimentos, estradas etc. Calculamos o custo do auxílio e estimamos quanto poderia ser financiado pelas próprias famílias pobres e instituições internas. O resto é a “lacuna de financiamento” que doadores externos precisam preencher.

Para a África tropical, o investimento total chega a US\$ 110 por pessoa por ano. Lá, a renda média hoje é de US\$ 350 anuais, todos gastos apenas para sobrevivência. O custo pleno do investimento total está claramente além da possibilidade de financiamento interno desses países. Dos US\$ 110, talvez US\$ 40 pudesse ser financiados internamente, de modo que US\$ 70 *per capita* seriam necessários na forma de ajuda internacional.

Somando tudo, a necessidade total de ajuda ao redor do globo é de cerca de US\$ 160 bilhões ao ano, o dobro dos US\$ 80 bilhões do orçamento atual de ajuda dos países ricos. Esta cifra representa cerca de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) combinado das nações doadoras afluentes. Ela não inclui outros projetos humanitários, como a reconstrução do Iraque pós-guerra ou a ajuda às vítimas do tsunami no Oceano Índico. Para atender também a essas necessidades, uma cifra razoável seria 0,7% do PIB, aquela que países doadores há muito prometem sem cumprir.

Outros organismos, inclusive o FMI, o Banco Mundial e o governo britânico, chegaram mais ou menos à mesma conclusão. Acreditamos que esses investimentos permitiriam reduzir a pobreza pela metade nos países em maior apuro, até 2015 e, caso prossigam, a eliminá-la totalmente até 2025. Não se trataria de “esmolas” dos ricos aos pobres, mas de algo bem mais importante e durável. Famílias vivendo mais acima do limite de sobrevivência poderiam poupar para o futuro; elas poderiam aderir ao círculo virtuoso de rendas crescentes, poupança e influxos tecnológicos. Estariam ensinando bilhões de pessoas a pescar, em vez de dar o peixe.

Se as nações ricas deixarem de fazer esses investimentos, receberão pedidos de ajuda de emergência praticamente para sempre. Elas enfrentarão fome, epidemias, conflitos regionais e a disseminação de refúgios terroristas. E não apenas os países pobres, mas também elas próprias estarão sendo condenadas à instabilidade política crônica, emergências humanitárias e riscos à segurança.

O debate está agora passando do diagnóstico básico da pobreza extrema e dos cálculos das necessidades financeiras para a questão prática de como prestar melhor o auxílio. Muitos acreditam que as tentativas de ajuda falharam no passado e que é preciso cuidado para evitar a repetição dos erros. Algumas preocupações

são fundamentadas, mas outras são alimentadas por mal-entendidos.

Quando as pesquisas de opinião pública perguntam aos norte-americanos quanta ajuda eles acham que os EUA fornecem, estes superestimam muito o montante – em até 30 vezes. Acreditando que tanto dinheiro foi doado e tão pouco foi aproveitado, o público conclui que esses programas “falharam”. A realidade é bem diferente. A ajuda oficial norte-americana à África Subsaariana vem oscilando entre US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões ao ano, ou cerca de US\$ 3 a US\$ 6 para cada africano. A maior parte da ajuda tem sido na forma de “cooperação técnica” (que vai para os bolsos de consultores), alimentos de emergência para vítimas da fome e cancelamento de dívidas vencidas. Pouco dessa ajuda tem vindo de uma forma que possa ser investida em sistemas capazes de melhorar a saúde, nutrição, produção de alimentos e transporte. Devíamos dar à ajuda externa uma chance antes de decidirmos se funciona ou não.

Um segundo engano comum diz respeito ao grau em que a corrupção tende a dilapidar o dinheiro doado. Parte da ajuda externa já foi mesmo parar em bancos suíços. Isto aconteceu quando os recursos foram cedidos por razões geopolíticas, e não de desenvolvimento. Um bom exemplo foi o apoio norte-americano ao regime corrupto de Mobutu Sese Seko, do Zaire (atual República Democrática do Congo), na época da Guerra Fria. Quando a ajuda é voltada ao desenvolvimento, os resultados têm sido altamente favoráveis, variando da Revolução Verde à erradicação da varíola.

O pacote de ajuda que defendemos seria direcionado aos países com um grau razoável de boa governança e transparência operacional. Na África, podem ser Etiópia, Gana, Mali, Moçambique, Senegal e Tanzânia. O dinheiro não seria meramente entregue a eles, mas fornecido de acordo com um plano detalhado e monitorado. Novas rodadas de financiamento só se-

riam liberadas à medida que o trabalho fosse efetivamente realizado. Grande parte dos recursos seriam fornecidos diretamente a aldeias e cidades, para evitar a apropriação pelos governos. Os programas seriam monitorados de perto.

A sociedade ocidental tende a pensar na ajuda externa como um dinheiro jogado fora. Mas, se fornecido de forma apropriada, é um investimento que um dia trará retornos enormes, à semelhança da ajuda norte-americana à Europa ocidental e leste da Ásia após a Segunda Guerra Mundial. Ao prosperarem, os atuais países pobres não dependerão mais da eterna caridade. Eles contribuirão para o avanço internacional da ciência, tecnologia e comércio. Eles escaparão da instabilidade política, que os deixa vulneráveis à violência, tráfico de drogas, guerra civil e até à tomada do poder por terroristas. A segurança dos países ricos também aumentará. Como escreveu o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan: "Não haverá desenvolvimento sem segurança, e não haverá segurança sem desenvolvimento".

O Problema

Embora a maior parte da humanidade tenha conseguido se libertar da pobreza extrema e endêmica desde o início da Revolução Industrial, cerca de 1,1 bilhão dos atuais 6,5 bilhões de habitantes globais são miseráveis em um mundo de abundância.

Essas pessoas, que sobrevivem com menos de um dólar por dia, têm pouco acesso a nutrição adequada, água potável e abrigo, bem como saneamento básico e cuidados de saúde. O que podemos fazer para tirar da pobreza extrema essa enorme fatia da população?

O Plano

Dobrar o auxílio financeiro de países afluentes contra a pobreza para cerca de US\$ 160

bilhões anuais traria melhoria significativa para o apuro em que se encontra um sexto dos humanos. Esse valor constituiria cerca de 0,5% do PIB dos países ricos. Como esses investimentos não incluem outros tipos de ajuda, como gastos com grandes projetos de infra-estrutura, combate à mudança climática ou reconstrução pós-conflito, doadores deveriam se comprometer com a velha meta de 0,7% do PIB em 2015.

Essas doações, freqüentemente fornecidas a grupos locais, precisam ser monitoradas de perto e auditadas para garantir que sejam direcionadas de maneira correta aos realmente necessitados.

Globalização, Pobreza e Ajuda Externa

Cidadãos de países industrializados costumam ter dúvidas sobre onde e como são gastos as doações de seus governos (oriundas do dinheiro dos impostos) para ajudar os pobres de nações estrangeiras. Eis algumas respostas breves.

A globalização está tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres?

Em geral, a resposta é "não". A globalização está promovendo avanços muito rápidos de muitas economias pobres, em especial na Ásia. O comércio internacional e os influxos de investimentos externos foram fatores importantes do crescimento econômico notável da China no último quarto de século e do rápido crescimento econômico da Índia desde o início da década de 1990. Os países mais pobres, marcadamente na África Subsaariana, não são mantidos na pobreza pela globalização; eles são em grande parte ignorados por ela.

A pobreza é o resultado da exploração dos pobres pelos ricos?

As nações afluentes repetidamente pilharam e exploraram os países pobres por meio da escravidão, governo colonial e práticas comerciais

injustas. No entanto, talvez seja mais exato dizer que a exploração é o resultado da pobreza (que deixa os países pobres vulneráveis ao abuso) do que sua causa. A pobreza costuma decorrer da baixa produtividade por trabalhador, que reflete a saúde ruim, falta de qualificação para o mercado de trabalho, precariedade de infraestrutura (estradas, centrais elétricas, portos etc.), subnutrição crônica e coisas semelhantes. A exploração desempenhou um papel na produção dessas condições, mas fatores mais profundos (isolamento físico, doenças, ecologia, dificuldade de produção de alimentos) tendem a ser mais importantes e difíceis de superar sem ajuda externa.

O aumento da renda nos países pobres resultará na queda da renda nos países ricos?

De modo geral, o desenvolvimento econômico é um processo de soma positiva, significando que todos podem participar sem que ninguém saia prejudicado. Nos últimos 200 anos, o mundo como um todo obteve um aumento maciço da produção econômica, e não uma mudança da produção econômica para certas regiões à custa de outras. Sem dúvida, restrições ambientais globais já começam a se

impôr. À medida que os países pobres atuais se desenvolverem, o clima, as áreas de pesca e as florestas sofrerão uma pressão crescente. O crescimento econômico global é compatível com a exploração sustentável dos ecossistemas de que todos os seres humanos dependem – na verdade, a riqueza pode ser benéfica ao meio ambiente –, mas somente se as políticas públicas e tecnologias encorajarem práticas sensatas e forem feitos os investimentos necessários na sustentabilidade ambiental, metas ainda longe de serem atingidas.

As contribuições privadas norte-americanas compensam os baixos níveis de ajuda oficial dos EUA?

Alguns alegam que, embora o orçamento governamental norte-americano forneça relativamente pouco auxílio aos países mais pobres, o setor privado preenche a lacuna. Na verdade, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estimou que fundações privadas e organizações não-governamentais fornecem cerca de US\$ 6 bilhões por ano, ou 0,05% do PIB dos países. Neste caso, a ajuda internacional norte-americana total é de cerca de 0,21 do PIB – ainda uma das menores cotas proporcionais de todas as nações doadoras. ☀



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

A Retirada da Laguna

Visconde de Taunay

Narração rica em detalhes descreve a epopéia da tropa brasileira em defesa do solo pátrio. Fome, cólera e muitos outros fatores adversos pontuam essa obra de rara beleza literária.

O milagre da unidade nacional¹

*Miguel Reale**

Um dos fatos históricos que mais desafiam nossa constante vontade de chegar às raízes dos problemas é a unidade político-social da América portuguesa em contraste com o esfacelamento do mundo hispânico, no mesmo continente, em impressionante número de repúblicas de pequeno e grande porte.

Essa matéria tem sido objeto de estudo por parte de historiadores, sociólogos e juristas nacionais e estrangeiros, mas restam sempre inquietantes perguntas, sobretudo no que se refere ao Brasil. Tais indagações pressupõem a colocação de uma questão nuclear sobre o sentido da História, suas múltiplas causas e motivos, não havendo mais quem seja adepto de uma compreensão causal ou unilinear das civilizações que se sucederam ao longo dos milênios vividos pela humanidade sobre a face da Terra.

Foi talvez Machiavelli o primeiro pensador a situar a questão sobre dados positivos, reconhecendo que, ao lado do desenrolar causal dos acontecimentos, estes não raro sofrem inesperados desvios atribuíveis a fatores exteriores, à fortuna, a qual vem alterar substancialmente o processo histórico, ora favorecendo ora se contrapondo aos designios dos governantes e dos povos.

Nessa mesma ordem de idéias, Jacques Monot apresenta as múltiplas combinações de azar e da necessidade no desenvolvimento da História. Muitas vezes os acontecimentos inesperados, à margem do que era previsto, determinam o advento de fatores que dão sentido favorável a um fim desejável, mas ainda im-

preciso. É o que acontece no Brasil no que se refere à sua unidade territorial, à formação de uma consciência nacional superior às forças a elas contrapostas.

Se analisarmos serenamente a situação brasileira, tudo parecia levar ao desmembramento, tais os contrastes existentes no imenso território, tanto do ponto de vista geográfico como demográfico, com populações dispersas sem ligações naturais.

Tudo ameaçava a constituição de populações regionais tendentes a se distinguirem em diversos grupos etnográficos, cada um com a sua estrutura política independente, e, no entanto, o que prevaleceu foi a unidade, sempre ameaçada.

Bastará dizer que, no início da vida colonial, Portugal organizou dois governos, um ao norte e outro ao sul. Como, na América Latina, o Estado precedeu a Nação, bem se pode prever o risco dessa dualidade, felizmente de pouca duração. Um dos fatos contrários ao que depois viria a ser o território brasileiro é o Tratado de Tordesilhas, do qual, após várias peripécias, resultou que a linha divisória entre Espanha e Portugal correria de Belém do Pará a Laguna, em Santa Catarina.

Essa partilha redundava em invasão das bandeiras paulistas muito além do território atribuído ao reino espanhol. Mas acontece, então, a primeira grande surpresa histórica, com o reconhecimento de Felipe II da Espanha como rei de Portugal. Fundiam-se os dois territórios

¹ Transcrito de *O Estado de S. Paulo* de 03.06.2004.

* Foi jurista, filósofo e membro da Academia Brasileira de Letras

e, com isso, se legitimava a posse brasileira nas regiões aquém da linha divisória, com a qual se quisera partilhar o mundo, sob a égide da Igreja. Restaurada, em 1640, a monarquia portuguesa com João IV, continuaram os luso-brasileiros na posse das terras ocupadas na era filipina, não deixando a Espanha de reivindicá-las como abrangidas por sua soberania.

Essa situação, que aumentava gigantescamente o território da colônia portuguesa, permaneceu “irregular” durante dezenas de anos até o Tratado de Madri, em 1750, quando o gênio do jurista Alexandre de Gusmão, diplomado por Coimbra e Paris, logrou fazer prevalecer a tese do *uti possidetis*, segundo a qual a posse atual das terras determinava a que Estado elas pertenceriam. Como se vê, foi o imprevisível rei da filipino a fonte legitimadora do nosso imenso território.

Poucos anos depois, novo episódio imprevisível iria marcar a situação política brasileira, levando-a a sua emancipação. Refiro-me à invasão de Portugal pelo exército de Napoleão e à fuga do governo de Lisboa para o Rio de Janeiro, dando início ao processo de nossa independência. Não vou aqui relembrar o que representou a presença da família real lusitana no Brasil, tendo à frente o logo depois Dom João VI, figura complexa e tolamente ridicularizada, quando, na realidade, revelou-se um soberano à altura do momento histórico em que exercia o poder, convencendo-se de que a separação e independência do Brasil eram inevitáveis, razão pela qual,

ao voltar à Europa, cuidou de nomear o Príncipe Pedro regente do Reino no Brasil.

Preservava-se, assim, a monarquia, forma de governo mais adequada para afrontar as futuras insurreições com ameaça de separatismo. Por qualquer ângulo que se analise a alteração produzida pela invasão de Portugal pelas forças napoleônicas do General Junot, a conclusão a que se chega é que esse episódio, à margem da História luso-brasileira, veio decidir sobre nossa independência em 1822, confirmado a tese, exposta no início deste artigo, de que fatos exteriores e imprevisíveis podem alterar o sentido da História.

Foi o que aconteceu no Brasil, cuja unidade nacional, como vimos, dependeu também do acaso. É claro que nem o advento de Felipe II da Espanha nem a invasão napoleônica produziram os efeitos que tivemos, se já não houvesse *in nuce* uma consciência nacional luso-brasileira que milagrosamente prevaleceu sobre uma multiplicidade de fatores adversos, como as sucessivas invasões por parte de corsários franceses e ingleses, culminando com a longa ocupação de Maurício de Nassau, cujo brilho a tantos fascina. Mas as duas batalhas dos Montes Guararapes estão aí para demonstrar a solidariedade das populações luso-brasileiras, apesar de dispersas na vastidão do que viria a ser o “território nacional”, heterogeneamente povoado por portugueses, luso-brasileiros, indígenas e negros que, como que inconscientemente, vieram constituindo uma nova pátria. ☺

“Brasil, um país sem memória”¹

Cláudio Moreira Bento*

E consagrada e corrente a expressão em epígrafe. Talvez um bom disfarce, como desculpa esfarrapada de responsabilidades de Estado não cumpridas. A memória histórica de um país integra a cultura nacional. E a cultura é item de importância estratégica. E dentro da cultura sobressai, em relevância, o resgate, preservação, culto e divulgação da Memória Histórica, ou da História. Ela ajuda um povo a estudar o seu passado, para entender o presente e assim, com mais segurança e certeza, planejar o futuro de seu país. Desenvolver a Memória Histórica de um país é, portanto, responsabilidade de Estado, o que Portugal entendeu ao apoiar financeiramente, com expressivos subsídios governamentais, as atividades de sua Academia Portuguesa da História.

Nilton Freixinho, historiador e pensador, afirmou em seu artigo “A Educação dos jovens e a memória nacional”, que “*o passado só contém e representa valor quando tem algo a dizer ao presente. E é o peso do passado que estrutura o inconsciente de um povo e dá-lhe consciência coletiva, como nação, gerando, vigorosamente, a âncora de sua existência e de persistência no tempo. E externo minha preocupação quanto à falta de empenho das atuais gerações de brasileiros em preservar o passado, bem como em situar o papel das entidades históricas do Brasil devotadas ao estudo, à análise, ao culto e à divulgação das lutas dos antepassados para alicerçar e forjar a nação que integram. E mais: me preocupo quando historiadores e sociólogos proclamam que o descaso para com a Memória Nacional enfraquece e ameaça a coesão nacional ou a unidade da nação, em face de pressões destrutivas, por con-*

fundir a consciência da sua real identidade e perspectiva históricas”. Há quem atribua a esta identidade e perspectiva nacional confusa o decepcionante desempenho da Seleção Brasileira, a qual faltou determinação e garra, ao contrário da Alemanha, Argentina, França, Portugal, que lutaram até o fim com esta garra e determinação e que, embora sem conquistar a Copa, foram bem recebidas em seus países, ao contrário do que ocorreu no Brasil. Coesão nacional deficiente a explicar, talvez, a evolução do crime organizado no nível absurdo de enfrentar de armas em punho o Estado em São Paulo. Ou a impunidade decorrente da corrupção. No Brasil, a atividade do historiador e afins é empreitada que enfrenta imensas dificuldades financeiras, um desafio para aqueles com vocação ou pendor para realizá-la, mesmo integrantes das diversas entidades de História, academias ou institutos em todos os níveis.

Observa-se, ainda, que, além de trabalharem com poucos recursos, são freqüentes os desencontros entre eles, por vaidade e preconceitos dos mais variados, entre eles e entre as instituições, uma vez que divergem quanto ao uso do conhecimento da História.

No Brasil, as entidades que se dedicam à História são pouco valorizadas e o que realizam é fruto da abnegação e sacrifício de poucos que ainda lutam para fazer frente a manipulações da História e a mitos, dando razão a este pensamento com que nos deparamos no Museu da República, no Palácio do Catete: “Ser o passado comparável a uma enorme planície

¹ Colaboração da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHTMB

* O autor é Coronel de Engenharia e de Estado-Maior, historiador e presidente da AHMTB.

onde correm dois rios. Um reto e de margens bem definidas que é o rio da História. Esta fruto da razão e da análise isenta de fontes históricas autênticas, fidedignas e íntegras, à luz de fundamentos de crítica escolhidos para a análise com o máximo de isenção. O outro é um rio cheio de curvas e meandros com margens indefinidas e instáveis e por vezes com perigosos alagamentos. Este é o rio do Mito. É este fruto das paixões humanas, das fantasias, da ignorância, do preconceito, das manipulações políticas e, em especial, das ideológicas, das deformações e da injustiça etc.,” mitos que Rui Barbosa já denunciava em seu tempo.

Assim mesmo esta tarefa relevante, que objetiva desenvolver, preservar, cultuar e divulgar a memória nacional, responsabilidade de Estado, é levada avante com parcenos recursos por historiadores das diversas categorias.

Algumas instituições dedicadas à História e à Memória brasileiras sobrevivem precariamente, com recursos de aluguéis, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, graças a empréstimo a ele concedido pela Caixa Econômica Federal, com a interveniência do então Presidente Médici, e só assim, pôde construir sua sede atual, quando era seu presidente Pedro Calmon.

E destas entidades quase heróicas, dos recursos públicos e privados que conseguem amealhar e do trabalho hercúleo de seus integrantes depende a História, cimento da coesão e da higidez nacionais.

Desta precariedade têm se aproveitado, sem reação, os manipuladores da nossa História. Mesmo jornalistas ciosos de sua função apresentam versões inadequadas e muitas vezes falsas dos episódios históricos, invadindo a função social do historiador, negando apoio à divulgação dos trabalhos de pesquisa histórica que possuem técnicas próprias de interpretação dos fatos, com apoio na análise de fontes primárias confiáveis, por serem íntegras, críticas e fidedignas. A Academia de História Militar Terrestre do Brasil, no seu

campo específico, vem atuando há 10 anos sem apoio financeiro do Estado e assim o substituindo na tarefa de pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a História das Forças Terrestres Brasileiras, Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, com o objetivo de retirar, da análise crítica do passado de cinco séculos de lutas destas forças, as lições para a formação de seus quadros na Arte e Ciência Militares e os subsídios para o desenvolvimento de doutrinas militares genuinamente brasileiras. E a História Militar Terrestre do Brasil tem muito a ensinar quando forem analisadas a suas lutas de resistência vitoriosas, ou guerra de guerrilhas, ou a estratégia usada na Guerra Brasílica que culminou com a expulsão dos holandeses no Nordeste em 1654; a Guerra Gaúcha, que expulsou o invasor espanhol do Rio Grande do Sul, em 1776; a Guerra da Selva, em que Pedro Teixeira expulsou invasores da Amazônia para depois conquistá-la; a centenária Guerra do Mato, em Alagoas, conduzida por ambos os contendores na Guerra dos Palmares e as levadas a efeito no Acre e Amapá sob a liderança de Plácido de Castro e o General Cabralsinho contra forças regulares alienígenas etc.

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil há 10 anos, num trabalho original e pioneiro, vem montando guarda e integrando as tradições das forças terrestres brasileiras, guardando documentos históricos, desenvolvendo arquivos e bibliotecas integradas e especializadas, reais e virtuais, publicando livros. Está representada no território nacional por delegacias em quase todas as unidades da Federação, acolhidas por unidades das forças terrestres, desenvolvendo instrumentos de trabalho para o historiador militar.

O Brasil não pode ser um país sem memória. Sem sua História, perderá sua coesão e sua identidade. Perderá seu poder e sua projeção estratégica. Deixará de ser o Brasil. ☺

1817: a revolução esquecida¹

*Paulo Santos**

O próximo dia 21 de abril será feriado nacional. Todo mundo vai se lembrar de Tiradentes, o mártir da Independência, e também agradecerá a ele pelo sacrifício que fez por nós. Mas o dia 6 de março – que também já foi feriado nacional – vai passar em branco. Todos nós estudamos no colégio um importante acontecimento histórico ocorrido nesta data, mas alguém, por acaso, se lembra dele? Pois vamos rememorar: em 6 de março de 1817 (cinco anos antes da Independência), o Recife se levantou contra o domínio português. Poucos dias depois as províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, lideradas por Pernambuco (do qual Alagoas fazia parte, na época), também se rebelaram, e – com todo respeito aos inconfidentes mineiros – o Brasil foi independente, de fato, pela primeira vez!

Aqui em Pernambuco foi proclamada uma República e por mais de dois meses, pela primeira vez, os brasileiros tiveram governo próprio, constituição, exército, esquadra e até embaixadas no exterior. Fomos além de decretar a autonomia política, antes que um aventureiro o fizesse: proclamamos a igualdade social e a liberdade religiosa, de pensamento e de imprensa, e não só tentamos acabar com a escravidão, mas também com a discriminação contra negros e mulatos! Tudo, também, pela primeira vez no Brasil!

Finalmente, e, de novo, com todo respeito ao sacrifício dos mineiros: a repressão ao nosso movimento não causou apenas uma vítima. Aqui

foram cerca de 1.600 mortos e feridos – uma barbarie, considerando que o Recife tinha entre 30 e 40 mil habitantes, na época –, além de mais de 800 degredados. Apesar da magnitude desse acontecimento, hoje em dia se sabe quem foi Tiradentes, muita gente conhece a história da bandeira de Minas Gerais, a do triângulo vermelho em fundo branco e do “*Libertas quae Serae Tamen*”, entretanto, quase ninguém saberia dizer quem foi Gervásio Pires, Vigário Tenório, Cruz Cabugá, que dão nome a ruas do Recife. Tampouco faria idéia de onde veio nossa linda bandeira azul e branca, exibida por toda parte com tanto orgulho, e o que significam o sol, a estrela, o arco-íris e a cruz...

Apenas em 1917, quando transcorreu o centenário da Revolução Pernambucana, houve emissão de selo pelos Correios e a data foi comemorada. Esse dia foi feriado em todo o País. Depois a data mergulhou no esquecimento, não é relembrada sequer em nosso Estado, cujo povo é orgulhoso das suas tradições e onde o período holandês é tão conhecido e badalado. O motivo desse “apagão” político e cultural, entretanto, é relativamente simples: pelas suas avançadas propostas sociais e políticas, aquele movimento foi sempre execrado. No Período Colonial e no Império, louvou-se muito a bravura dos que expulsaram os holandeses, mas os revolucionários de 17 foram tratados – compreensivelmente – como rebeldes anarquistas, portadores de consciências depravadas, inconfidentes malvados que transformaram num covil de monstros o teatro onde bri-

¹ Publicado originalmente no *Jornal do Commercio* do Recife, PE, em 06.03.2006

* O autor é jornalista.

lhara a fidelidade de Fernandes Vieira, Henrique Dias e outros, tratados como heróis...

De Pernambuco, dizia-se, “emana o vapor maligno da democracia!” Durante a Primeira República, de 1889 a 1930, nossa República de 1817, que tinha uma certa identidade com ela, ainda foi vista com bons olhos, mas, a seguir, no período getulista, centralizador e autoritário, novamente deixou de ser simpática, por ter defendido e apregoado o respeito à democracia, a divisão e a descentralização do poder. Nossos revolucionários, enfim, não apenas foram esmagados em vida; a memória deles continuou a ser perseguida pelos séculos afora! Nem todos se omitiram. Historiadores fizeram a parte de-

les, como Muniz Tavares (um participante) e Oliveira Lima quanto os contemporâneos como Amaro Quintas e Manoel Correia de Andrade – além de pensadores de outros centros, como Carlos Guilherme Mota; estudaram e analisaram tudo cuidadosamente. Mas o trabalho historiográfico, infelizmente, não atinge o grande público. Apenas o interesse dos poderes públicos, dos meios de comunicação e, finalmente, dos artistas é que poderá algum dia popularizar e dar vida à memória da Revolução Pernambucana de 1817, que foi curta, intensa, apaixonada, romântica e, se tivesse triunfado, teria dado um rumo diferente – e talvez melhor – ao nosso País. ☺

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Cecil Woodham-Smith

A CARGA DA BRIGADA LIGEIRA



Biblioteca do Exército Editora

A Carga da Brigada Ligeira

Cecil Woodham-Smith

Após consultar farta documentação primária, a autora aborda um dos episódios militares mais famosos e de extrema importância para os leitores brasileiros interessados em História Militar. A Carga da Brigada Ligeira, comandada por Lorde Cardigan, durante a batalha de Balaclava, na Guerra da Criméia em 1854, é episódio que, pela sua notoriedade, deve ser conhecido em profundidade por todos os militares de carreira e por estudiosos de história. Atendendo a este universo, a Biblioteca do Exército Editora entrega aos seus assinantes/leitores tão importante título.

A Imprensa e a Questão Militar no final do Império¹

*Renato Jorge Paranhos Restier Junior**

As tensões entre o Estado e uma parcela de militares – fruto de uma série de descontentamentos como baixos soldos, falta de aparelhamento bélico e lentas promoções após a Guerra do Paraguai – geraram o que a historiografia militar e política chama de *Questão Militar*. Esta mesma elucida, ao analisar a *Questão Militar*, dois agentes em conflito: o Governo e os militares envolvidos. A proposta deste artigo é justamente chamar atenção para um terceiro agente neste episódio da década de 1880 no Brasil Império.² Este terceiro agente foi uma parcela da Imprensa que interferiu em favor dos militares, o que foi fundamental para inflamar as tensões entre os mesmos e o Estado.

Selecionamos em nossa pesquisa jornais em que os redatores estiveram próximos aos líderes militares, que foi o caso de Quintino Bocaiúva, do jornal *O Paiz*, e Julio de Castilhos, de *A Federação*. No caso do *Diário de Notícias*, a aproximação foi posterior, Rui Barbosa foi o primeiro Ministro da Fazenda no governo de Deodoro. Utilizamos também *A Gazeta de Notícias*, que também teve bastante envolvimento nos incidentes dos militares com o Governo, e *A Democracia*, que se caracterizava por sua linguagem mais

radical em relação aos outros jornais ao atacar a Monarquia.

Os redatores, em sua maioria republicanos – contudo, se faz necessária uma observação porque alguns jornais, como *O Paiz*, não se autodeclaravam republicanos, outro exemplo é o da *Gazeta de Notícias*, que apoiou os militares contra o Governo e acabou por simpatizar com o gabinete Ouro Preto³ –, perceberam nos militares o mecanismo para a derrubada da Monarquia. Sabemos que os republicanos não tinham uma estrutura suficientemente organizada para que sozinhos promovessem de imediato a alteração do regime. Assim, na análise do professor Lacombe:

“(...) os republicanos, tendo à frente, no Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva, estavam convencidos de que, sem a ação do Exército, seria impossível mudar o regime”.⁴

A imprensa republicana, de tendência republicana ou, ao menos, contra a Monarquia, esteve em todo o momento se colocando como “porta-voz” e “defensora” das reformas e reivindicações dos militares. Segundo Emilia Viotti, Campos Salles “achava que os republicanos deveriam aproveitar a questão militar”,⁵ o que foi

* O autor é Bacharel em História e pós-graduando em História Militar Brasileira (UNIRIO/EB-DEP/IGHMB).

¹ Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

² Este corte temporal em concordância com a tendência historiográfica que aponta a *Questão Militar* um fenômeno protagonizado por Senna Madureira e Cunha Matos entre 1886 e 1887, ou seja, Celso Castro, em *Os Militares e a República*, Nelson Werneck Sodré, em *História Militar do Brasil*, João Batista Magalhães, em *Evolução Militar do Brasil*, entre outros.

³ Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a República*, p. 15-21.

⁴ Américo Jacobina Lacombe, *O Exército e a República (A Questão Militar)* in *Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil*, p. 190

⁵ Emilia Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*, p. 354.

decisivo na queda da Monarquia por um movimento articulado entre os oficiais e os republicanos civis. Na visão de Lincoln Penna, Quintino Bocaiúva procurava “indispôr os militares com o Governo”.⁶ Oliveira Vianna assim define:

“Para esta excitação tão grande dos elementos militares contribuiu a própria psicologia dos cidadãos fardados, que, como vimos, é essencialmente deflagrante; mas também concorreu, não menos poderosamente, a ação excitadora dos políticos civis”.⁷

O jornal *O Paiz*, órgão dirigido na época por Quintino Bocaiúva, publicou um artigo referente à atitude dos oficiais da Armada na constituição de uma associação com o objetivo de instituírem entre si um montepio para cuidar das pensões de suas famílias após o falecimento de um oficial. O artigo dizia o seguinte:

“Aplaudimos essa resolução, porque ella consulta a dignidade e os interesses da briosa classe.

O governo desconta, como se sabe, um dia de soldo a todos os officiaes e praças da armada, para fim de satisfazer o meio soldo a que tem direito os seus herdeiros.

(...) mas quando ocorre o falecimento de algum official são taes e tão morosos os tramites legaes a preencher, que as pobres viuvas e herdeiros são forçados a despezas e diligencias penosas, vindo sómente a receber o que lhes pertence mezes depois do falecimento.

Por este lado já se vê que a ação do Estado, longe de ser tutelar, é, pela sua morosidade e complicada intervenção, bem pouco garantidora da sorte das famílias privadas de seus chefes”.⁸

No final, o artigo amplia este caso específico dos militares para uma dimensão maior. É um

procedimento que caracteriza a forma desses jornais de abordarem as questões militares, alardeando ao máximo os fatos e tentando criar um estado de tensão entre Estado e Exército. Assim, segue o artigo:

“Esta questão, como se vê, interessa particularmente à corporação da armada; mas ella tem um alcance mais vasto e deve ser considerada como uma questão de ordem social”.⁹

No dia 9 de outubro de 1886, surgiu uma crítica ferrenha ao discurso proferido pelo Deputado Cândido de Oliveira na Câmara dos Deputados contra os militares que foi reproduzido no *Diário de Notícias*. O jornal de Quintino Bocaiúva soube perfeitamente construir um texto que fizesse alarde ao fato apontando, em sua visão, a crescente falta de respeito que tais políticos estariam cometendo contra a honra dos militares.

“É preciso que aquelles que julgam que as immunidades parlamentares autorizam a insultar percam esta esperança; é necessário que se convençam de que a tribuna da camara não é o reducto da covardia; em que se devem fortificar aquelles que não têm a coragem precisa para extermar cá fóra aquillo que pensam(...)

Hontem era o Sr. Simplício de Rezende que, nos extravasamentos de sua paixão partidaria, dava-nos o exemplo do mais extremo descommendimento de linguagem, insultando em sua honra a um coronel; hoje aparece-nos na tribuna o Sr. Cândido de Oliveira; affrontando o carácter de um general e a dignidade da officialidade de um corpo; o que será amanhã?”¹⁰

Identificamos o uso deliberado das palavras *honra*, *dignidade* e *caráter* e, principalmente, a pergunta incitante que o jornal faz no final deste trecho. Conclui, então, chamando atenção para os objetivos dos políticos com “a classe militar onde certos políticos desabusados querem reduzir, transformando-a em grupos de caudilhos políticos ou cabos eleitorais”.¹¹

No dia 17 de fevereiro de 1887, os jornais anunciaram a renúncia do Ministro Alfredo

⁶ Lincoln de Abreu Penna, *República Brasileira*, p. 50

⁷ Oliveira Viana, *O Oráculo do Império*, p. 151.

⁸ *O Paiz*, 19 de julho de 1885, Biblioteca Nacional

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*, 9 de outubro de 1886, Biblioteca Nacional.

¹¹ *Ibidem*.

Chaves. *O Paiz*, com o objetivo de não deixar cessar os conflitos dos militares com o Governo, assim expôs sua posição no dia 21 de março do mesmo ano:

“Foi uma victoria, não ha de negar, alcançada pela classe militar sobre o gabinete do Sr. barão de Cotelipe; mas victoria esterelizada, como a de 24 de Maio no Tuyuty, pela inercia subsequente dos vencedores”.¹²

Ainda o mesmo jornal, em 7 de abril de 1887, reproduziu na coluna *Secção Livre* intitulada *Questão Militar* a moção dos oficiais de São Gabriel em homenagem e apoio a Deodoro pela postura que manteve no caso de Senna Madureira, publicada no jornal *A Federação* no Rio Grande do Sul. Já em 7 de outubro de 1886, o jornal publicava o seguinte artigo sobre a *Questão Militar*:

“Enquanto os militares são instrumentos políticos e agentes eleitorais, eles merecem promoções, honrarias e comandos, mas quando demonstram possuir brios, sentimento cívico e zelo por suas prerrogativas constitucionais, eles passam a ser simples insubordinados e rebeldes”.¹³

Sobre um relatório da Marinha entregue à Câmara dos Deputados solicitando melhorias, o *Diário de Notícias*, órgão onde trabalhava Rui Barbosa, que se tornou republicano nos últimos momentos da Monarquia, mas sempre convicto de suas idéias federalistas, publicou um artigo em apoio ao projeto de melhorias, criticando o Governo:

“As incorrecções e contradicções, e mesmo, peza-nos dizer, erros, pouco amor á verdade e com que foi organisado essa peça monstruosa, obrigam-nos a sahir do silencio e obscuridade que sempre nos imposemos, desde

que cessaram as missivas do “Cabo João”, publicadas no antigo *Globo*, e avirmos outra vez, em um jornal impresso na mesma machina, pugnar pelo progresso e credito da marinha nacional(...).¹⁴

Em 1885, o Ministro da Guerra Antônio Eleutério de Camargo¹⁵ solicitou à Câmara a transferência da sede do 3º Batalhão de Artilharia do Amazonas para Pernambuco. A região não oferecia condições para o exercício e instrução do batalhão que perdia suas funções originais, funcionando como infantaria e policiamento. Segundo o artigo do jornal, havia apenas seis canhões deteriorados em Tabatinga e não havia uma fortificação em Manaus que possibilasse o exercício de abater. A solicitação não passou, e o *Diário de Notícias* atacou novamente o Governo em nome dos militares:

“Lembrou a comissão a necessidade de promover o Governo os meios de melhorar o passadio da força estacionada no Amazonas (...) Entretanto, que providencias tomou o Sr. Cândido de Oliveira para melhorar a sorte dos nossos bravos militares estacionados no Amazonas? Nenhuma, que nos conste, porque estas causas eram muito somenas para a elevada atenção de S. Ex”.¹⁶

O jornal *A Federação*, mais radical que os anteriores citados, publicou fortes críticas ao Governo no caso de Senna Madureira. Quando o tenente-coronel foi demitido da Escola de Tiro de Campo Grande, em 1884, em virtude do ocorrido com ex-Ministro da Guerra Franco de Sá, foi nomeado comandante da Escola de Tiro do Rio Pardo na Província do Rio Grande do Sul no ano seguinte. Com isso, entrou em contato com os republicanos que lá já se encontravam.

¹² *O Paiz*, 21 de março de 1887, Biblioteca Nacional.

¹³ Idem, 7 de outubro de 1886 in John Schulz, op. cit., p. 102.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 22 de junho de 1885, Biblioteca Nacional.

¹⁵ Sobre a ordem dos ministros no Império, ver *O Exército na História do Brasil*, p. 21 e 22.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 30 de junho de 1885, Biblioteca Nacional.

Foi por este mesmo jornal que Senna Madureira publicou artigos em retaliação às acusações que lhes foram feitas pelo ex-ministro. Sobre a punição de Senna Madureira, respondeu assim o jornal:

“Para demitir o ALTIVO MILITAR o governo empregou o mesmo processo de que fez uso para retirar do commando das armas o general Deodoro: a clandestinidade e a surpresa.

Demitindo o tenente-coronel Madureira, resta saber que destino foi ou vai ser dado à petição em que elle requereu conselho de guerra.

O governo prepara talvez uma ultima de mão inspirada pela perfidia á covardia, mas ilude si pensa abater pela intimidação a altivez do bravo militar, a quem a intrepidez de seu caracter e os dictames da consciencia collocam n'esta alternativa.

Ou ha de ser julgado e condemnado por seus pares em conselho de guerra por ter sido altivo diante do arbitrio, ou ha de ver supprimida da sua eloquente fé de officio a nota com que um ministro mediocre tentou humilhal-o”.¹⁷

Mais ofensivo ainda foi o artigo publicado no dia 1º de outubro de 1886, relatando a reunião militar do dia 30 de setembro, em que compareceram, segundo o jornal, um grande número de oficiais-generais, superiores e subalternos entre outros e decidiram entregar assinaturas delegando a Senna Madureira a função de advogar pelos militares:

“Foi resolvida uma eloquente manifestação de alto apreço ao tenente-coronel Senna Madureira, pela sua attitude digna e alta diante da prepotencia de um ministro energúmeno”.¹⁸

Com uma linguagem ainda mais áspera, o jornal *A Democracia*, publicado inicialmente três

vezes por mês, expôs sua visão sobre a *Questão Militar* em 21 de maio de 1887:

“(...) Os partidos monarchicos só querem exercito permanente para instrumento cego de seu despotismo. Não comprehendem no soldado sentimentos elevados; nem honra, nem dignidade, nem brio.

(...) Para os taes politicos, o soldado não é depositário da confiança da nação, mas a escaradeira onde o governo e seus lacaios cospem do alto quanta injuria e impureza secretam.

Veremos se o exercito consente o que elles querem: um réptil que pode ser esmagado com o tacão da bota de qualquer ministro.

Saberemos então se isto aqui é um povo ou apenas uma agglomeração de cadaveres putrefactos”.¹⁹

É prática comum também neste periódico a utilização dos “clichês” que atingem diretamente os militares: *dignidade, brio, honra*. Porém, este periódico foi mais direto na incitação quando afirmou aguardar uma atitude dos militares em relação ao Governo. Mais tarde, no dia 21 de novembro do mesmo ano, o jornal publicou uma nota homenageando a decisão do Clube Militar de se posicionar contra a utilização de soldados na captura de escravos fugitivos. O jornal afirmou que o Governo estaria desviando o Exército de sua “nobre missão” para os submeter a agir como “capitães-do-mato”.²⁰ Sobre o trancamento das notas de repreensão aos militares que se pronunciaram pela imprensa, *A Democracia* aproveitou mais uma vez para atacar o Governo, desejando que “a lição lhe aproveite e lhe dê vergonha, é quanto desejamos”.²¹

A aproximação entre os republicanos e os militares é fator importante para a compreensão do aprofundamento da *Questão Militar*. Posicionando-se como “porta-voz” dos militares, este setor da imprensa supracitado acirrou os conflitos entre os mesmos e o Governo, constituindo um forte elemento para a queda da

¹⁷ *A Federação*, 4 de janeiro de 1887, Biblioteca Nacional.

¹⁸ *Idem*, 1º de outubro de 1886, Biblioteca Nacional.

¹⁹ *A Democracia*, 21 de maio de 1887, Biblioteca Nacional.

²⁰ *Idem*, 21 de novembro de 1887, Biblioteca Nacional.

²¹ *Idem*, 1º de junho de 1887, Biblioteca Nacional.

Monarquia. Souberam explorar as antipatias que surgiram após a Guerra do Paraguai e formaram uma importante aliança para a proclamação de um regime republicano.

Concluímos que a Imprensa que se opunha ao Governo percebeu a oportunidade e in-

flamou os conflitos entre os militares e o Estado. Esses conflitos ganharam proporções cada vez maiores, resultando no que se chamou de "Questão Militar", que foi maciçamente explorada por essa mesma Imprensa em defesa dos militares objetivando derrubar o Governo. ☽

Referências bibliográficas

- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre a cultura e a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República*. São Paulo: UNESP, 1999.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *O Exército e a República (A Questão Militar)*. Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda. Proclamação e Consolidação da República no Brasil, 8 a 10 de novembro de 1989. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3^a v., 1989.
- MAGALHÃES, João Batista. *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870 – 1889)*. Rio de Janeiro: Athena, S/D.
- O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850 – 1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- VIANA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Guerra do Iraque

John Keegan

Após a Guerra do Iraque, surgiram duas dúvidas, as quais o autor, historiador de renome, procura responder. A primeira é por que a fase militar foi tão rápida. E, a segunda, é como se venceu a estrutura militar de Saddam Hussein com tanta facilidade, uma vez que as forças militares iraquianas já combatiam há décadas em guerras contra o Irã e, posteriormente, contra a coalizão liderada pelos EUA, na Guerra do Golfo. Acrescente-se, ainda, o emprego de tropa do Exército iraquiano em conflitos internos contra as minorias curdas.

Brigadeiro Eduardo Gomes

Homenagem à Força Aérea Brasileira

Isto é História – 12 de julho de 1922¹

Interrogatório do Tenente Eduardo Gomes

Aos 12 dias do mês de julho de 1922, nesta Capital Federal, no HCE, onde se achava o General de Divisão Augusto Tasso Fragoso, encarregado do presente inquérito, comigo, Capitão Milton de Freitas Almeida, servindo de escrivão, aí encontrou o 1º Tenente Eduardo Gomes, a fim de ser interrogado sobre o fato constante dos documentos que lhe foram lidos. E logo aquela autoridade passou a interrogá-lo na seguinte forma: perguntado qual o seu nome, idade, filiação, estado, naturalidade, praça e corpo a que pertencia, respondeu chamar-se Eduardo Gomes, com 25 anos de idade, filho de Luís Gomes Pereira, solteiro, natural do Estado do Rio, pertencer à arma de artilharia e à terceira esquadilha de observação. Perguntado como se tinham passado os fatos constantes dos referidos documentos, respondeu o seguinte: tendo ido ao Forte de Copacabana com o intuito de tomar parte na sublevação que ali se projetava, acompanhou seus camaradas até o último momento. Apresentou-se no Forte, pela última vez, digo, saiu do Forte cerca das 17h do dia 4 e foi de automóvel até a cidade para colher notícias, voltou ainda de automóvel ao Forte às 19h30min e aí ficou. Não assistiu ao incidente do General Bonifácio por se achar no portão do Forte. No dia 5, teve a seu cargo o canhão Schneider. Na noite de 5 para 6, esteve de vigilância junto ao holofote no alto da colina, em companhia do Tenente Siqueira Campos e algumas praças. Na manhã quando, digo, na manhã de 6 quando o Capitão Euclides declarou que quem quisesse sair do Forte podia fazê-lo, o depoente resolveu não se entregar. Depois, disse o depoente, esteve quase todo tempo na torre seis, que ficou a seu cargo. Foi

por combinação feita com o depoente e com os outros oficiais que o Capitão Euclides saiu do Forte para se entender com o Governo, visto se haver malogrado a missão do Major Castro e Silva. Quando o Capitão Euclides comunicou para o Forte, por telefone, que se achava preso e que o Governo exigia que cada um se entregasse saindo isoladamente e desarmado do Forte, os oficiais que ainda se encontravam na praça, a saber, o depoente, os tenentes Siqueira Campos, Nilton Prado e Carpenter resolveram abandonar o Forte para não sacrificá-lo nem causar mais prejuízos à cidade e ir com o grupo de soldados que os acompanhava por último combate contra as forças do Governo longe do Forte, pois estavam no firme propósito de não se entregar. O depoente crê que o grupo de oficiais vinha acompanhado por umas 20 praças, cada homem, oficial e praça, trazia um fuzil e alguma munição. Desceram todos pela Praia de Copacabana e, afinal, se deliveram em frente a uma rua, aí mantiveram um tiroteio com as forças opositoras, o qual lhe parece ter durado cerca de uma hora e três quartos. O depoente caiu ferido por bala de fuzil, na coxa esquerda, e ali mesmo na areia ficou deitado, até que o transportaram. Depois dele viu também cair os tenentes Siqueira, Carpenter e Nilton. Perguntado por que tomou parte na rebelião contra o Governo, respondeu que achava que o Governo estava saindo fora da lei com o propósito de intervir em Pernambuco e porque era desejo do país ver afastada a hipótese da posse do Dr. Artur Bernardes. Perguntado se foi convidado por alguém para a rebelião ou se assinou algum compromisso, respondeu negativamente. Perguntado se sabia que outras unidades acompanhavam o Forte, respondeu ter acreditado que o movimento fosse geral. Perguntado se deu algum tiro de artilharia

¹ Copiado de <http://copacabana.com/1pm1.shtml>.

contra a cidade, respondeu negativamente, pois só se lembra de um tiro dado na direção da praia. Perguntado se não se opôs a que seus camaradas atirassem para o centro da cidade, respondeu que não. Perguntado como se passou o lançamento do canhão Schneider n'água, respondeu o seguinte: durante o ataque do Forte pela Fortaleza de Santa Cruz, digo, no começo do ataque do Forte pela Fortaleza de Santa Cruz, o depoente estava perto do canhão com a guarnição; daí se dirigiu ao portão para falar com o Tenente Siqueira Campos, que lhe disse haver recebido ordem para que todo o pessoal se recolhesse ao Forte. Em vista disso o depoente voltou ao canhão e, com, digo, que foi lançado n'água na presença do depoente e de outros oficiais. Perguntado se antes de lançar o canhão n'água não lhe haviam tirado a culatra e quebrado o aparelho de pontaria, respondeu que não, acrescentando que o lançaram n'água para evitar que os adversários o utilizassem e porque não souberam retirar a culatra nem o aparelho de pontaria. Perguntado se lhe constou que o Mal. Hermes seria o chefe do movimento revolucionário, respondeu que o supunha naturalmente indicado para isso, mas ignorava se ele assumiu algum compromisso. E como nada mais foi perguntado nem respondido, deu o oficial encarregado deste inquérito por findo o interrogatório, mandando lavrar o presente auto que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo, Capitão Milton de Freitas Almeida, servindo de escrivão, que o escrevi. Augusto Tasso Fragoso, General-de-Divisão Eduardo Gomes, Primeiro-Tenente.

EDUARDO GOMES, O PALADINO

Nota explicativa

O presente texto, transcrito da revista Esquadilha editada em 1942, sofreu algumas pequenas alterações em sua grafia original, basicamente no que diz respeito à acentuação gráfica, hoje modificada em relação àquela vigente até o início da década de 1970.

O depoimento de Assis Chateaubriand, em que pese ter sido feito há 60 anos, é atualíssimo e mostra quem foi Eduardo Gomes: um homem à frente do seu tempo, não somente para a Força Aérea Brasileira, mas para o Brasil, de cuja integração foi um dos baluartes.

Patriota de boa estirpe, o "brigadeiro" notabilizou-se por buscar desafios e vencê-los, na época em que a aviação já era, em si mesma, um grande desafio. Pioneiro por índole e por excelência, Eduardo Gomes personifica, com propriedade singular, o epíteto que lhe foi atribuído por Chateaubriand: O Paladino. Patrono da Força Aérea Brasileira, é, o Brigadeiro-do-ar Eduardo Gomes, um dos nossos heróis.

Walter Migorância Filho

Recebo, hoje, a notícia de que o Brigadeiro Eduardo Gomes acaba de ser promovido pelo Governo a Major-brigadeiro-do-ar. Bem poucas promoções terá feito o presidente da República mais militarmente certas e cicamente justas quanto esta. Há perto de ano e meio que não me encontro com Eduardo Gomes; e dir-se-ia que, à distância, vejo-o cada dia maior, mais puro, mais nobre, nos cimos da dignidade a que ele costuma elevar-se para o enlevo dos seus contemporâneos. Se não usasse óculos, eu diria que o perfil de Eduardo Gomes era para ser cunhado no fundo das medalhas.

Se, dentro do quadro dos oficiais-generais da aviação, um piloto merecia alcançar, às vésperas da vitória das Nações Unidas, os bordados do mais alto posto da sua arma, era o comandante da Zona Aérea de Pernambuco. A Aeronáutica Brasileira não tem chefe militar de maior envergadura, ou, para ser mais justo, ela não possui outro capaz de anular-lhe em serviços à Pátria e à aviação. Eduardo Gomes é ímpar. Não tem na sua classe outro que rivalize consigo. Digo isto na minha consciência de cidadão, sem procurar desmerecer os serviços dos companheiros de arma de Eduardo Gomes, porque estou certo nenhum pretenderá igualá-lo, quanto mais superá-lo, na folha de serviços

que ele ostenta dentro da FAB. Quando penso no que Galieni fez por Madagascar, e Liautey, por Marrocos, lembro-me do que também este outro colonial, que é Eduardo Gomes, tem produzido em prol do interior do Brasil. Foi depois que assentei praça na aviação civil e entrei por essa nossa hinterlândia adentro que pude comprovar a extensão da tarefa de Eduardo Gomes, criando e mantendo, à custa do sangue de tantos jovens pilotos da força militar de terra, como da sua própria abnegação pessoal, tantas linhas de contato entre o Brasil sertanejo e as nossas metrópoles litorâneas. No dia em que a Campanha Nacional de Aviação puder adquirir aparelhos mais robustos, o pensamento que me anima é o de oferecer ao Ministro Salgado Filho, nosso chefe, a seguinte sugestão: organizarem os aeroclubes raides através do Tocantins, do São Francisco, do Paraná, do Iguaçu, do Tietê, do Paranaíba e do Araguaia, para que os pilotos civis possam comungar com a epopeia da Revolução de 30, que é o desbravamento dos nossos sertões, graças à ponta das asas da Aeronáutica Militar.

Esta é uma obra imortal. É a página mais rutilante da mocidade da nossa aviação de guerra. Os tenentes, que Eduardo Gomes, junto com Osvaldo Aranha, improvisou em 30, para lhes dar posse do Governo, que a maioria exerceumediocremente, senão ineptamente, desaparecerão amanhã, se já não sumiram de todo dos fatos da história do Brasil. Mas de pé, eretos, magníficos, projetando-se pelo futuro da nossa Pátria, veremos os outros tenentes, e esses, sim, verdadeiros heróis de gesta, que, puxados por Eduardo Gomes, foram conquistar, como autênticos cavaleiros, o firmamento e o chão da Pátria. Não escreveu a Companhia de Jesus em nossa história trechos de mais lídima bravura, de mais alto desinteresse espiritual, do que os tenentes, os aspirantes, os cabos e os soldados de Eduardo Gomes, nestes últimos 13 anos de serviço ativo, nas rotas aéreas da terra de Santa

Cruz. Porque era preciso, até três anos atrás, ter têmpera de missionário da fé para subir nas frágeis máquinas sem rádio, com os motores ainda rudimentares da aviação de arco e flecha, para fazer o Correio Aéreo no Tocantins, no São Francisco ou em Mato Grosso.

Os bravos dos ossuários de mortos destas jornadas épicas não são 10, nem 20. Contam-se por dezenas, senão por mais de uma centena. Seus corpos caíram sobre florestas, rios, campinas, ou oceano, em trechos da Pátria por onde muitas vezes jamais transitou a planta humana. E foi com o sangue de tantos mártires que se regou o corpo místico da Pátria, dentro dos quadros da Aviação de Guerra. Calmo, inflexível, sem nunca desanimar, à testa da pequena coorte dos seus comandados, voava sempre, voava nas rotas mais arriscadas, o piloto-chefe Eduardo Gomes. Não é ele o tipo do general que se posta dentro do PC para comandar. Seu temperamento é o de capitão, que puxa a tropa, e por isso a eletriza. Do que assume as posições perigosas de vanguarda. Do que disputa a maior parcela de riscos para si. Nunca as colunas celestes de assalto do Correio Aéreo Militar teriam conquistado o terreno que alcançaram, se o seu comandante não tivesse invariavelmente tomado as posições de vanguarda, jogando-se ao cumprimento das missões mais arriscadas. Onde quer que estivesse o perigo, aí encontrariam Eduardo. Nunca mandou seus pilotos voarem enquanto ele permanecia no Rio. Voava, voava, também, infatigável, ao lado do piloto, como piloto-navegador, para onde quer que fosse: Porto Nacional, Carolina, Ponta-Porã, Petrolina, Floriano, Bom Jesus da Lapa, ao inferno de Judas, ao fim do mundo, onde Ashaverus perdeu as botas, ele ia buscá-las, sem medo e sem ostentação de bravura. Apaixonava-o o dever.

Quando se escrever um dia a história da conquista do céu da nossa hinterlândia, Eduardo Gomes estará no panteão dos heróis, ao lado

de Nóbrega, Anchieta, Aspicuelta Navarro, como apóstolo e como um dos maiores unificadores desta gente e desbravadores deste sertão. Sua glória está feita e consolidada. A jornada dos 18 do Forte de Copacabana é pouca coisa diante da cavalgada, dentro das nuvens, para estreitar os nós da solidariedade e do amor dos brasileiros. Eduardo Gomes entraria de corpo inteiro na história pátria, só pela obra formidável de chefe da Aviação Militar, se ele não tivesse escrito mais duas outras páginas singulares de heroísmo individual e de clarividência política.

Em 35, éramos colhidos por uma revolução preparada e desencadeada do exterior. Que teria sido do Rio de Janeiro e do poder constituído se Escola e Regimento de Aviação fossem expugnados, como à primeira vista pareceu? Um soldado, a bem dizer sozinho, a mão direita já golpeada, vai deter a onda subversiva. É o mesmo intrépido menino do choque da Praia de Copacabana. Não tem a princípio quase ninguém a seu lado, senão os corpos dos companheiros moribundos ou mortos. E é com o exemplo do sacrifício daqueles que tombaram no campo da honra que Eduardo desafia e jugula a mazorca.

Não estou aqui para contrariar aquele princípio que, ao ver de Thucydides, é a mola da imparcialidade do cronista da história: "Não dar crédito aos historiadores que misturam a poesia, na sua narrativa, e procuram antes referir coisas deleitosas e agradáveis ao ouvido que escuta do que verdadeiras." No que estou descrevendo é verídica a relação entre os acontecimentos e a ação do seu maior protagonista. O silêncio que cai em torno de Eduardo Gomes é porque, sendo ele um retraído e a negação do cabotino, não tem jornalistas nem dispõe de *coterie*. Vive num mundo de renúncia tão largo e aqui-

lo que ele mais esquece é a sua mesma legenda de cavaleiro de gesta.

Como olvidar ainda o papel que ele desempenhou na defesa do hemisfério em 40 e 41, batendo-se, como todos nós, pela construção das bases aéreas do Nordeste e pelo apoio franco à causa das nações unidas, com a qual já se intensificava a nossa, muito antes que os submarinos nazistas viessem atacar-nos?

Fruto da sua consciência americana, e com ela compatível, é a decisão de arrostar os resultados da campanha naval germânica no Atlântico Sul, contanto que nos colocássemos em defesa do continente ao lado dos povos que desde 39 desafiavam a prepotência nazista e fascista. Não foi outro o ideal que o levou a ser um dos soldados *politicamente* militantes da causa da América, quando veio pelejar pelo emprego das nossas bases contra o inimigo da civilização, combatendo de peito aberto aqueles que preparavam o isolamento do Brasil no continente, com a deserção do seu dever de nação americana.

Fora impossível separar o perfil de Eduardo Gomes do instante mais delicado que viveu o Brasil, entre 40 e 41. Sua infatigável retidão moral brilha, nesta hora, com a hombridade e o destemor de sempre. A miopia de muitos pretendeu embutir-nos na torre de marfim do isolacionismo, a qual não passava de jaula do elefante, que vive de conforto e de capim. Fazendo o transunto dos momentos dramáticos que já passaram, a figura de Eduardo Gomes avulta, no Nordeste, com o relevo e a graça do Paladino. Não teve o Sr. Salgado Filho cumpridor mais leal e galante da nossa política de defesa do hemisfério, em colaboração com soldados, marinheiros e aviadores anglo-americanos, que ocupam, no Atlântico Sul, postos de vanguarda ao lado das Forças Armadas do Brasil. ☺

Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação

Paulo André Leira Parente

Considerações iniciais

Nosso objetivo é apontar os novos campos e objetos de investigação da história construídos a partir do conceito de Nova História Social, que podem contribuir para uma ampliação da investigação na área da História Militar. São campos explorados nos últimos anos pela ciência histórica que alcançaram resultados positivos na compreensão do passado. Por isso, entendemos que a identificação de tais campos de pesquisa amplia e enriquece a produção historiográfica da História Militar. Destacadamente, nossa contribuição pretende fornecer subsídios para um diálogo entre historiadores de tradição militar e seus congêneres oriundos da tradição acadêmica, que, a nosso ver, deve ser pautado por procedimentos metodológicos de acordo com a nova metodologia científica aplicada a ciência histórica.

Não cabe neste espaço, nem é nosso objetivo no momento, realizar uma interpretação historiográfica valorativa ou teórica da produção dos historiadores sobre a História Militar brasileira. Não nos cabe julgar esta produção. Entretanto, podemos apontar para a renovação da investigação da História Militar no Brasil expressa através de grupos de pesquisa, publicações especializadas, coleções em importantes editoras das Forças Armadas e centros de memória e documentação que, em esforços individuais e institucionais, progressivamente ampliam a divulgação de novas formas científicas de compreensão do passado. O interesse atual pelos estudos relacionados à História Militar transcende as próprias instituições militares.

Sob um ponto de vista metodológico da Nova História, é necessário identificar a diferente valoração assumida pelos fenômenos históricos de natureza militar nas diferentes culturas, que se tornam objeto de estudo do historiador militar. Devemos entender a *guerra* como uma estrutura histórica dinâmica no tempo das civilizações, como outras estruturas históricas de investigação definidas pelos historiadores, tais como a economia, a cultura, a religião, o direito, dentre outras. Assim, a noção de *História* e o conceito de *guerra* não são os mesmos em todas as culturas e muito menos não são auto-evidentes aos historiadores. Portanto, o historiador da nova história militar não deve trabalhar o conceito de *guerra* como um conceito absoluto, mas sim como um conceito histórico relativo e instrumental pautado por uma metodologia específica.

Os conflitos armados apresentam um peso relativo nos temas militares conforme as correntes historiográficas, ou seja, o tema da *História Batalha* não é necessariamente um ponto de chegada analítico da história militar. Pode e deve, inclusivamente, ser o seu ponto de partida. Entretanto, nem sempre está presente nos trabalhos e nas pesquisas da nova história militar e nem por isso deixamos de ter uma História Militar metodologicamente construída.

As concepções científicas da história assumiram diversas facetas em sua estrutura metodológica, influenciando desta maneira os temas militares. Assim, a história militar não é um *ente* próprio dotado de autonomia científica em relação à Teoria e à Metodologia da História. A história militar foi construída a partir de pressupostos pró-

prios da ciência histórica, dentre outros pressupostos científicos, da mesma forma que diversos temas do saber histórico dotados de um campo de investigação definido, dentre os quais podemos apontar: a história econômica, a história do direito e das instituições, a história administrativa, a história da ciência e da tecnologia e seus diversos desdobramentos – a história da medicina, a história das doenças, a história da farmacopéia, a história da química ou da alquimia, a história do automóvel, a história do avião e a história do trem.

Dessa forma, em sua construção metodológica, a história, ao se apresentar como crônica, descrição ou apologia, corresponde à história militar se apresentar também como crônica, descrição ou apologia militar. Entretanto, esta não é necessariamente sua natureza como saber histórico, mas sim uma de suas manifestações metodológicas e historiográficas.

Optar pela problemática da investigação histórica sobre a *guerra* não implica, portanto, necessariamente produzir uma *História Tradicional*, descriptiva e valorativa. A metodologia da história atualmente permite ampliar sua compreensão além das fronteiras da *História Batalha* e dos fenômenos políticos identificados com as *batalhas*. As novas metodologias desenvolvidas na ciência histórica recente permitem alcançar as múltiplas interfaces da História Militar, tais como a social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, dentre tantas outras.

Aspectos do conceito de guerra na tradição historiográfica ocidental

Na Grécia Antiga, a concepção da história estava baseada na noção de um tempo com movimento circular, cílico, dotado de fases definidas expressas nas formas de governo que regiam os destinos da cidade. A direção do tempo manifestava-se no sentido rigoroso das origens para a decadência, repetidas vezes, dentro de um *Eterno Retorno* degenerativo. Na historiografia grega antiga,

destacadamente em Tucídides, Xenofonte e Políbio, a *guerra* assumiu um papel primordial, pois determinava o ponto de inflexão entre o apogeu ou decadência de uma fase para outra nas mudanças temporais que atingiam os homens e suas cidades. O conhecimento das guerras e seus desdobramentos interessavam não apenas aos *estrategos*, mas também aos políticos e aos homens que participavam das decisões relativas à cidade. Conhecendo as guerras antigas e suas manifestações, poderiam decidir com maior precisão sobre os problemas da cidade.

Na tradição romana, a historiografia concedeu um lugar privilegiado aos fenômenos militares, pois estes haviam conduzido a cidade à sua grandeza, a dominação do mundo mediterrâneo e ao Império. A historiografia romana elaborada por Tito Lívio, Júlio César, Suetônio, Plutarco, Tácito e a própria História Augusta definiram uma visão triunfalista e patriótica da *guerra* como uma ação inerente à grandeza do povo romano, sua ação temporal e dominação sobre outros povos, inclusive os gregos.

A cultura medieval, por sua vez, relacionou os fenômenos militares com a insegurança geral promovida pelas invasões da Europa, entre os séculos VI e XI. Após a passagem do milênio, a ideologia medieval subordinou a *guerra* à perspectiva bíblica do Apocalipse e ao providencialismo cristão e a identificou como um castigo divino, conforme observamos em Gregório de Tours e Joinville. Além disso, reservou a sua participação à nobreza, como um privilégio de ordem e condição da hierarquia social. Entre os séculos XIII e XVI, acompanhando o processo de formação das monarquias nacionais, surgiram as diversas crônicas gerais das monarquias, das nações e dos reinos, que privilegiaram os conflitos militares em sua formação e consolidação: a *vitória nas guerras* fazia surgir ou desaparecer as monarquias nacionais. A guerra de natureza senhorial, expressa na convocação das hostes feudais, transformou-se num fenômeno que ligava

o rei a senhores da guerra em um vínculo particular, a guerra por contrato.

Entre o renascimento e o iluminismo, na conjuntura de consolidação do Estado Nacional Absoluto e do *desencravamento planetário*, as *guerras entre os Estados*, as *guerras civis* e as *guerras coloniais* se constituíram como tópicos diferenciados da reflexão historiográfica.

A instância militar no contexto do Estado absoluto se torna uma função privilegiada pelos monarcas, assim como, também, a Fazenda Pública e o Fisco. Nesse contexto, a valorização da Antigüidade Clássica fez surgir a admiração pelos modelos militares greco-romanos, tais como o enaltecimento do arquétipo dos grandes generais – Temístocles, Alexandre, Júlio César, Marco Antônio – ou, por outro lado hierárquico, a apologia do legionário romano como o modelo do soldado ideal. A Antigüidade Clássica tornou-se uma matriz universal da experiência militar e propositalmente delimitou o tema a *guerra*, pois se tornou também uma matriz universal em outros aspectos culturais. As *guerras antigas* serviriam como um modelo para se deduzir o conhecimento para as *guerras modernas* a partir do estudo científico e histórico de suas táticas e estratégias. Assim, a *guerra* é uma categoria relativa da história e não pode ser tratada de forma linear, pois foi percebida de maneira variada nas culturas – e aqui destacamos sucintamente apenas a tradição ocidental. O conceito analítico não pode ser confundido como um conceito absoluto.

Ao longo do século XIX, as historiografias Erudita, Positivista e Evolucionista – em suas vertentes variadas – valorizaram a *guerra* no contexto dos grandes temas da história política: o Estado, a formação do território, o estabelecimento das fronteiras, as relações entre os Estados etc. Os acontecimentos militares foram estudados de maneira científica (investigação metódica) e valorizados na medida em que reforçavam ou anulavam as características determinantes do Estado, seu crescimento, apogeu e declínio. Os dois principais mo-

delos historiográficos da História Militar foram elaborados por Clausewitz e Ranke. Destacamos dois grandes temas da historiografia que foram construídos neste contexto intelectual e que ainda se manifestam nos estudos militares atuais:

– A História Batalha: formada a partir da busca de uma descrição precisa e de uma análise detalhada dos eventos militares propriamente ditos cujo modelo é, ainda, a batalha de *Waterloo*.

– A História Militar: no contexto da História Política como explicação privilegiada e muitas vezes definitiva, o que pode remeter para a própria História Batalha em suas análises finais.

Estas vertentes historiográficas foram elaboradas a partir de uma metodologia científica própria do século XIX, mas, também, a partir do campo da *memória* conforme observamos na determinação de *Lugares da Memória* – campos de batalha, panteão de heróis da pátria, praças e monumentos comemorativos de batalhas ou de seus personagens.

A história militar foi influenciada ainda pelas vertentes historiográficas científicas preocupadas em encontrar as *leis sociais* do desenvolvimento histórico conforme os métodos definidos nas ciências naturais. Em suas doutrinas, positivistas e evolucionistas concordavam no aspecto de que a *guerra* era um resquício bárbaro das *sociedades militares*, que seriam gradativamente substituídas pelas *sociedades industriais* ou *positivas*, cujo principal requisito de existência seria a *paz*.

Comte e Littré consideravam a *guerra* como uma característica das etapas anteriores da história: a *teológica* e a *metafísica*. Esta última preparatória da fase *científica* ou *positiva*, que lhe sucederia, na qual as grandes nações territoriais seriam substituídas por pequenas pátrias, cuja a segurança estaria entregue ao encargo de polícias locais sem a necessidade de existência de exércitos.

Ao longo do século XX, o desenvolvimento de novas vertentes da história, tais como a história econômica, a história social e a história das mentalidades, tornou a história política e,

conseqüentemente, a história militar um campo desprezado pelas pesquisas históricas.

O estudo dos eventos militares ficou restrito ao campo da ciência política e da sociologia, conforme destacamos nos trabalhos de Gaston Bouthoul e Raymond Aron. A crítica contundente promovida pelo *Grupo de Annales* à História Política – generalizada como uma história “factual, tradicional, positivista e reacionária” – atingiu também a história militar e relegou ambas a um descrédito injusto por parte das academias e universidades. Este descrédito somente agora começou a ser revertido.

Propostas metodológicas e novos campos de investigação na pesquisa da História Militar

A História das Instituições

O primeiro nível de objetividade da História das Instituições é o estudo da história interna das instituições. Assim, a história institucional é reconstruída a partir dos aspectos jurídicos formais encontrados em documentos fundadores, reguladores, normativos, disciplinadores e organizadores das instituições em sua estrutura interna. Através destes documentos podemos reconstruir, também, os aspectos ideológicos que nortearam a criação e motivaram a atuação das instituições. Trata-se, portanto, de uma história interna das instituições. Entretanto devemos destacar dois problemas de ordem metodológica:

- O presentismo: ou seja, a importação de modelos teóricos da atualidade na explicação das administrações passadas;

- A redução do enfoque aos estratos superiores das instituições estudadas. Para corrigir este aspecto é preciso entender a instituição em seu conjunto administrativo, seus vários níveis hierárquicos e seus processos decisórios.

O segundo nível de objetividade da História das Instituições é a *Prosopografia*. Este é um dos campos mais complexos e secundos para a

pesquisa na História das Instituições. Trata-se do estudo das biografias coletivas dos personagens e das carreiras dos indivíduos que, de alguma forma, se relacionam com a instituição estudada – inclusive de personagens externos que influenciam as instituições. O historiador, entretanto, deve ter cuidado para não criar um confinamento de sua compreensão. Por isso, é importante analisar também aspectos externos à instituição.

Através da *Prosopografia*, o historiador percebe o funcionamento concreto da instituição e não apenas os seus aspectos legais. É possível alcançar o nível da *instituição real* e transcender a compreensão da *instituição legal*. Durante a pesquisa deve-se levantar e relacionar os aspectos que unem os personagens envolvidos com a instituição, tais como:

- Origem geográfica, social e familiar;
- Os estudos realizados, a influência educacional (que pode ser percebida pelo estudo dos currículos), filosófica, ideológica e religiosa;
- A experiência administrativa, militar, as atividades anexas ou independentes, o desempenho nos cargos ocupados, a carreira anterior e posterior – se existir;
- As relações familiares, o compadrio, o clientelismo e a proteção: relacionar a esfera do público com o privado no âmbito das instituições;
- A inserção em redes políticas, econômicas e intelectuais: estudo dos grupos dentro das instituições, tais como grêmios, irmandades, confrarias e associações, ou seja, a multiplicidade dos agentes sociais no âmbito da instituição;
- Os conflitos decorrentes da própria presença ou atuação das instituições com grupos socioprofissionais locais, estruturas políticas, redes de poder etc.;
- O intercâmbio entre as instituições: é necessário pesquisar as trocas de serviços, as trocas políticas e profissionais trazendo os indivíduos para o primeiro plano e compreender as relações orgânicas entre as instituições;

- Integrar os documentos normativos de natureza legal e institucional com a prática promovida nas instituições e desvelar suas instâncias decisórias e seus mecanismos de poder;

- O estudo das relações institucionais entre as Forças Armadas e as instituições militares (Forças Armadas em sua relação com as Forças Armadas);

- Criar modelos integrados de explicação e conceitos novos, conforme sugerido por Max Weber e outros, por exemplo, a polissemia da palavra guerra – guerra clássica, guerrilha, guerra química e biológica, guerra civil, guerra econômica, guerra naval, guerra popular, guerra santa ou messiânica, guerra ideológica, guerra fria.

A aproximação entre a História Social e a História Militar

O desenvolvimento das metodologias da História Social, somado a sua própria capacidade de promover a interdisciplinaridade com outros ramos das ciências sociais e humanas, cria, no encontro da História Social com a História Militar, um dos campos mais fecundos da historiografia atual. A categoria História Militar em seus desdobramentos é entendida a partir de uma rede complexa de estruturas sociais, o que permite compreender a inserção das instituições militares e dos fenômenos militares nas sociedades historicamente constituídas. Assim podemos indicar como campos de estudo que estão amparados na atual metodologia da História Social:

- O estudo das Forças Armadas a partir de sua presença e atuação regional, destacadamente de sua inserção na vida quotidiana ao longo da história. Pouco se conhece sobre a atuação das Forças Armadas no âmbito de uma História Social e Regional (Ex.: atuação da FAB na Amazônia, atuação do Correio Aéreo Nacional, importância da Base de Natal para a população, inclusive após a Segunda Guerra Mundial etc.);

- O estudo das formas de recrutamento ou engajamento – forçado, sorteio, obrigatório, voluntariado – em suas ideologias e motivações, nos grupos sociais, étnicos, econômicos ou regionais que atingiu. Ou o contrário do recrutamento, o seu oposto simétrico, a deserção, tema sobre o qual pouco se conhece na História Militar, não apenas a brasileira;

- O estudo da História Social de gênero nas Forças Armadas: escravos, negros, mulatos, crianças, mulheres etc., em sua atuação e relações sociais;

- A pesquisa da origem social ou socioeconômica das diversas hierarquias nas Forças Armadas em sua relação com a formação pedagógica e atuação (profissional, política, social, ideológica) dos grupos militares: soldados, suboficiais, oficiais e oficiais superiores;

- As relações entre guerra e sociedade: a pesquisa das experiências pessoais dos soldados e sua vida quotidiana em tempos de paz ou durante as experiências de combate, a inserção social dos expedicionários das tropas brasileiras após a Segunda Guerra Mundial;

- Os processos de formação da mentalidade militar em diferentes momentos da história e sua relação com a atuação política dos altos oficiais (ou ausência de atuação) que desempenharam papel de destaque em diversos eventos da história do Brasil: abolicionismo, Proclamação da República, Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 1932, crises políticas do período populista etc.;

- A pesquisa dos arquivos estaduais referentes à Força, Arma, guarnição ou instituição estudada;

- Estudo dos conselhos de guerra, para o Exército e a Marinha, das cortes marciais e do próprio Direito Militar, para as Forças Armadas como um todo. Portanto, o estudo da cultura legal e judicial na esfera militar e suas interfaces: os códigos do direito militar, códigos de ética ou conduta. Ou seja, é preciso conhecer a evolução dos critérios e valores da ética militar.

A história e a memória militar

- A formação da memória militar e suas relações com a memória coletiva, a memória social e a memória nacional;
- O estudo das comemorações, feriados e efemérides militares;
- Estudo do significado das condecorações, emblemas, brasões, códigos de cores, sinais, gestos e símbolos;
- A presença da memória militar incorporada na memória nacional: seus símbolos, os personagens e vultos presentes nos dinheiros, moedas, selos etc.;
- O estudo das canções militares, cantigas da caserna, músicas e canções de trabalho, treinamento, combate, canções que se referem às forças militares em postura crítica ou de enaltecimento etc. É possível através das canções caracterizar os valores, crenças, significado, objetivos, ideologias etc.
- O estudo da construção dos vultos militares em sua perspectiva ideológica: os vultos fundadores das armas, tradições, instituições etc.;
- O estudo dos Lugares da Memória e seus significados ideológicos: panteão, mausoléus, praças, monumentos, campos de batalha etc. Destacar os valores que são enaltecidos e suas características;
- O oposto da memória: o esquecimento, os tabus, o que não é dito.

A história das idéias e a História Militar

- Relacionar os níveis da História Militar com as idéias em um determinado contexto histórico;

Referências bibliográficas

- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. SP: Unesp, 2002.
- CORVISIER, André. *A Guerra*. RJ: Bibliex, 1999.
- GIRARDET, Raoul. *A Sociedade Militar*. RJ: Bibliex, 2000.
- LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. SP: Cortez, 1992.
- WEHLING, Arno. *A Invenção da História. Estudos Sobre o Historicismo*. RJ: Editoria Central da UGF e Editora da UFF, 1994.
- _____. "A Pesquisa da História Militar Brasileira". In: *Revista da Cultura*, RJ, Ano 1, N° 1, Janeiro a Junho de 2001.

• O estudo da aviação militar nas diversas forças: aviação naval, aviação do Exército e Aeronáutica;

• O impacto das novas tecnologias aeronáuticas nas Forças Armadas, nas doutrinas militares, nos processos de formação educacional, profissional e hierárquico;

• O estudo do pensamento aeronáutico e aeroespacial (papel preponderante do poder aéreo no contexto da Guerra Fria em diante).

Os estudos históricos podem ser ampliados em seu campo de investigação através da incorporação da *guerra* como uma estrutura histórica da tradição ocidental. Ou seja, a *guerra* como constitutiva dos Estados ocidentais antigos e medievais, como uma instância privilegiada dos Estados modernos estamentais e como um componente fundamental das burocracias dos Estados contemporâneos.

É necessário que os estudos históricos valorizem a *guerra* em seus aspectos relacionados diretamente com outras estruturas históricas, como, por exemplo, a *guerra* e a cultura, a sociedade, a religião, a política etc. Por outro lado, a investigação histórica deve incorporar em sua análise os diversos conceitos utilizados na ciência da *guerra*, tais como identificamos nos estudos de estratégia (Liderança, Comando etc.).

Os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais. É importante buscar a incorporação de tais métodos e renovar constantemente o campo de investigação da História Militar.

Os militares e a nova ordem mundial¹

Lauro Ney Meneses*

A recente deflagração da "guerra do século" desencadeou alterações na *rationale* que geria as doutrinas e estratégias militares em todo o mundo civilizado. E o Brasil não ficou imune a tais mudanças. O surgimento de um novo tipo de inimigo (terrorismo) criou uma crise nas sociedades de todo o mundo, que induziu à formulação de questões do tipo:

– para que existem as Forças Armadas, se as questões são "policiais"?

– quanto custa (e vale a pena) manter as Forças Armadas?

– o que os países recebem de volta pelo dispêndio que fazem com as Forças Armadas?

O pressuposto central desse pensamento é que, eliminada a Guerra Fria e em face do terrorismo internacional, seria possível reduzir os orçamentos militares em geral. Como consequência, os corolários dessa tese seriam:

– os arsenais militares do Terceiro Mundo (somente) deveriam ser "congelados" no ponto em que estão, e auditados através de uma inspeção e decisão do Conselho de Segurança da ONU;

– o Conselho de Segurança da ONU proibiria o desenvolvimento, a fabricação e/ou aquisição de armas nucleares, químicas ou biológicas, assim como artefatos balísticos, por parte das nações que ainda não as possuem (leia-se Terceiro Mundo);

– os países que violassem as resoluções da ONU ficariam submetidos a sanções importantes por parte da comunidade internacional, não

só de caráter econômico como (e principalmente) militar;

– caso as sanções não alterassem o comportamento dos "transgressores", uma Força Militar da ONU receberia mandato para eliminar a capacidade produtiva e quaisquer estoques de artefatos militares que tivessem sido produzidos e/ou adquiridos por esses "infratores".

Em contrapartida à sua desmilitarização, os países do Terceiro Mundo receberiam garantias da ONU para a preservação de suas fronteiras, seja através de ações econômicas ou militares, impostas por decisões políticas desse organismo internacional, ou pela utilização de Forças Multinacionais, contra um "inimigo" que viesse a existir e a colocar em risco o país "garantido".

Assim sendo, novas atribuições vêm de ser atribuídas ao Clube dos Ricos (G7), e que pretende dar às Forças Armadas do Terceiro Mundo uma atuação de caráter "policial", com ênfase no combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Inserido nesse conceito, estaria o chamado nível "ótimo" para despesas militares: no máximo 2% do PNB de cada país do grupo "assistido".

Esse nível fixado não afetaria o Brasil, já que nosso (ridículo) dispêndio militar está abaixo de 0,7% do PNB. Entretanto, o que mais nos afeta é a proibição de prosseguir nas pesquisas científicas (incluindo nucleares e missilísticas-balísticas).

Existem, portanto, duas alternativas para a estratégia futura das Forças Armadas sul-ame-

* O autor é Major-brigadeiro-do-ar reformado da Aeronáutica e Presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Caça.

¹ Publicado na revista *Idéias em Destaque*, nº 21 – mai/ago – 2006.

ricanas no cenário mundial atual (nisto incluído o Brasil):

– aceitar o papel que lhes é atribuído e se transformarem em “superpolícia antidrogas e antiterror”;

– rejeitar essa opção e continuar no desenvolvimento de pesquisas que lhes dêem um potencial para adquirir capacidade profissional (inclusive nuclear e missilística), incorrendo no risco de sofrer as possíveis sanções da ONU.

Essa tem sido a tônica adotada no discurso feito pelas autoridades que nos têm visitado recentemente. Os militares brasileiros execraram e rejeitaram, fortemente, essa tese. Entretanto, o Governo brasileiro ainda não manifestou, em termos práticos, sua vontade política quanto ao assunto; só o fez, indiretamente, reduzindo drasticamente os orçamentos militares, eliminando possíveis dúvidas quanto à sua postura a respeito do tema.

Cabe notar que a posição dos *Grandes* não mudou com o tempo e até evoluiu. E, sempre que possível, volta ao cenário, pois encontra guarida nas teses de “atuação militar de legalidade”, apoiada pela comunidade internacional através do Conselho de Segurança da ONU. É a tese da “invasão consentida”, ou seja, com o consentimento e a conivência de qualquer nação, a

ONU, (com Forças Aliadas sob seu comando), agirá militarmente em qualquer parte do mundo que lhe convenha.

Em aceitando a tese (o que parece cada vez mais inevitável), o questionamento do “porquê das Forças Armadas Nacionais” tem voltado, com o máximo de peso, à mesa das discussões de todos os parlamentos e estados-maiores. E das próprias sociedades...

No Brasil, mercê do sucateamento e empobrecimento das Forças Armadas, o próprio Governo – em busca de justificativas (?) – oferece “capacidade de atuação no campo social” em troca de apoio político-financeiro. Embora não possa ser tão condenável, não deixa de ser deturpação da destinação constitucional das Forças Armadas, para a qual elas não estão (nem foram) treinadas, estruturadas e equipadas. E, muito menos, desejosas de executar...

Nesse panorama de “superfluidez”, seria conveniente um alerta: atenção à tradicional tendência brasileira ao rápido estabelecimento de “novas doutrinas, critérios e reorganização para as Forças Armadas”, com base em uma “nova (?) ordem militar mundial”.

Essa “nova ordem” não conseguiu, até hoje, se sustentar em suas próprias pernas! Quantos mais pôr a cabeça para funcionar! ☺

“Quem recorda o passado trabalha para o futuro”¹

Ernesto Caruso*

Exatamente dessa forma que aparece a legenda na capa do livro *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889 (Traços biográficos)*, Biblioteca Militar, como um farol a iluminar os bons caminhos, as rotas seguras e as pegadas marcadas por quem fez a História com grandeza, dedicação e amor à Pátria. Houve alguém que valorizasse esses feitos, garimpando grama por grama do precioso metal, fundisse e moldasse uma jóia de inestimável valor, cujas letras lhe compõem como um DNA; fazem parte do seu interior e a adornam clamando por admiração pelos delineados e bem traçados caracteres externos. Assim, trabalhando e preocupado com o futuro, deu um recado de início, deixa uma lição.

A foto do Duque de Caxias descontina a mensagem do autor com uma dedicatória: “*Ao Marechal-de-exército Luiz Alves de Lima e Silva, o imortal Duque de Caxias, o Grande Cidadão, ‘Que primeiro nas armas elevou aos astros o nome e a fama da Brasília Terra’ dedicamos o presente volume.*”

A obra merece elogio do então chefe do Estado-Maior do Exército, cumprindo determinação do Ministro dos Negócios da Guerra, Hermes R. da Fonseca, que, através da Ordem do Dia de 23 de março de 1907, autorizou a aquisição de 500 exemplares para distribuição aos estabelecimentos do Ministério.

A opinião da imprensa se faz presente, demonstrando que, acima da simplicidade do sub-título *Traços biográficos*, há uma rica fonte de informação histórica.

Do *Correio da Manhã*, Moreira Guimarães, sob o epíteto “Um livro de história”, extrai-se:

“*E tanto que me chegou às mãos esse primeiro volume, folhei-lhe as páginas, percorri-lhe os dizeres com o pensamento. O título é sugestivo. Indica de pronto o valor da obra. Porque a história dos generais do Exército brasileiro é, por assim dizer, a própria história da pátria.*

(...) *Não sei se a história é a mestra da vida. Mas os povos que esquecem os seus maiores perdem as suas tradições. Isolam-se no tempo. Não caminham para a frente. Estiolam-se. Desfalecem. Debilitam-se rapidamente. (...) A obra, cujo primeiro volume acabo de ler, é um trabalho de dedicação às classes armadas do país; é um serviço meritório do cidadão que se fez soldado para morrer pela Pátria e pela República. E essa obra desperta francos aplausos.*”

Se com os povos que esquecem os seus maiores o bom não acontece, imaginem os que os aviltam.

Do *O País*:

“*Uma clara ampliação destas notas constitui o preâmbulo em que o autor do livro pede ao leitor benevolência para o seu trabalho, pedido que não será certamente satisfeito, porque, para ser benévolo, o leitor não seria obrigado a ser justo e, para merecer este último título, tem ele por força de julgar bom o livro, sem favor, sem benevolência.*”

Vieira Fazenda, da *A Notícia*:

“*Do merecimento e real valor dessa importante coleânea de biografias já se pronunciaram os sabedores destas coisas antigas. Em boa hora, o erudito oficial nos apresentou essa imensa galeria de valentes*”

¹ Colaboração da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHIMTB.

* O autor é Coronel de Artilharia e de Estado-Maior e historiador.

cabos-de-guerra de cujas gloriosas vidas existiam notícias dispersas em livros e documentos, prestes a desaparecerem pela mão do tempo e incúria dos homens.”

Jornal do Commercio:

“O autor da publicação aludida saiu-se bem em sua produção na parte propriamente biográfica cujos dados, cujos apontamentos que pacientemente colheu são fidedignos, pois foram extraídos de documentos oficiais referentes a ilustres militares; mas seria para desejar que, ao lado dos perfis biográficos traçados, que constituem um trabalho material, aliás digno de nota, melhor se revelasse o espírito do autor fazendo estudo psicológico mais desenvolvido sobre cada um dos biografados.

O autor teve o espírito elevado quando publicou o comentário desse jornal com a ressalva, mas não deixou de complementar com a própria visão de quem fez o que não haviam feito e com tal profundidade, três volumes, um dos quais com 513 páginas: “Quanto ao estudo psicológico mais desenvolvido, sobre cada um dos biografados, releve-nos a ilustrada redação ponderar que o julgamos prematuro, pois para tal seria preciso que os dados por nós colhidos já o tivessem sido por outros, cabendo-nos então o importante trabalho intelectual, superior às nossas forças, de estudá-los e desenvolvê-los; (...) Esperamos que os subsídios que apresentamos servirão para os mais hábeis em breve prazo nos mimosarem com o desejado estudo, é bem de ver, o paralelo entre as qualidades político-militares e mesmo morais, do elevado número de cento e noventa e tantos cidadãos brasilei-

ros que durante o extinto Império, afirmamos, pertenceram, como generais efetivos, ao nosso exército.”

Liberato Bittencourt, da A Tribuna:

“Há muito que me não é dado ler em vernáculo livro tão interessante: porque me ensinou, em algumas horas apenas, capítulos interessantíssimos e para mim quase desconhecidos da nossa história militar.”

Nabuco do Val (Autran Dourado), do Diário de Notícias:

“Os Generais do Exército Brasileiro” é trabalho que demonstra o esforço titânico do seu autor, pois, como dissemos, é difícil, difícil, organizar-se a história de um povo. (...) A luta foi titânica, mas a vitória foi certa, e, a prova, aí está o livro, encerrado em suas páginas a legenda homérica de nossos homens de guerra.”

Eis um resumo das várias apreciações da época sobre a obra de autoria de um militar que jovem passou para a História. Nasceu em 24 de fevereiro de 1860, no Estado de Pernambuco, o que nos faz render-lhe, nesta data de 24 de fevereiro de 2006, uma obrigatória reverência ao recordar a importância do seu legado.

Faleceu em 1907 no posto de capitão. Foi bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais pela então Escola Superior de Guerra e Capitão do Estado-Maior do Exército.

Como justa homenagem, nossa continência, silêncio e flores ao *Capitão Alfredo Pretextato Maciel da Silva*, Patrono da Cadeira 2 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHIMTB.



China: O “Grande Salto para a Frente” e a “Revolução Cultural”¹

Carlos I. S. Azambuja*

“Existe uma noção muito difundida, mas falsa, de que o comunismo e o socialismo são meramente versões seculares e atualizadas do cristianismo. Como o filósofo russo do Século XIX Vladimir Soloviev apontou, a diferença é que enquanto Jesus instigava seus seguidores a abrir mão de seus bens, os socialistas e os comunistas querem dar os bens dos outros.”

(Richard Pipes. *Comunismo*. Editora Objetiva, 2001)

Segundo os cálculos, o comunismo é responsável por cerca de 100 milhões de mortos. Só na China somam 65 milhões e na União Soviética, 20 milhões. A maioria dos chineses foi dizimada pela fome desencadeada a partir do *Grande Salto para a Frente*, a pior fome da História, acompanhada de ondas de canibalismo e de campanhas de terror contra os camponeses acusados de esconder comida.

Na União Soviética, de 1917 a 1953, quando morreu Stalin, os expurgos, a fome, as deportações em massa e o trabalho forçado nos Gulags causaram a morte de 20 milhões de pessoas. Somente a fome de 1921-22, desatada pelo confisco de alimentos dos camponeses, matou cerca de 5 milhões de pessoas.

Os marxistas-leninistas, considerando sua doutrina uma ciência, tentaram analisar suas experiências e aprender com seus erros, não tanto em relação ao objetivo último do movimento, que permaneceu além da crítica, mas à sua estratégia e táticas. Lênin aprendeu com Marx que, para impedir uma contra-revolução, tinha de demolir impiedosa e completamente a estrutura institucional do capitalismo. Observan-

do o revisionismo dos sucessores de Stalin, Mao Tsé-tung concluiu que não bastava demolir as instituições. Devia-se mudar o homem. Mudar o ser humano é, evidentemente, o objetivo último do marxismo. Ou melhor, criar um homem-novo. Mas Mao decidiu que isso deveria ser realizado sem demora e empenhou toda a sua vida em concretizar esse objetivo.

Para isso, os comunistas chineses estabeleceram um regime totalitário modelado minuciosamente segundo o soviético. Mas havia diferenças. Uma delas era que, enquanto a ditadura soviética, herdeira do czarismo, não se importava muito com o que o povo pensava, contanto que se resignasse e fizesse acreditar, os comunistas chineses estavam determinados a alcançar uma conformidade intelectual e espiritual genuína. Essa aspiração estava enraizada no confucionismo, que enfatiza a perfeição moral e deseja que os governos se assentem na virtude moral, em vez de na mera coerção. Mas foi imediatamente inspirada pelo medo de Mao de que as mentes de seus súditos fossem remodeladas de modo que pudessem assimilar completamente as doutrinas de Marx, Lênin e dele próprio. A China sofreria o mesmo destino da Rússia soviética. Isto é, tornar-seia revisionista e abandonaria a fé verdadeira.

¹ Publicado em *Midiasemáscara* em 4 de maio de 2006.

* O autor é militar e historiador.

Essas premissas de Mao levaram a experimentos fantásticos, todos abortados, com grande perda de vidas humanas e prejuízo do bem-estar das pessoas. Cidadãos chineses, especialmente os intelectuais, suspeitos de defenderem pensamentos anacrônicos ou subversivos, foram submetidos à *redução sistemática*, muitas vezes em campos de concentração, nos quais eram expostos ao que, apropriadamente, passou a ser chamado de lavagem cerebral. Ou seja, a tortura mental com o propósito de quebrar o espírito.

As mesmas suposições também geraram o *Grande Salto para a Frente*, projeto lançado em 1958. Inspirado pelo desejo de demonstrar ao mundo que a China havia encontrado uma maneira melhor e mais rápida de superar o atraso econômico do que a dos russos, Mao, então, declarou ao mundo que a meta da China era a de ultrapassar, em cinco anos, a produção britânica de carvão e aço. Isso seria realizado por mais de meio bilhão de pessoas, arrebanhadas em 24 mil *comunas do povo*. Um exemplo perfeito da disposição de Mao para ignorar a realidade econômica baseava-se no teorema explicado no *Pequeno Livro Vermelho de Mao*, que, durante algum tempo, foi o único disponível na China: “A parte suas outras características, o que mais se destaca sobre os 600 milhões de pessoas da China é serem ‘pobres e vazias’. Talvez isso pareça ruim, mas, na verdade, é bom. A pobreza dá origem ao desejo de mudança, o desejo de ação e o desejo de revolução. Em uma folha de papel em branco, sem nenhuma marca, as letras mais frescas e belas podem ser escritas, os quadros mais belos e frescos podem ser pintados.”

Isso foi dito de uma nação que tinha atrás de si milhares de anos na condição de Estado.

Um *slogan* do *Grande Salto para a Frente* prometia solenemente: “Ensinarímos o sol e a lua a trocarem de lugar, criaremos um novo paraíso e uma nova terra para o homem.” Portanto, o marxismo, que para seus fundadores era uma doutrina estritamente materialista, nas mãos de Mao Tsé-tung, que se proclamou marxista,

transformou-se em um idealismo utópico que subordinava a realidade à vontade humana.

O *Grande Salto* provocou tamanho caos econômico que teve de ser abandonado. O custo em vidas humanas foi desconcertante. A fome mais mortífera da História da humanidade sacrificou então 43 milhões de vidas num período de escassez de alimentos que o mundo exterior não teve conhecimento. Mas o fracasso não desencorajou Mao, e sua megalomania atingiu dimensões desumanas. Sentindo-se cada vez mais isolado de seu próprio partido, em 1966 lançou mais uma campanha bizarra, dessa vez dirigida contra intelectuais e funcionários do partido que, ele temia, levariam a China ao mesmo caminho traiçoeiro que a União Soviética havia percorrido. Essa cruzada recrutou jovens urbanos para a Guarda Vermelha, a fim de realizar o que oficialmente foi rotulado de Grande Revolução Cultural. Foi um acontecimento sem precedentes que levou a vida cultural do país à estagnação. Por dez anos – a partir de 1966 até 1976, quando morreu Mao – a China, uma das civilizações mais antigas do mundo, foi devastada por hordas de bárbaros que haviam sido ensinados a considerar tudo o que estava acima de sua compreensão como apto à destruição. Em seu auge, todas as escolas foram fechadas, e nenhum livro ficou disponível, exceto compêndios e obras de Mao. A Guarda Vermelha atacou intelectuais e obrigou-os a se humilharem publicamente, torturou e matou muitos deles. Milhares de funcionários do partido sofreram tratamento semelhante.

Em 1966, Mao lançou a Revolução Cultural. Tratava-se de reduzir a pó os vestígios do passado, de eliminar tudo quanto falasse da alma espiritual ou evocasse a beleza. Os cenários e guarda-roupas da Ópera de Pequim foram queimados. Tentou-se demolir a Grande Muralha, e os tijolos arrancados serviram para construir chiqueiros! Era proibido possuir gatos, aves ou flores! A Revolução Cultural postulava a rup-

tura com as idéias e tradições de milênios, arrancando pela raiz a velha ideologia, a antiga cultura, os ancestrais usos e costumes criados por todas as classes de exploradores dos últimos séculos e criar entre as massas uma cultura totalmente nova para os usos e costumes do proletariado.

À palavra intelectual acrescentava-se sempre o qualificativo fedorento. Os professores deviam desfilar por ruas e praças em posições grotescas, latindo como cães, usando orelhas de burro, se autodenunciando como inimigos *de classe*. Alguns, sobretudo diretores de colégios, foram mortos e comidos. Templos, bibliotecas, museus, pinturas, porcelanas, viraram cacos ou cinzas. A Revolução Cultural foi uma campanha para a implantação dos valores culturais socialistas. Para Mao, o marxismo-leninismo deveria adaptar-se à cultura do povo chinês.

Fábricas e universidades foram fechadas, a fim de combater os *desvios burgueses* e a *ideologia fascista da hierarquia do saber*. Nas escolas que permaneceram abertas foram abolidos provas e exames, tidos como *típicos exemplos da competitividade burguesa*.

Os mortos são calculados entre 400 mil a 1 milhão, e os encarceramentos em torno de 4 milhões: uma alucinante ninharia, se comparada aos massacres do *Grande Salto para a Frente!* Apesar disso, a Revolução Cultural serviu como fonte de inspiração para algumas revoluções como, por exemplo, a do Camboja e foi, e ainda é, utilizada como modelo por organizações terroristas, como o Sendero Luminoso, no Peru.

Chiang-Ching, mulher de Mao, e mais três fanáticos (Yao Wenyuan, Zhang Chunqiao e Wang Hongwen), grupo que ficou conhecido como o *Bando dos Quatro*, quase arruinaram a nação. Época vergonhosa em que matilhas de imberbes, fanatizados pela leitura das citações selecionadas por Lin-Piao do *Livrinho Vermelho* do camarada Mao, tomaram de assalto as ruas ocupando escolas, fábricas e repartições públi-

cas, dando caça àqueles que consideravam contra-revolucionários. A milenar cultura chinesa esteve ameaçada por essas hordas de ultra-radicalis insuflados pela madame Ching, uma atriz, terceira mulher de Mao Tsé-tung.

A lava humana, formada por milhares de jovens enlouquecidos, marchando ao som de cornetas e tambores, embalados por cantorias revolucionárias, queimava tudo à sua passagem. Personagens consagrados do mundo das letras, da educação, da cultura, das ciências e das artes, denunciados como direitistas conciliadores, foram submetidos a rituais públicos humilhantes, indignos, bestiais.

Arrastadas pelas ruas, com cartazes infamantes pendurados no peito, parecendo os sacrificados dos tempos da Santa Inquisição, as vítimas dos guardas vermelhos foram socadas e chutadas pelas turmas vociferantes, furiosas. Milhares foram linchados, outros foram afogados em massa em Xangai. Nem mesmo alguns membros da alta hierarquia do Partido Comunista, considerados dúvida, foram poupadinhos.

Esse frenesi antiintelectual só cessou com a morte de Mao, em 1976.

Todavia, embora os atuais dirigentes chineses afirmem que a Revolução Cultural foi um dos piores erros de Mao, o sistema amarelo de campos de concentração foi (e continua sendo) o maior do mundo. Até meados da década de 1980, mais de 50 milhões de infelizes passaram por ele. A média de ingresso nesse sistema é de 1 a 2 milhões de pessoas por ano, e a população carcerária atinge, em média, a cifra de 5 milhões. Os presos-escravos vivem psiquicamente infantilizados, num sistema de autocriticas e delações mútuas. Esses cárceres, disfarçados em unidades industriais do Estado, desempenham até hoje importante papel nas exportações chinesas. Pense nisso o leitor quando lhe oferecerem um produto chinês a preço ínfimo.

Impressionante é que não foram poucos os intelectuais ocidentais que simpatizaram

com as barbaridades de Mao e que buscaram a sabedoria em seus escritos insípidos.

Isso, no entanto, cedo ou tarde iria trazer consequências. Agora, em janeiro de 2005, matéria divulgada pelo jornal *Beijing Morning Post*, transcrita pelo *O Globo* de 4 de janeiro, nos dá conta de uma pesquisa realizada pela Universidade Normal de Pequim que indicou que 70% dos adolescentes da China odeiam seu país e não suportam a pressão por maior competitividade. Segundo o estudo realizado com 3 mil estudantes secundaristas de Pequim, 6,6% têm medo de seus pais, 13% o detestam e 58,3% o odeiam. É esse o homem-novo criado por Mao Tsé-tung.

Desde que, em 2004, o Presidente Hu Jintao assumiu o controle total do poder na China, o Departamento de Propaganda do Partido Comunista Chinês vem aumentando a monitoração do que é dito e exibido na Internet (agora, as empresas são obrigadas a manter um arquivo, por tempo indeterminado, de todo o conteúdo das mensagens enviadas pelos assinantes, bem como mantê-lo disponível para consulta governamental), celulares, no rádio, na TV, em quadros de avisos de universidades, em manifestações populares e – pasmem – também na imprensa estatal.

O Ministério da Segurança Pública definiu também um novo tipo de crime, que chama de *contradições em meio à população*. Contradições é a palavra usada pelo governo para se referir aos distúrbios sociais cada vez mais freqüentes no país. Como escreveu Olavo de Carvalho em um artigo recente, durante o ano de 2005 eclodiram na China 87 mil protestos (contradições) e nenhum deles foi noticiado pela mídia nacional, ao passo que qualquer passeata anti-Bush em Nova York ou na Califórnia é alardeada como sinal de queda iminente do império norte-americano.

E para que o homem-novo não envelheça, o diretor de Publicidade do Comitê Central do

Partido Comunista Chinês proibiu no ano passado a circulação de 79 jornais e 169 revistas, como parte de uma campanha para *purificar* o mercado cultural. O pretexto para essas medidas stalinistas foi a luta contra a pornografia e a pirataria. E os expurgos não cessaram: recentemente, Li Datong, editor do popular *Bingdian Weekly*, suplemento semanal que circula há 11 anos com o jornal *China Youth Daily*, foi demitido, e o suplemento, fechado, por ter publicado um artigo de um professor chinês criticando a abordagem dos livros didáticos sobre a História da China.

De forma surpreendente, no entanto, ocorreu uma reação. Conforme informam as agências internacionais de notícias, um grupo composto por veteranos integrantes do partido, acadêmicos e ex-editores dos maiores jornais do país, divulgou uma carta aberta à população condenando a decisão do governo de ter fechado o suplemento *Bingdian*. Eles consideram que o fechamento não é um caso individual, mas “*a continuação de práticas de uma administração maligna*”, e concluem: “*Somos todos antigos revolucionários inspirados por nosso senso de liberdade, apesar de já estarmos envelhecendo (...) mas, revendo as lições que aprendemos nos últimos 70 anos, sabemos que, uma vez perdida a liberdade de expressão, as autoridades só conseguem ouvir uma só voz.*”

Recentemente, o escritor francês Guy Sorman, que passou todo o ano de 2005 percorrendo a *China de baixo*, ou seja, aquela das províncias e das aldeias onde vive cerca de 80% da população, constatou que os chineses não têm nenhum direito: nada de propriedade privada, nada de liberdade de expressão. Eles são oprimidos pelos chefetes do Partido Comunista. Escapar dessa miséria é quase impossível, pois as antigas redes de solidariedade, a família e os templos foram aniquilados pelas revoluções. Para as crianças, o futuro é desesperador; as escolas são miseráveis e custam caro aos pais.

Resta o êxodo: 200 milhões de chineses vagam de um canteiro de obras para outro, o desemprego atinge 20% da população e as doenças estão por toda parte – aids, malária, tuberculose. E não há rede de saúde pública. A saúde é sempre paga (*O Ano do Galo, Chineses e Rebeldes*. Paris: Editora Fayard).

Tudo isso demonstra, como afirmou Stéphane Courtois, um ex-maoísta convertido em crítico feroz do socialismo real, organizador do *Livro Negro do Comunismo*, que o crime é intrínseco à doutrina científica e não apenas um instrumento de Estado ou um desvio stalinista de uma ideologia de princípios humanitários. A escritora chinesa Jang Chung, autora de uma devastadora biografia de Mao, termina o livro com a melancólica observação de que o retrato do tirano continua pendurado na Praça da Paz Celestial, em Pequim.

Um telegrama da *BBC*, de 20 de abril de 2006, dá conta de que a China executou oficialmente 1.770 prisioneiros no ano passado, o equivalente a mais de 80% das aplicações da pena de morte realizadas em todo o mundo no ano passado, de acordo com um relatório divulgado nesse mesmo dia pela Anistia Internacional.

Para se ter uma idéia, apesar de a China ter oficialmente executado 1.770 prisioneiros, o relatório da Anistia Internacional diz que, segundo um perito chinês, esse número estaria por volta de 8.000 execuções. Considerando que uma pessoa pode ser condenada à pena de morte na China por 68 delitos diferentes, incluindo crimes não-violentos como sonegação de impostos, enriquecimento ilícito e tráfico de drogas, esse número pode ser considerado possivelmente verdadeiro.

No entanto, parece que o mundo está interessado não nos 65 milhões de vítimas do regime que se apoderou da China em 1949 e nos campos de concentração atuais, onde são retirados e vendidos órgãos de pessoas presas ainda vivas! Isso não interessa. O que interessa são as... taxas de câmbio, como demonstra o comunicado divulgado no dia 21 de abril de 2006 pelo G-7. Segundo o comunicado, é desejável que a China tenha “maior flexibilidade na taxa de câmbio, a fim de que os ajustes necessários ocorram”. As miseráveis vítimas foram solenemente ignoradas pelos ilustres representantes da França, Alemanha, Canadá, EUA, Itália, Japão e Reino Unido, os sete países mais desenvolvidos. ☺

A grande luta da China por energia¹

*Wieland Wagner**

Com uma economia em rápida expansão, a China não conta com recursos naturais próprios em quantidade suficiente para suprir as suas crescentes necessidades de energia. Pequim está tentando preencher essa lacuna energética com o aumento das suas importações e com a aposta na energia nuclear e em fontes renováveis de energia.

Durante anos, Korla era apenas uma triste região do interior de Xinjiang, a província autônoma do oeste da China. Ninguém passava muito tempo nesta cidade, caso pudesse ir para outro lugar. Não existe nada de particularmente atraente quanto aos seus prédios baixos e feios, ou quanto à sua localização na extremidade do maior deserto da Ásia, na Bacia do Tarim. Escaldante no verão, o lugar se torna extremamente frio no inverno, quando a região é varrida pelos ventos cortantes que vêm das montanhas Tianshan.

Mas recentemente essa cidade de 400 mil habitantes atingiu um esplendor sem precedentes. Edifícios de escritórios reluzentes se erguem sobre a areia. Butiques e restaurantes atraem os consumidores nas avenidas largas. Esculturas caras são exibidas nos parques. E uma nova autoestrada no entorno da cidade possibilita acesso melhor a Ürümqi, a capital da província.

Quem dirige pela Bacia do Tarim durante cerca de duas horas logo descobre a fonte dessa riqueza recém-surgida: torres de perfuração sobressaem na terra árida; chamas se erguem em direção ao céu; bombas gigantescas se movem incansavelmente para cima e para baixo, e

um labirinto de oleodutos corta o deserto por todos os lados. O viajante acaba de chegar na borda de uma das maiores regiões de extração de petróleo e gás natural de toda a China.

Os chineses chamam a Bacia do Tarim de Mar da Esperança, devido à grande quantidade de recursos naturais lá existentes. Xinjiang costumava ser vista como um local potencialmente problemático por causa da sua minoria muçulmana de etnia uyghur. Agora, a região está se tornando cada vez mais importante sob o ponto de vista econômico: ela dá uma contribuição vital para saciar a fome global de energia das indústrias. Em agosto de 2005, a China colocou em operação um gasoduto de 4.000km de extensão ligando Xinjiang a Xangai, colaborando desta maneira para suprir às necessidades cada vez maiores de energia do grande centro industrial no leste do país.

Mas embora as iniciativas crescentes da China para explorar as suas próprias fontes de petróleo e gás natural proporcionem um certo alívio, as reservas do país não são suficientes para satisfazer à demanda de longo prazo, que está crescendo inexoravelmente.

O mesmo é válido para as fontes de metais e outros minerais. Seja minério de ferro para a produção de placas de aço, ou cobre para a fabricação de fios elétricos, os chineses compram tudo que esteja à venda. E como resultado eles inflacionam os preços desses produtos no mercado global, pelo menos temporariamente.

Acompanhando a economia

Jin Guoliang contou com uma cadeira privilegiada para testemunhar a ascensão da China

¹ Do *NYT* em 07/09/2006 – Tradução: Danilo Fonseca.

* O autor é jornalista.

ao *status* de grande consumidor de matérias-primas nos últimos 30 anos. O escritório deste gerente tem uma vista para um terminal de cargas no porto de Xangai. Navios vindos do estrangeiro depositam aqui recursos naturais e, a seguir, partem levando manufaturados que trazem a inscrição *Made in China*. Placas de cobre e barras de alumínio que aguardam um processamento mais aprimorado estão empilhadas ao longo de um cais à margem do Rio Huangpu. Ao lado desse material há rolos de aço de alta qualidade, prontos para serem exportados.

Uma série sem fim de caminhões pesados passa sacolejando pela Estrada Juong, uma ampla pista que mais parece uma nuvem malcheirosa de fumaça saída dos canos de descarga. Os caminhões trazem novas cargas para o porto ou recolhem outras que acabaram de chegar do exterior. "O meu trabalho fica mais frenético a cada dia", resmunga Jin, que depois ri.

A economia chinesa está crescendo a uma taxa média de 9% ao ano. Os planejadores econômicos de Pequim descobriram recentemente que a economia do país é na verdade 17% maior do que eles achavam. É algo como se os chineses tivessem descoberto acidentalmente um superávit econômico do tamanho do produto interno bruto da Turquia.

A consequência disso é que a China está mais faminta de energia do que nunca. Mas não se trata apenas de consumir recursos naturais para a produção dos vários produtos baratos que o país exporta para as nações industriais do Ocidente. Com a crescente prosperidade, a demanda dos consumidores também aumenta: a cada ano, milhões de chineses migram das suas aldeias para as grandes cidades na afluente costa leste. Muitos se mudam para conjuntos de prédios habitacionais construídos com concreto e aço. Xangai já possui 4.000 arranha-céus – o dobro de Manhattan –, e os novos edifícios estão equipados com novas geladeiras, novos fogões e novos sistemas de ar-condicionado. E a

construção de todos esses prédios exigiu, é claro, o uso de recursos naturais, e agora eles próprios consomem energia.

Embora a China seja responsável por apenas 4% da produção econômica mundial, o país já consome 13,6% da energia do planeta. Durante os últimos verões, os cidadãos de Xangai constataram pessoalmente a existência dos gargalos que podem ser criados pela revolução industrial do país: o governo da cidade foi obrigado a desligar temporariamente a iluminação à base de néons, que é a marca registrada do panorama de arranha-céus da cidade. Se Xangai não tivesse tomado essa providência, a rede de distribuição de energia elétrica teria entrado em colapso devido ao consumo extra que ocorre quando os incontáveis aparelhos de ar-condicionado da cidade são ligados durante os quentes verões.

Luzes desligadas em Xangai

Subitamente, a Oriental Pearl Tower, o arranha-céu que é a marca registrada de Xangai, desapareceu na escuridão. Várias fábricas foram proibidas de operar as suas máquinas nos dias de semana e tiveram que se limitar a produzir durante as noites e finais de semana. O parque industrial da China consome dois terços da eletricidade do país.

O transporte de matérias-primas também está sobrecarregando a infra-estrutura da China, fazendo com que esta se aproxime de um colapso. Somente o transporte de carvão, que responde por cerca de 70% das necessidades energéticas da China, é, com freqüência, demasiadamente volumoso para a dimensão da rede ferroviária do país, e volta e meia provoca paralisações do sistema. A China é o segundo maior produtor de gases causadores de efeito estufa de todo o mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. E, em províncias mineradoras como Xinjiang e Shaanxi, as pessoas estão pagando pelo *boom* econômico com as suas vidas: somente em

2004, 6.000 mineiros morreram, vítimas das escandalosas condições de trabalho nas minas de carvão (muitas das quais são ilegais).

Mas com o mesmo desespero com que vasculham a sua gigantesca nação em busca de recursos naturais, os chineses estão se tornando também cada vez mais dependentes das importações, e essa busca global por recursos está ditando cada vez mais os rumos da política externa de Pequim. A produção de aço, que dobrou nos últimos anos, é um motivo especial de preocupação para o governo chinês. Metade do ferro usado pelas 800 usinas siderúrgicas do país precisa ser importado.

A Baosteel é a maior produtora de aço da China – e a sexta maior do mercado mundial –, sendo assim uma das maiores consumidoras de minério de ferro do mundo. Ela continua a requerer mais espaço para si, em meio ao bizarro cenário industrial formado por altos-fornos fumacentos e chaminés enormes que se espalham pelas margens do Rio Amarelo, em Xangai. A companhia possui o seu próprio porto no rio, onde grandes navios ancoram trazendo minério de ferro. A partir do porto, essa matéria-prima vital é levada por correias transportadoras até os alto-fornos, e as pesadas chapas de aço passam pela máquina que as enrola em bobinas como se fossem projéteis brilhantes.

Ouve-se um som trovejante, como se peças gigantes de boliche estivessem caindo, e a seguir o produto final surge na forma de bobinas de aço precisamente enroladas.

Desde 2000, a China é responsável por 93% da movimentação global de minério de ferro. A maior parte dos navios carregados de minério de ferro é proveniente da Austrália ou do Brasil. Eles são enviados por companhias de mineração como a BHP Billiton ou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – corporações que se beneficiaram de aumentos de preço de mais de 70% no ano passado, graças principalmente aos insaciáveis fregueses chineses. Portanto,

é compreensível que a China deseje romper com o monopólio estrangeiro sobre os preços. A Minmetals, uma companhia de comércio de metais e minérios criada em 1950, desempenha um papel central nesse projeto. As instalações da companhia em Pequim estão localizadas em um prédio monstruosamente grande, dotado de corredores sem fim, que já foi sede do Ministério do Comércio da China. He Jianzeng, um dos diretores da companhia, é o responsável pela obtenção dos chamados metais negros, como minério de ferro, de manganês e de cromo.

He viaja ao exterior – à América do Sul, à África e à Coréia do Sul – quase todo mês. Ele procura minas que possam ser alvos para os investimentos da Minmetals, e a sua companhia não se sente desencorajada pelos problemas ocasionais. Por exemplo, a Minmetals não foi capaz de concretizar a sua planejada aquisição da companhia canadense de mineração Noranda, mas está persistindo. Ele diz que não há motivo para que a China, o maior consumidor mundial de minério de ferro, não possa influenciar o preço dessa matéria-prima a longo prazo.

A China já é um fator importante para determinar o que ocorre nos mercados mundiais de matérias-primas. Mas como a China não é uma economia de livre mercado, comerciantes e analistas comerciais raramente são capazes de se basear na pura teoria da oferta e da procura quando fazem as suas previsões: os preços dos recursos domésticos são regulados por autoridades governamentais em Pequim.

Confundindo os analistas

Desde 1990 existe uma bolsa de mercado futuro em Xangai; cobre, alumínio, borracha natural e combustível são comercializados lá. Os comerciantes sentam-se em um enorme salão, com a altura de um prédio de mais de dois andares. Usando roupas vermelhas com números dourados, eles observam os valores das ações

no painel eletrônico – preços em ascensão em verde, e em queda em vermelho. Mas o comércio feito aqui carece de emoção, e essa bolsa de mercado futuro se caracteriza por uma calma peculiar.

Só ocasionalmente as coisas ficam agitadas – como quando Liu Qibing, um agente financeiro do departamento de reservas do governo, amargou prejuízos da ordem de US\$ 100 milhões no outono de 2005, ao especular com o cobre. Agindo por iniciativa própria, ele vendeu 130 mil toneladas de cobre com a intenção de comprá-las de volta mais tarde a um preço mais baixo. Mas, em vez disso, o preço do cobre aumentou, e a comoção causada pelo erro de cálculo de Liu fez com que o produto subisse ainda mais. O erro embrarçoso fez com que a imprensa especializada em economia prendesse a respiração durante semanas. Os chineses não foram capazes de perdoar Liu: ele foi demitido. E os seus apavorados ex-colegas, de repente, passaram a agir como se nunca o tivessem conhecido.

O incidente com o negociador de cobre fez com que Pequim sofresse mais pressões no sentido de reformar o seu sistema distorcido de preços de matérias-primas. O mesmo ocorre em relação ao petróleo: os motoristas chineses pagam três vezes menos que os europeus pelo litro de gasolina. O governo mantém o preço da gasolina em um patamar artificialmente baixo por temer a reação das empresas estatais, dos fazendeiros, dos motoristas de táxi e do Exército de Libertação da China.

A disparidade entre os preços do mercado mundial e os do mercado doméstico está causando sérios danos nas gigantes chinesas do petróleo, e elas estão tendo dificuldades para explicar os seus problemas aos acionistas estrangeiros. Em uma medida cujo objetivo era contrabalançar esses problemas, o governo chinês interveio a fim de ajudar a Sinopec – a enorme companhia petrolífera chinesa cujas ações são vendidas no

interior –, fornecendo subsídios da ordem de 920 milhões de euros. A imprensa doméstica chamou esses generosos subsídios de *dahongbao* – em alusão aos grandes envelopes vermelhos cheios de dinheiro que os chineses recebem dos parentes no Ano-novo.

Mas dinheiro dificilmente chega a ser um problema para o governo chinês, cujas reservas de mais de US\$ 850 milhões são atualmente maiores que as do Japão. E tampouco os chineses carecem de grandes projetos, quando se trata de expandir a sua rede de energia elétrica. O projeto da represa de Três Gargantas no Rio Amarelo se transformou em um símbolo internacional da megalomania da China.

Para concretizar esse projeto, os chineses destruíram uma jóia paisagística única. A usina entrou em operação pela primeira vez três anos atrás, e a idéia é que os 26 geradores gigantes da instalação produzam anualmente 85 bilhões de kilowatts/hora de eletricidade por volta de 2009, após um período de construção de 16 anos, a transferência de milhões de moradores e o emprego de cerca de 37 mil trabalhadores.

Três Gargantas foi um sonho técnico que se tornou realidade para Liu Lire, o vice-ingenheiro-chefe do projeto. “Nós usamos a melhor tecnologia do mundo”, explica Liu, sentando no salão de conferências da sede operacional da companhia, perto da represa. Liu insiste que a represa é totalmente segura, imune até mesmo a ataques nucleares e a fortes terremotos.

Atualmente a represa corta o vale do rio como se fosse uma cicatriz cirúrgica. As cinco unidades elevatórias lembram um monstro de concreto e aço, e os navios levam pelo menos duas horas e meia para transpô-las. Mas os líderes comunistas da China – a maioria dos quais estudou disciplinas técnicas como construção de máquinas – vêem o projeto gigante como uma homenagem ao progresso. Para eles, eis o que tem prioridade: eles querem que o progresso garanta o seu poder na nova era capitalista, as-

sim como ocorreu no passado. E de quanta energia a China realmente necessita? Até que ponto as previsões dos planejadores econômicos são confiáveis? Os burocratas parecem não ter certeza. A China pode ter que recalcular os números relativos às suas necessidades energéticas, assim como as cifras referentes ao produto interno bruto tiveram que ser revisadas. "Temo que tenhamos um excesso de capacidade elétrica no segundo semestre de 2006", advertiu no ano passado Zhang Guobao, o vice-ministro da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento.

Mesmo assim a China prossegue com os seus projetos gigantescos, incluindo aqueles na área da energia nuclear, que atualmente atende a cerca de 2% da demanda de eletricidade do país. A China quer construir até 30 reatores nucleares nos próximos 14 anos – cerca de dois ao ano. Companhias estrangeiras especializadas em construção de reatores, e cujos negócios enfrentam dificuldades no Ocidente há décadas, esperam se beneficiar de um dos últimos mercados lucrativos em crescimento que restaram para a sua polêmica tecnologia.

Os próprios chineses esperam que a tecnologia nuclear lhes permita dar um grande passo tecnológico à frente. Eles querem construir o primeiro reator comercial do tipo *pebble-bed*. Acredita-se que esse tipo de reator seja bem mais seguro do que os reatores atuais, já que o óxido de urânio não fica contido em varetas de combustível nuclear, mas sim em compartimentos arredondados de grafite do tamanho de bolas de tênis.

Os vermelhos se inclinam para o verde

Mas esses gigantescos projetos de construção só são capazes de satisfazer parte das necessidades energéticas da China: eles só incrementarão a parcela de eletricidade gerada a partir da energia nuclear em 4%. E dessa forma os líderes vermelhos estão começando a se incli-

nar para o verde: o seu mais recente plano quinquenal promete reduzir o consumo de energia por unidade do produto interno bruto em 20%.

Em consonância com a tradição do planejamento econômico comunista, essa meta ecológica provavelmente não será atingida. Em vez disso, a indústria chinesa precisa se reinventar. Isso porque, atualmente, com os seus carros beberões, as suas casas com péssimo isolamento térmico e as suas fábricas mal administradas, a China é um dos maiores desperdiçadores de energia do mundo. O país consome sete vezes mais energia do que o Japão para cada dólar produzido pela economia. Pequim deseja mudar essa situação. Nove províncias foram escolhidas para realizar experiências com etanol e biocombustíveis. Pequim também está promovendo o uso de energia hidroelétrica e eólica como parte de uma nova lei de fontes de energias renováveis. A maior central de energia eólica da China deverá entrar em operação neste ano. Ele fica a cerca de quatro horas de carro do centro econômico de Guangdong, em uma área costeira de relevo acidentado.

Segundo o projeto, as 167 turbinas eólicas produzirão mais de 10 milhões de kilowatts de eletricidade por ano. Isso pode ser uma quantidade minúscula para a próspera região exportadora do sul da China. Mas Wu Xiquan, o vice-diretor da companhia de eletricidade Yudean, acredita ser o líder de um projeto-modelo para o país. Ele colocou a bandeira vermelha da China ao lado do brasão da empresa sobre a sua mesa. Wu diz que a China ainda está atrasada no setor de fontes de energia não poluentes, mas frisa que o governo deseja que essa situação mude.

E existe algo mais que Wu deseja que a sua usina de energia eólica revele: que a China pode se transformar em um importante exportador de energias que ajudaria a saciar a fome mundial de energia de uma forma não agressiva ao meio ambiente. ☀

RESENHA

Livro: *La Gran Transición* (Prólogo de Roi Medvedev).
Barcelona: Memoria Crítica, 2003.

A grande transição

Origens históricas e dilemas da democratização na Rússia

Ricardo Vélez Rodríguez*

O recente assassinato, em Moscou, da jornalista Ana Politovskaya, deixou claro que a liberdade de imprensa, na Rússia, está seriamente ameaçada pelo Estado autoritário. O processo de democratização do país sofre com a estrutura do poder ferreamente controlado pela burocracia, centralizada ao redor dos organismos de segurança, cujo grande chefe é o czar do momento, o Presidente Putin. Trata-se de um contexto político que podemos caracterizar como patrimonialista. A Rússia, aliás, foi considerada por Weber, já na década de 1920, como paradigma desse tipo de dominação, cuja nota característica consiste em que o poder é exercido pela elite dominante, como se fosse a sua propriedade familiar.

Uma das mais interessantes obras que apareceram, nos últimos anos, sobre a problemática da democratização na Rússia foi a escrita por Rafael Poch-de-Feliu, em 2003, com o título de *La Gran Transición* (Prólogo de Roi Medvedev). Barcelona: Memoria Crítica, 2003, 440 p., 23,5x16cm. Poch-de-Feliu nasceu em Barcelona, em 1956. Estudou História Contemporânea nessa cidade e História da Rússia em Berlim. Foi correspondente de *Die Tageszeitung* na Espanha, redator da agência DPA em Hamburgo e correspondente

na Europa do Leste, entre 1983 e 1987. No período compreendido entre 1988 e 2002, foi correspondente do diário *La Vanguardia* (de Barcelona), em Moscou, onde é tido como um dos jornalistas ocidentais mais experimentados. Atualmente é correspondente do mesmo jornal na China. *A Grande Transição* é o terceiro livro de Poch-de-Feliu sobre a Rússia.

Para os nossos países latino-americanos que se debatem atualmente entre várias modalidades de populismo (de cunho totalitário em Cuba e, possivelmente, na Venezuela, de feição telúrica na Bolívia e no Equador, de modalidade estamental-operária na Argentina, de tipo messiânico-sindical no Brasil, de feição familialista-exportadora no Paraguai, de clientelismo armado na Colômbia etc.), é de grande valor estudar o processo de saída do patrimonialismo num país como a Rússia. As nossas realidades, em que pese as diferenças históricas, assemelham-se em muitos pontos, do ângulo do poder que exercem as respectivas burocracias em ambos os contextos, no seio de uma cultura altamente privatizante do espaço público por elas e patotas. O cientista político Otto de Habsburgo considerava, aliás, há uma década, que para os russos seria igualmente interessante estudar os processos de democratização ocorri-

* O autor é Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Sousa", da UFJF. Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho, Pós-Doutorado no Centre de Recherches Politiques Raymond Aron, Paris.

dos na Espanha, em Portugal e nos países latino-americanos, pois talvez dessa análise surgissem elementos que pudessem iluminar as reformas em curso.

O conteúdo da obra divide-se em 13 capítulos, com os seguintes títulos: 1) A URSS de antes; 2) O preço da liberdade; 3) O décimo segundo plano quinquenal e Chernobyl; 4) Os paradoxos da *glasnost*; 5) Início do cisma: o fenômeno Yeltsin; 6) A quebra otimista da ordem europeia; 7) Vazio e crise múltipla; 8) O despertar das nacionalidades; 9) Metástase; 10) Presidencialismo, derrubada e federalização; 11) As jornadas de agosto de 1991; 12) Interregno e fim; 13) A Rússia de depois; Epílogo: Dúvidas e perguntas.

La Gran Transición é uma obra bastante bem documentada. Poch-de-Feliu traçou um mapa desde dentro, das entranhas do patrimonialismo russo e do caminho seguido pela democratização no país dos czares. A hipótese desenvolvida por ele é a seguinte: de forma semelhante a como Hitler destroçou a intelectualidade alemã, a fim de erguer à liderança do país as mediocridades de que se compunha a elite do Partido Nacional Socialista alemão, Stalin fez outro tanto na Rússia. Eliminou simplesmente todos aqueles que, na geração pós-revolucionária, fossem capazes de pensar ou elaborar uma visão crítica da União Soviética e do mundo. A geração que se estabeleceu no poder com Stalin e a que se seguiu eram profundamente mediocres, o que fez com que ficasse comprometido o processo de consolidação da Rússia como nação moderna. Todos os grandes líderes, de Nikita Kruzhnev até Brejnev e Andropov, tinham como característica marcante a mediocridade. Em 1937, depois de Stalin ter eliminado os velhos bolcheviques que lhe faziam oposição, somente 17,7% dos secretários regionais do Partido Comunista e 12,1% dos chefes urbanos do mesmo tinham educação superior, enquanto que 70,4% (dos chefes regionais) e 80,3% (dos chefes urbanos) somente tinham recebido educação primária. Ou seja: o

velho ditador nivelou o país por baixo, de forma a não ser incomodado.

Quadro bastante fiel desse processo de morte da inteligência foi traçado por Piotr Schelest, Primeiro-secretário do Partido Comunista ucraniano entre 1963 e 1972, com as seguintes palavras: "Quase cada dia, ou melhor, cada noite, havia detenções de trabalhadores na fábrica. Muitos trabalhadores qualificados, engenheiros e até o chefe do Corpo de Bombeiros eram detidos. Mais de 80 pessoas. Alguns regressaram à fábrica, mas guardavam um silêncio total sobre o que lhes aconteceu ou acerca dos motivos da sua detenção. De muitos detidos não voltamos a ter mais notícias. Desapareceram. As acusações como *inimigos do povo* ou *oportunistas* apareciam constantemente na imprensa, no rádio e nos discursos dos ativistas do partido. Todos desconfiavam de todos; o pai do filho, o filho do pai. As denúncias contaminavam tudo e todos. Foi um tempo muito duro e muitos de nós sobrevivemos por casualidade" (p. 6-7).

É evidente que nesse contexto de nivelamento por baixo, propostas originais como a do filósofo tcheco Radovan Richta com o seu "socialismo com rosto humano", que passou a inspirar alguns intelectuais e que deu ensejo às reformas de Dubcek, na denominada "Primavera de Praga", simplesmente foram esmagadas pelos carros-de-combate do Exército vermelho. Ora, o modelo proposto por Richta era interessante e teria conduzido a Rússia a superar os entraves do desenvolvimento, na medida em que chamava a atenção para a questão da qualidade dos produtos e para os custos do processo produtivo, abrindo a perspectiva da autonomia de gestão, em face do emperrado modelo do planejamento total controlado pela corrupta burocracia.

Esse deserto de idéias e de inteligência imposto por Stalin foi assim caracterizado pelo escritor Aleksandr Bek, que retratava da seguinte forma o dirigente comunista ideal: "Nem sequer ousava pensar nas contradições e nos paradoxos

da época. Fugia das questões que pudessem alterar a sua consciência de comunista, alegando qualquer motivo: não é assunto que me diga respeito, isso não me afeta, quem sou eu para julgar. Se o irmão mais querido morria na prisão, chorava por ele na intimidade, mas, inclusive nessa circunstância, ficava na sua. A ordem era não pensar. A expressão *soldado do partido* não era, para ele, uma palavra vazia" (p. 8).

Na trilha dessa ausência de idéias e de senso crítico, na medida em que foram morrendo os antigos líderes da era Kruzhov, o centro do sistema foi sendo ocupado por pelegos, formados na mentalidade de enriquecer a partir do Estado, passando rasteira em todos quantos se opusessem às suas tacanhas ambições. Era como se tivesse sido organizada uma grande igreja, com bispos "orçamentívoros". Eis as palavras de Poch-de-Feliu a respeito: "De forma parecida aos ministros da igreja, os nomenclaturistas eram administradores coletivos de enormes riquezas de propriedade estatal que a ideologia apresentava como patrimônio social. O convívio com elas fazia-os parecer bispos zelosos do patrimônio do seu bispado, que administravam sem ser donos dele. Depois de 1964, na URSS institucionalizou-se a época do aparelho, do alto funcionário nomenclaturista como *dono* coletivo do país. É claro que a existência do aparelho vinha de antes. O fato novo era a sua emancipação política. Com Stalin, o aparelho tinha sido a mão direita do temido caudilho. Eliminados os perigos de morte nas suas relações internas, com Kruzhov o aparelho tinha se emancipado, e, a partir de então, os secretários gerais passariam a ser delegados e *primus inter pares* de um aparelho institucionalizado como *dono* coletivo do país" (p. 9). A nomenclatura soviética passou, portanto, a administrar o público como propriedade privada. Típica característica, aliás, dos Estados patrimoniais latino-americanos.

No seio dessa cultura de enriquecimento privado à custa dos bens públicos, os nomenclaturistas passaram a se considerar superiores

à lei. Os estatutos legais valiam para os outros, não para eles. Podiam cometer, sem risco, qualquer tipo de desvio de dinheiros públicos. Ningém, na cúpula, via nada nem sabia de nada. O pacto era de enriquecimento de cada aparelho, sugando a parcela de riqueza nacional por ele administrada. Nesse cinismo em que o público confundiu-se totalmente com o privado, os interesses pessoais e familísticos passaram a valer mais que a preocupação com o bem do país. A respeito escreve Poch-de-Feliu: "Entre os nomenclaturistas não havia respeito pela lei. Sabiam, por própria experiência, que as leis soviéticas eram freqüentemente simples carcaças, instrumentos do capricho ou da necessidade do poder, aplicáveis aos simples mortais, mas não a eles. Embora houvesse muitas atitudes enérgicas ao longo do país, o clima, sobretudo no topo da pirâmide, levava a colocar os interesses pessoais e de grupo, especialmente a possibilidade de utilizar qualquer situação favorável para a ascensão, na frente dos interesses gerais do país. Nesse clima, as boas intenções logo se esgotavam" (p. 10-11).

Mas se a burocracia do sistema russo estava bastante contaminada pela corrupção, ineficiência e tendências patrimonialistas, no entanto é bom recordar, ao mesmo tempo, frisa o autor, que a sociedade russa é tremendamente rica em inteligência, em capacidade de trabalho e em cultura. Por força dessa riqueza social, nem tudo foi negro na administração soviética. Os russos conseguiram erguer uma poderosa máquina de guerra e colocaram a seu serviço uma indústria pesada bem desenvolvida. Cientistas de primeira linha se formaram ao ensejo dos planos quinquenais. De outro lado, o patriotismo russo sempre esteve presente na alma do povo, o que deu como resultado uma sociedade tremendamente combativa, que deu provas de grande heroísmo ao rejeitar com denodo as invasões de que foi vítima desde os primórdios da sua história. A derrota de Napoleão, no iní-

cio do século XIX, bem como a resistência dos russos às potências do Eixo são provas desse grande valor.

Esse foi o pano de fundo em que se desenhou a *glasnost* de Gorbatchev. Representante da geração nova de tecnocratas cansados com a pachorrenta burocracia, este estadista decidiu pôr em marcha um movimento de contestação das antigas estruturas, partindo de dentro do próprio sistema, numa espécie de “autoritarismo instrumental” que nos lembra a frase do General Figueiredo: “Juro fazer deste país uma democracia e prendo e arrebento quem se opuser.” A estratégia de Gorbatchev consistiu basicamente no seguinte: ir substituindo, de maneira rápida, os antigos dirigentes do Partido, por lideranças deste mais afinadas com os anseios da sociedade civil, de um lado, e com as exigências da elite tecnocrático-militar, de outro. A União Soviética, para o autor, caiu de podre, mas a Rússia não foi deitada por terra definitivamente, em virtude dessa ação planejada por Gorbatchev. Não havia como sustentar por mais tempo a velha árvore carcomida pelos ávidos cupins da burocracia, instalada no interior dos aparelhos. “Em mãos da nomenclatura” – escreve Poch-de-Feliu – “concentravam-se a autoridade, a produção, a administração, a distribuição, a criação e a interpretação da ideologia. A sua coluna vertebral era o Partido de Estado, uma instituição que não tinha nada a ver com os partidos políticos de um sistema plural. O Partido, não os seus membros que eram nominalmente 20 milhões, mas os seus funcionários, era a parte decisiva do Estado. O Partido apresentava-se como genuíno representante da sociedade civil, mas, na realidade, a sua presença impedia a separação de poderes e o estado de direito, ou seja, privava a sociedade civil do oxigênio necessário para a sua existência. Economicamente, o Estado-Partido usurpava as funções do mercado: determinava as necessidades, fixava os preços e distribuía os recursos. Os postulados da ideologia oficial castravam ou retardavam o pensamento li-

vre e a espontaneidade e criavam, além do mais, uma atmosfera social fechada e pesada” (p. 11).

A tarefa de que se desincumbiu Gorbatchev e a sua equipe não foi fácil. Destaquemos, em primeiro lugar, que ele encarnou, de maneira decidida, como, aliás, o fizeram os seus antecessores comunistas, a tradição monárquica herdada do czarismo. Centralização total do poder nas suas mãos. Somente assim pode ser entendido o complexo processo de engenharia política que daria ensejo à *glasnost* e à *perestroika*. Gorbatchev devia administrar quatro campos diferentes: antiestalinistas, partidários do “socialismo com rosto humano”, tecnocratas vinculados às Forças Armadas e a pesada burocracia do sistema chamada popularmente de *O Lamaçal*.

O que ocorreu na Rússia entre o final da década de 1980 e os primeiros anos deste século foi muito rápido e corresponde a esses fenômenos de “aceleração da história”, em momentos de pico que acontecem raras vezes. O processo pode ser sintetizado assim: Gorbatchev consegue controlar *O Lamaçal*, mudando rápida e decididamente toda a cúpula do PC, por elementos afinados com o interesse que ele perseguia de tornar o sistema favorável à aceleração das forças produtivas, criando um mínimo de racionabilidade e dando espaço à livre iniciativa. O movimento começou com uma audaciosa abertura no terreno cultural e da livre expressão. Poch-de-Feliu registra, com surpresa, a velocidade em que o discurso mudou, rapidamente, em questão de meses, nas mesmas pessoas, indo da defesa incondicional da pachorrenta burocracia e do controle de tudo pelo Partido até a brava sustentação dos novos ideais da produção, do mercado e da abertura, incluídos os direitos humanos. Tudo isso, é bem verdade, embalado na retórica ortodoxa: são as novas exigências da antiga revolução leninista, que infelizmente foi desviada do seu curso histórico por um bando de bastardos e corruptos. A rápida ascensão de Yeltsin, ambicioso e conflitivo dirigente provincial do Partido,

explica-se dessa forma: intuiu rapidamente qual era a ordem do dia formulada pelo secretário-geral do PC, adaptou-se a ela e ascendeu à máxima liderança do sistema na cidade de Moscou.

O embate entre Gorbatchev e Yeltsin foi, no sentir de Poch-de-Feliu, a luta entre dois estilos diferentes de czarismo: o encarnado por Gorbatchev, um estrangeirado proveniente de família estruturada de classe média rural, refinado, casado com uma intelectual, profundo conhecedor das leis pela sua formação de advogado na Universidade de Moscou, a escola que formava a élite do país, aberto ao diálogo com as sociedades ocidentais; e o materializado em Yeltsin, um camponio rude, filho de pai violento que o surrava desde a mais terna infância, formado em engenharia numa universidade de província, aventureiro que perdeu dois dedos da mão esquerda ao desmontar, ainda rapazola, uma granada que roubou do quartel do Exército vermelho na sua cidade natal, beberrão, surfista ferroviário, briguento, casado com uma dona de casa que nada tinha de intelectual. Yeltsin, como todo mundo sabe, ganhou a parada. Para o autor, ele se afinava melhor com o cidadão russo médio, que valorizou mais o seu populismo do que a sofisticação de Gorbatchev.

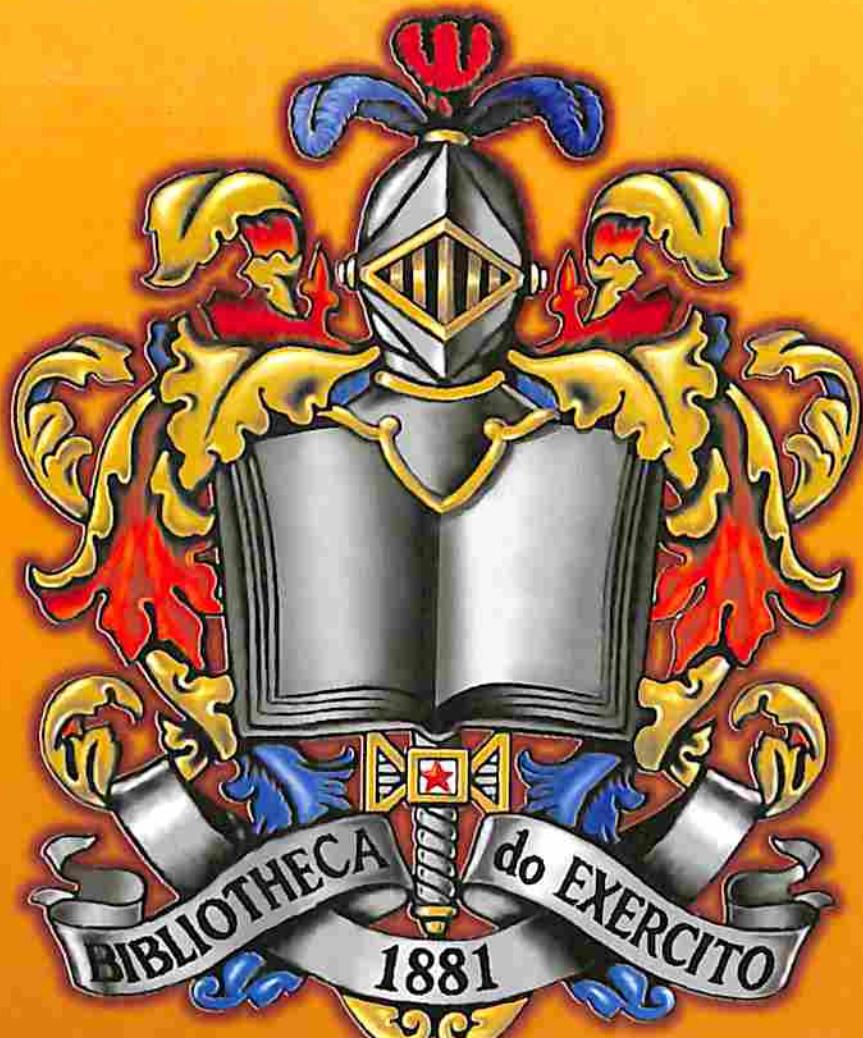
As últimas etapas da evolução russa estão marcadas pela guerra contra os separatistas chechenos. A luta contra o fundamentalismo, os atentados de que têm sido vítimas cidadãos russos em Moscou e em outras cidades, a tremenda capacidade de luta desse povo da região montanhosa do Cáucaso terminaram com que a balança do poder pendesse para o aparelho de segurança chefiado por Vladimir Putin. O novo czar, frio como gelo, caracteriza-se pelo seu pragmatismo grão-russo, que o levou a colocar as questões da segurança interna como elementos primordiais da sua política e que tem dado impulso à indústria armamentista, financiado pelos fartos dólares da exploração do gás natural e do petróleo do Mar Cáspio e da Sibéria.

Quais as alternativas que restam para a Rússia, na atual quadra do seu desenvolvimento histórico? Poch-de-Feliu destaca três aspectos: 1) A Rússia, após Gorbatchev, entrou no mundo e o mundo entrou nela. Seria impensável um retrocesso que a segregasse do convívio com o Ocidente. Seria pouco provável que os novos czares assinassem embaixo de um manifesto pela antiglobalização. 2) Diante da globalização chefiada pelos norte-americanos e pelo seu estilo de capitalismo financeiro agressivo, os russos podem trilhar o seu próprio caminho e apresentá-lo ao mundo, enveredando por uma globalização de rosto humano. É o que o pensador russo Gumiliov denomina de “força passional do desenvolvimento humano”. A respeito escreve Poch-de-Feliu: “Formular, desde a mais russa (...) identidade, aquele ideal de que *a minha pátria é o mundo e a minha família, a humanidade*, isso dará o tom à Grande Transição. As alternativas consistem em colaborar com o Império ou contribuir para o pluralismo de um futuro comum. Nesta segunda opção, os russos podem dizer que outro mundo é possível. Essa é a questão” (p. 392). 3) A Rússia deve ter um cuidado especial com a identificação do seu inimigo principal (segundo a trajetória da cultura milenar do povo russo que visou, sempre, a identificar o desafeto da vez, em todas as épocas). Isso com a finalidade de não trombar de frente com inimigos mais poderosos, que sejam capazes de cortar os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico. Considerações bem pragmáticas, num mundo em que o que prevalece talvez seja esse tipo de epicurismo nas relações internacionais.

Pela abrangência da análise sobre a realidade russa e as relações do país com o resto do mundo, bem como pela seriedade das fontes compulsadas e a claridade da exposição que tornam agradável a leitura das páginas atrás sintetizadas, considero que a obra em apreço é de leitura obrigatória para os cientistas políticos e para todos aqueles que quiserem ter uma visão clara do processo de democratização na Rússia. ☺

**A palavra impressa é um registro
de idéias, pensamentos e história.
Documenta o passado e materializa
projetos para o futuro.
Nossa história está registrada
em cada uma das palavras de alguns
dos mais importantes títulos da
literatura brasileira e nosso futuro
vamos imprimir nas palavras de
cada um de nossos clientes.
Na próxima oportunidade,
imprima Sermograf.**

SERMOGRAF
Tudo que você deseja de uma gráfica.



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.